



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1744/13	DATA: 21/10/2013
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 20h49min	DURAÇÃO: 05h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h47min	PÁGINAS: 136	QUARTOS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>LAÉRCIO BENKO - Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo. JOOJI HATO - Deputado Estadual de São Paulo. PEDRO AMADEU DOS PASSOS - Assessor Institucional da Ordem dos Parlamentares do Estado de São Paulo — OPEP. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO - Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade — CONTRATUH. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Coordenadora-Geral e da Área de Parcerias do Centro de Referência às Vítimas de Violência — CNRVV do Instituto Sedes Sapientiae, do Estado de São Paulo, e representante da Childhood Brasil — Pela Proteção da Infância. VITOR BENEZ PEGLER - Vice-Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo — CONDECA. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal e Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo. ISAQUE DE LIMA GONÇALVES - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal e membro da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo. ALDO YASSUKI IVATA - Chefe da Delegacia de Defesa Institucional — DELINST da Superintendência Regional de São Paulo do Departamento de Polícia Federal. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Assessora de Relações Institucionais da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Estado de São Paulo. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Delegado Divisionário de Polícia da Divisão de Proteção à Pessoa do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa — DHPP da Polícia Civil do Estado de São Paulo. ANCILLA DEI VEGA BAPTISTA GIACONI - Delegada da 4ª Delegacia de Polícia de Repressão à Pedofilia, da Polícia Civil do Estado de São Paulo. CESAR CAMARGO - Delegado Titular da 1ª Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Contra a Liberdade Pessoal da Polícia Civil do Estado de São Paulo FABÍOLA MORAN FALOPPA - Promotora de Justiça titular da 15ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo. CARLA ANGELINI - Mãe de criança vítima de abuso sexual. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Assistente Técnica da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo. FABIOLA MORAN FALOPPA - Titular da 15ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo — CMDCA/SP.</p>



SUMÁRIO: Discussão do tema *Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo.*

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, declaro aberta a presente reunião na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Quero agradecer ao Presidente desta Assembleia, Deputado Samuel Moreira, por ter autorizado e oferecido recursos humanos e materiais para a realização desta reunião nesta Casa Legislativa, a qual está hoje recebendo a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Compondo a Mesa estou eu, Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI — e estou aguardando a Presidente da CPI, Erika Kokay, que está desembarcando agora — e a Deputada Keiko Ota, que é a autora do requerimento aprovado para a realização desta audiência pública, igualmente integrante desta a CPI que tem como objetivo fazer com que as nossas crianças vivam melhor no Brasil.

Então, eu quero convidar para compor a Mesa o Deputado Federal Vanderlei Macris, que também faz parte desta Comissão, e o Vereador Laércio Benko, que está trabalhando também em uma CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Câmara dos Vereadores com o objetivo de preparar a cidade de São Paulo para os grandes eventos que acontecerão em 2014. O Vereador Laércio, na condição de Presidente da CPI, vai trazer para todos nós informações muito importantes sobre o que tem sido apurado na Câmara dos Vereadores.

O objetivo da presente reunião é discussão do tema *Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo*.

Senhoras e senhores, vocês que atuam em defesa dos direitos de crianças e adolescentes sabem de como é difícil a gente detectar essas redes de exploração sexual infantojuvenil.

Nós, membros da CPI, temos viajado o Brasil inteiro, fazendo reuniões e cobrando, tanto dos Tribunais de Justiça, a celeridade nos processos relativos a crianças e adolescentes, como também dos governos estaduais e municipais.

Em todos os lugares pelos quais temos passado esbarramos na morosidade desses processos. Em alguns Estados nós também temos verificado que a falta de comprometimento dos governos com a criança e o adolescente é recorrente.

Então nós, enquanto CPI, vamos avaliar, vamos fazer um diagnóstico, vamos traçar metas para que possamos apresentar no relatório final uma visão do que é a



exploração sexual de crianças e adolescentes no ano em que estamos fazendo essa avaliação, 2012/2013.

Estamos preparando o País para receber a Copa do Mundo. Sabemos que existem muitas falhas no sistema e nós queremos contribuir para que o Governo Federal possa intervir de alguma maneira para amenizar o sofrimento de crianças e adolescentes que, às vezes, são oferecidos em pacotes turísticos, como nós vimos no Amazonas, como nós estamos vendo no Nordeste, ou seja, pacotes turísticos para a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Hoje em dia os predadores da infância estão usando métodos mais avançados. Eles usam a Internet. E nós sabemos que esses *sites* são hospedados fora do País. É muito difícil a gente fazer com que esses pedófilos, esses exploradores de crianças e adolescentes sejam presos. Precisamos de todo um aparato de um serviço de inteligência e precisamos da Polícia Federal.

Então, eu quero abrir este debate para ouvir os anseios de vocês, que estão ligados aqui ao direito da criança e do adolescente como defensores dessa causa. E que vocês possam contribuir para esta CPI para que possamos fazer um trabalho mais arrojado e possamos, dentro do nosso relatório final, colocar os anseios que vocês vão passar para a gente. E é necessário que o Governo Estadual e o Governo Municipal tomem providências, porque a nossa parte nós vamos levar direto para a nossa Presidenta Dilma Rousseff — as nossas considerações.

Eu quero registrar a presença — e chamá-lo para a Mesa — do Deputado Estadual Adriano Diogo, que está presente.

Eu vou passar a palavra para a Deputada Keiko Ota, que é autora do requerimento que trouxe a CPI a esta Casa.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Boa tarde a todos e a todas.

Exma. Deputada Liliam Sá, Relatora desta CPI, em cujo nome cumprimento todas as autoridades, personalidades e políticos presentes nesta tarde.

A todos os movimentos, entidades, gestores públicos e às pessoas que se encontram aqui, sou mãe e milito há 16 anos junto aos movimentos de justiça e paz deste País.

Sou também uma vítima de violência. Para quem não sabe, eu perdi meu filho Ives Ota brutalmente assassinado aos 8 de idade, daí que entendo perfeitamente



bem o que significa a dor e o sofrimento de uma família que vê um ente querido vítima de violência. E a situação piora ainda muito mais quando se trata de uma criança e adolescente vítima de exploração sexual. Não podemos de forma alguma tolerar essa barbaridade. Isso é um crime terrível, gente! Precisamos realmente nos unir e dar um basta a esse tipo de crime.

Como integrante da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, quero deixar bem claro que nosso papel é traçar um minucioso diagnóstico dessa situação que ocorre em nosso País. E quero pedir carinhosamente às autoridades e ao poder público que enfrentem e combatam esse crime que machuca tanto as nossas crianças, a nossa sociedade.

Se ficar do jeito que está, o índice de violência no nosso País só aumentará. Precisamos punir, de fato, os adultos que aliciam crianças, aproveitando as fragilidades que muitas vezes sofrem e assistem à violência dentro de suas próprias casas, tornando-se presas fáceis para o crime de exploração sexual. E sem pensar também nos traumas, deixando marcas profundas pelo resto de suas vidas, no seu subconsciente, quando se torna um círculo vicioso. Essa criança que sofreu violência e assistiu será aquele adulto que está estampado nos jornais fazendo violência.

Daí que defendo, entre todos os pontos, a necessidade de leis mais duras para coibir de fato esse tipo de crime, que é o caso da exploração sexual infantil. O Estado e a cidade de São Paulo não podem permitir ocorrências dessa natureza. Por isso a importância desta audiência, que nos permite conversar com os movimentos, gestores públicos, entidades, Parlamentares, enfim, toda a sociedade civil organizada.

Essa batalha, sim, o combate à exploração e ao turismo sexual infantil é uma batalha que deve ser feita e vencida por cada um de nós. Nós, que fazemos parte da CPI, podemos garantir a todos vocês que não falta empenho nem dedicação para concluirmos, o mais rápido possível, um relatório que nos possibilite pensar em propostas e ações para acabar de vez com essa violência.

Quero de antemão agradecer a presença a todas as pessoas que se encontram aqui. E a participação de vocês é fundamental, insisto, para dar um ponto final nessa barbaridade que é a exploração sexual infantil.



Denunciem e fiquem atentos. Unidos podemos acabar com essa violência contra nossas crianças, que são o nosso futuro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós que agradecemos a sua contribuição. E que V.Exa. continue assim, brilhando sempre e nos ajudando lá em Brasília, pois V.Exa. é uma excelente Deputada Federal, e nós temos orgulho de tê-la como colega de trabalho.

Quero passar a palavra também a outro guerreiro, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bem, boa tarde a todos e todas.

Eu queria cumprimentar a Liliam Sá, nossa Relatora da CPI; a Erika Kokay, que está por chegar também, a nossa Presidente; a Keiko, que foi autora desse requerimento para estarmos aqui hoje, na Assembleia de São Paulo. Cumprimento o Adriano Diogo, também Deputado Estadual desta Casa, e o Vereador Laércio Benko, que também atua nessa área e está presente para nos dar um pouco da sua experiência nessa direção.

É evidente que para o Congresso Nacional o debate sobre essa questão a nível nacional se faz presente, porque hoje nós temos absoluta convicção de que, se nós não atuarmos como poder público em todos os níveis, nós teremos um processo de aumento cada vez maior da exploração de crianças e adolescentes no nosso País.

Eu tive a oportunidade de ser Relator de uma Comissão Especial na Câmara Federal, que terminou os seus trabalhos neste ano, um trabalho importante que nós fizemos sobre o excesso do uso de álcool por crianças e adolescentes. Isso foi de maneira generalizada no País. E chegamos à conclusão de que a utilização do álcool nesse processo de crianças e adolescentes é cada vez de maior importância para a sociedade porque começamos a criar uma geração comprometida com a utilização do álcool e facilitadora desse processo de exploração sexual de crianças e adolescentes. Sem dúvida nenhuma, a conclusão a que chegamos foi importante. E hoje temos o maior acervo de informações da utilização de álcool, do alcoolismo, no Brasil nessa Comissão de que fui Relator. E ela vai ser importante como subsídio ao trabalho que esta Comissão aqui está fazendo, conduzido por três guerreiras. Não



podia ser diferente: a mulher presente para poder discutir essa questão da criança e do adolescente, especialmente a nossa Relatora, que tem feito um trabalho excepcional; a Keiko também e a Erika, que nos conduzem nesse processo de levantamento de dados.

O que nós queremos fazer neste momento, como temos feito em outros Estados brasileiros também, é nada mais do que obter as informações de São Paulo. É muito importante que a gente tenha da sociedade a informação de qual é o olhar, qual é a visão que tem a sociedade paulista sobre essa questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por isso nós estamos aqui hoje. É para ouvi-los. Muito mais para ouvi-los do que para falar. E isso seria muito importante para nós para construirmos isso que a Keiko falou, que é um relatório final que possa apresentar propostas na questão da legislação. E foi o que aconteceu com a Comissão Especial sobre o alcoolismo, de que nós fomos Relator, que propiciou a oportunidade de apresentação de várias propostas que estão tramitando no Congresso Nacional e que serão o embrião de uma legislação que possa contribuir efetivamente com a guerra contra esse avassalador aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, para mim é uma alegria muito grande voltar a esta Casa, onde fui Deputado por tantos anos. Fui Presidente desta Casa também. Para mim, é fundamental estar presente para poder ouvir da sociedade paulista, do Estado a que pertenço, qual é a visão que nós temos dessa questão das crianças e dos adolescentes.

Era isso que eu queria deixar como saudação inicial. Acho que o debate pode ter seguimento. Portanto, devolvo a palavra à nossa Relatora, Deputada Liliam Sá, agora exercendo a Presidência, para que a gente possa dar início aos trabalhos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Deputado Vanderlei Macris. E V.Exa. foi Presidente desta Casa, não é? Que bacana! Disseram que V.Exa. fez um excelente trabalho, até com a televisão. Que bom ficar sabendo que existem pessoas tão comprometidas assim. Que V.Exa. leve o sucesso do trabalho que fez nesta Casa também para Brasília! Que Deus o abençoe!



Estou conhecendo o Vereador Laércio Benko hoje, mas, através da Internet, conheço o seu trabalho, que é muito bom. E o Vereador foi aquele que fez as denúncias de que ao redor do Estádio do Corinthians está havendo exploração sexual de crianças e adolescentes. Como disse o Juiz Paulo Fadigas hoje, ali é recorrente, ali sempre houve exploração sexual de crianças e adolescentes. Com as grandes obras e os incentivos foi muita gente para lá.

A Childhood Brasil fez uma pesquisa, e o resultado foi que 97% das pessoas confirmaram que existe exploração sexual naquela área; e 25% afirmaram que foram clientes de menores de idade.

Então, eu gostaria de ouvir o seu parecer sobre isso, Vereador Laércio Benko, Presidente da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Câmara de Vereadores do Estado de São Paulo.

A nossa Presidente Erika Kokay acabou de chegar.

Tem a palavra o Vereador Laércio Benko.

O SR. LAÉRCIO BENKO - Boa tarde a todos.

Cumprimento a Deputada Erika Kokay, Presidente da CPI; cumprimento a Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI; e cumprimento a Deputada Keiko Ota, que requereu esta audiência pública hoje.

Neste momento preciso registrar que, na CPI da Câmara Municipal de São Paulo, temos a participação do Vereador Ota, que realiza um grande trabalho e nos dá um grande apoio nos trabalhos da CPI.

Deputado Federal Vanderlei Macris, grande ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Deputado Estadual Adriano Diogo, aqui presente; quero dizer que esta CPI tem sido uma experiência antropológica interessante para a gente. Eu confesso aos senhores que, no início, o que me motivou a requerer a instalação da CPI na Câmara Municipal de São Paulo foi o fato de... Sou umbandista e tenho um terreiro de umbanda ao lado do Terminal de Cargas Fernão Dias. Lá nós fazemos um atendimento a várias famílias, e muitas dessas famílias nos relataram problemas de exploração sexual infantil naquele terminal de cargas.

Sinceramente, até começar esse trabalho, eu não imaginava que existisse esse problema na cidade de São Paulo. Eu imaginava que esse era um problema



restrito aos rincões das cidades, às cidades mais afastadas, às cidades menos avançadas do que a maior cidade do Brasil.

Mas, como havia esse problema, eu pensei: por que não requerer uma CPI para investigar isso? Logo quando comecei a trocar ideias fiquei sabendo que também existia esse problema no terminal de cargas, no CEAGESP.

Então, com base inclusive no nosso requerimento de instalação de CPI na Câmara Municipal de São Paulo, nós o fizemos citando apenas os exemplos do Terminal de Cargas Fernão Dias e do CEAGESP.

Pois bem, iniciados os trabalhos, para nossa desagradável surpresa; ouvindo várias ONGs, ouvindo as assistentes sociais da Prefeitura de São Paulo; ouvindo Polícia Militar, Polícia Civil e vários órgãos; Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura de São Paulo — aliás, quero destacar o grande apoio que a CPI recebe do Secretário Rogério Sottili, nos seus trabalhos. O Secretário Rogério Sottili tem nos dado muito apoio técnico, muito apoio pessoal no desenvolvimento dos nossos trabalhos —, fomos verificando que o problema da exploração sexual infantil avança, em muito, em várias outras situações, não apenas sendo dois problemas localizados no terminal de cargas Fernão Dias e no CEAGESP.

Verificamos, por exemplo, que há vários prostíbulo em São Paulo — e o objetivo da CPI não é investigar prostituição, e sim a exploração sexual infantil — que aceitam encomendas de garotas, de adolescentes, de crianças. Frequentadores ali mais chegados de alguns prostíbulo conseguem encomendar crianças para satisfazer os seus mais nefastos desejos.

Verificamos que o mesmo acontece muitas vezes com hotéis e motéis.

Infelizmente, ligado à questão dos hotéis, há o turismo sexual. Turistas mal intencionados, chegando muitas vezes de fora do País, em determinados hotéis, muitas vezes de luxo, encomendam adolescentes para satisfazer suas nefastas necessidades.

Verificamos também que é um problema que não está adstrito a uma classe social. Imaginávamos que eram crianças da classe D e E que muitas vezes se permitiam explorar nos terminais de carga ou no CEAGESP em troca de um prato de comida, em troca de algumas pedras de *crack* para os seus pais, em troca de algumas outras questões. Mas não. Verificamos que há uma rede que explora



adolescentes das classes A, B, C, D e E, e o problema vai de Guaianazes a Perus, de Capela do Socorro a Santana, passando pelo Jardins, passando por Brooklin, passando por Moema, porque temos muitas vezes crianças e adolescentes, principalmente neste caso de adolescente, cujo pai não dá uma calça que custa 4 mil reais, e essa adolescente, desabafando num salão de cabeleireiro ou em algum outro lugar, em alguns dias depois é aliciada para conseguir aquele presente caro que o pai não quis dar. E ela acaba sofrendo a exploração sexual e se tornando depois, como tudo que vê é muito fácil, algo contumaz. E muitas vezes para entrar no mundo das drogas e em outras coisas tão ruins quanto isso acaba sendo um pulo.

E verificamos também que é um problema recorrente no que diz respeito às grandes obras na cidade de São Paulo. E não há obra de envergadura maior nos últimos anos, na cidade de São Paulo, do que Itaquerão — sempre deixando claro que o problema que acontece nos arredores de Itaquerão não é porque é no bairro de Itaquera, não é porque é o Estádio do Corinthians, não é porque é a Construtora Odebrecht. É porque ali há uma grande obra. Então, não é algo subjetivo, e sim objetivo, mas que infelizmente, acontece, como deve ter acontecido em algum momento nas obras do Estádio do Palmeiras, como acontece nas construções de *shopping centers* ou em qualquer lugar onde haja um contingente muito grande de homens dormindo, dentro de uma obra que está em construção.

Infelizmente, isso ocorre muito e sempre ocorreu, para nossa infelicidade. E qual que é a conclusão, Srs. Deputados aqui presentes, senhoras e senhores? Uma conclusão preliminar a que nós chegamos na CPI, que já está na reta final de seus trabalhos, é que é um problema seriíssimo, mas que é um problema que 99,9999% da sociedade acreditam que precisa ser resolvido. É um problema unânime, é um problema de apoio unânime; toda a sociedade apoia esta causa do combate à exploração sexual infantil; toda a sociedade quer ver o fim deste problema; toda a sociedade se incomoda com isso.

É um tema que não tem quase nada de polêmico, como, por exemplo, há no tema da exploração sexual ou da prostituição. Há aqueles que defendem o direito de as mulheres se prostituírem. Mas neste caso, não. O caso da exploração sexual infantil é uma unanimidade social. E por que acontece esse problema? E aí nós



chegamos a um diagnóstico. Pelo menos eu e muitos colegas da nossa CPI na Câmara Municipal chegamos a um diagnóstico. Tem um velho ditado que diz: *“Cachorro que tem dois donos morre de fome”*.

Então, nós temos vários órgãos. Temos a Polícia Militar, que tem poder e competência para enfrentar o assunto; temos a Guarda Civil Metropolitana; a Polícia Federal; a Secretaria de Ação Social; secretaria não sei do quê; secretaria não sei do que lá; mas não há um comando central, um órgão que bata no peito e tenha a efetividade do controle do comando deste problema na cidade de São Paulo. E tomo a liberdade de falar apenas do assunto que conheço, que é na cidade de São Paulo. Não há uma autoridade específica a ser cobrada, porque, hoje, quando se fala em termo de cidade de São Paulo, a quem cobrar? Não há um nome ali, não há um responsável por cuidar desse assunto.

Então, acredito que a maior colaboração da nossa CPI, além de fazer muitas outras diligências até o seu final, que termina dia 12 de dezembro, além de continuar ouvindo todos os segmentos da sociedade, será propor para o Prefeito da cidade de São Paulo que crie ou que já dê a competência a algum órgão já existente, preferencialmente, para que tome conta e assuma a responsabilidade central de combater esse problema. Porque, se continuarmos deixando assistentes sociais, policiais militares, policiais civis e vários outros órgãos, cada um por si, com competência para tomar suas providências — e aí quando um manda relatório para o outro, que manda relatório para um, que informa um, que informa outro —, nossas crianças, certamente, continuarão sofrendo de exploração sexual infantil, a sociedade, certamente, continuará indignada; e nada será resolvido.

Eram essas as nossas considerações iniciais, Presidente. Agradeço a atenção, no momento em que chega o Deputado Jooji Hato aqui, que abrilhanta esta sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu convido para compor a Mesa os Deputados... Eu tinha convidado outro antes. O senhor pode vir para a Mesa.

Antes de passar a palavra para a nossa Presidente, Erika Kokay, para fazer as suas considerações, eu queria dizer que aqui, em São Paulo, a Polícia Rodoviária Federal apontou 1.776 pontos de vulnerabilidade. E hoje, na nossa reunião com o



Dr. Antônio Carlos Malheiros, que é Desembargador e Coordenador das Varas da Infância, ele fez três apontamentos. A questão do *crack*, que tem levado crianças e adolescentes à exploração sexual. Ele diz que, das mais de 2 mil pessoas envolvidas com o *crack*, 20% são crianças e adolescentes. A questão também que ele colocou, de outro ponto, foi a do Orçamento, que não há um Orçamento específico para a questão da criança e do adolescente. E são mais de 70 pontos da Cracolândia; e o Largo do Arouche, onde meninos, no dia de domingo, são explorados sexualmente; e do CEAGESP.

Então, eu já estou passando para vocês o que nós vamos perguntar nesta audiência, onde iremos esclarecer esses pontos, ver como nós podemos ajudar a combater esta mazela, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo.

Com a palavra a nobre Deputada Erika Kokay, que tem feito um excelente trabalho à frente desta CPI e também na Câmara dos Deputados, na questão de direitos humanos.

Seja bem-vinda. Fez boa viagem, não é?

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria desejar uma boa tarde a cada uma e a cada um de vocês; agradecer à Deputada Keiko Ota, que nos deu a oportunidade de estarmos aqui, fazendo esta audiência pública, porque foi de sua iniciativa o requerimento que deu origem à vinda da CPI ao Estado de São Paulo.

Nós temos trabalhado. Há meses estamos trabalhando, já fomos a vários locais, traçando fundamentalmente o diagnóstico. Nós queremos traçar o diagnóstico, diagnóstico não apenas da incidência da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o depoimento e os trabalhos que estão sendo feitos pela CPI da Câmara Municipal contribui, fundamentalmente, mas nós queremos também traçar o diagnóstico no nível de responsabilização e também no nível de atendimento as crianças e adolescentes que são vítimas de exploração sexual e turismo.

Então, vejam, traçar o diagnóstico significa não apenas nós detectarmos os pontos de vulnerabilidades, mas traçarmos o diagnóstico acerca das ações que



estão sendo engendradas. Se há ou não há um plano de enfrentamento à exploração sexual, em nível estadual, em nível municipal. Porque o plano tem a característica que é absolutamente fundamental de ser multissetorial. E nós achamos que, como os direitos humanos, eles são indivisíveis e inter-relacionados, as políticas que asseguram os direitos também só são eficazes quando são inter-relacionadas, quando são enganchadas umas às outras. Então, é impossível termos uma ação do poder público que seja uma ação absolutamente fundamental e eficaz se ela não tiver essa intersetorialidade. É óbvio que nós achamos que há que se ter uma centralidade no encaminhamento ou na coordenação desse processo, mas tem que ser sempre intersetorial, inclusive do ponto de vista da responsabilização. A responsabilização em que nós achamos há muita precariedade, particularmente quando nós lidamos com redes, redes que envolvem pessoas com influência política ou influência econômica. Nós já estivemos, algumas vezes, no Amazonas, estivemos semana passada no Acre, e nós vamos perceber na Região Norte, particularmente, ou essa incidência da impunidade, ou essa sensação de impunidade, ela é extremamente nefasta. Primeiro, porque ela tende a naturalizar a exploração sexual. E, segundo, porque ela provoca muito temor, temor nas pessoas sobre a força necessária do Estado Democrático de Direito, para coibir e protegê-la, se ela vier a denunciar.

Então, é preciso romper a impunidade. Romper a impunidade não é atribuição só do Poder Judiciário. Nós vimos, de forma muito prazerosa, no Acre, que o Poder Judiciário tem atuado de uma forma muito célere e com grande nível de sentenças condenatórias às relações, às situações e às redes de exploração sexual. Mas nós precisamos de boas polícias para fazer robustos inquéritos. Nós precisamos de boas policiais, de boa inteligência policial. Nós precisamos de um bom Instituto Médico Legal para produzir bons laudos. Nós precisamos, enfim, de que tenhamos um robusto inquérito, para que isso leve a uma denúncia do Ministério Público, e, ao mesmo tempo, que isso possa representar um rompimento desta impunidade, que penso que é a dificuldade que o Brasil tem de fazer o luto dos seus períodos traumáticos; seja do colonialismo, em que os pedaços do Brasil são entregues aos amigos do rei, que se sentiam donos também da terra, não só da terra, mas donos das mulheres, donos das crianças, donos dos trabalhadores, donos das pessoas.



Essa é a lógica patrimonialista que a gente tropeça nela todos os dias na nossa construção democrática e na nossa, digamos, significação da Constituição brasileira, que fala em dignidade humana. Mas nós também não fizemos o luto da escravidão ou da ditadura, onde o Brasil foi arrancado do próprio povo brasileiro, e o povo brasileiro não se sentia pertencente; nem que o País lhe pertencia, nem se sentia pertencente a este País. São lutos que precisam ser feitos.

E pedaços desta lógica desumanizante nós vimos com a incidência da exploração sexual de crianças e adolescentes, que envolve ou que estabelece um feixe de discriminações. Nós temos a discriminação, ainda que não seja absoluta, mas há o fator da pobreza. A gente tem visto isso. A pobreza arrasta para a exploração sexual, que é a primeira vitimização, ainda que nós tenhamos abuso sexual muito em relações intersubjetivas e muito generalizado. Mas nós temos como variável a pobreza, como variável para a situação de exploração sexual, ainda que, como disse o nosso Vereador, isso não seja absoluto, mas nós temos a pobreza como variável a ser considerada. Nós temos, por exemplo, nas nossas fronteiras, em São Gabriel da Cachoeira, as meninas trocando a sua virgindade por 20 reais, ou por um celular; ou meninas ofertando seu próprio corpo, eu diria a sua própria vida, como se coisas fossem, em troca de 3 reais, de 4 reais; numa população em situação de rua e população em situação de drogadição. Esse fenômeno é um fenômeno que precisa ser considerado também nos grandes centros urbanos, não apenas, mas particularmente nos grandes centros urbanos.

Mas também há discriminação de gênero, porque via de regra o gênero feminino sofre um processo de exploração sexual, embora nós tenhamos também a exploração sexual de meninos, e num processo crescente. Mas nós também vamos ver na Região Norte, particularmente, a discriminação étnica. São meninas indígenas, de origem indígena, via de regra, as maiores vítimas da exploração porque são as maiores vítimas de uma série de vulnerabilidades ou violação de direitos nesta desigualdade de um País tão marcado por casas grandes e senzalas.

E nós vamos ver a discriminação adultocêntrica, sem nenhuma dúvida. Sem nenhuma dúvida, adultocêntrica porque é como se criança e adolescente não fossem, enfim, donas de suas próprias vidas, não fossem sujeitas e sujeitos, e não



fossem destinatários de uma lógica e uma doutrina de proteção integral, como prevê a nossa própria legislação.

Então, nós vamos ver esse processo, esse feixe de discriminação, ao mesmo tempo, um processo de vitimização muito intenso e muito encadeado. A vitimização da situação de exploração sexual, de abrir mão da sua sexualidade, que tem uma fase muito própria e não pode ser objeto da sexualidade do adulto. Ao mesmo tempo, a discriminação porque a sua fala muitas vezes não é reconhecida.

E uma terceira vitimização, que é a culpabilização das adolescentes, particularmente das adolescentes, pela situação de exploração sexual, que muitas vezes não se percebem como pessoas exploradas e nem são percebidas como vítimas, haja vista a decisão do STJ de não considerar violência presumível ou estupro de vulnerável meninas que foram submetidas à situação de exploração sexual com 12 anos de idade. É a culpabilização. A sociedade culpa essas meninas, nega a sua voz, a sua fala, e culpa essas meninas e meninos pela situação de exploração em que elas foram envolvidas.

Então, portanto, nós temos muitos desafios a serem enfrentados. Esses são dois aspectos. A questão da responsabilização, de romper a impunidade. Por isso a ida da CPI no dia hoje — das Deputadas — ao Poder Judiciário, para que nós possamos ter um diagnóstico acerca disso, não na perspectiva de nos aprofundar, de mergulharmos num diagnóstico, mas, sim, de termos as condições necessárias para contextualizar, problematizar e sugerir as políticas necessárias para superação do diagnóstico quando ele é penoso.

E, ao mesmo tempo, nós também temos a preocupação da responsabilização. Como andam os nossos CREAS? Qual é a rede de atendimento? Qual é a rede de proteção? Quando nós falamos de atendimento, também estamos lidando com uma lógica sistêmica. Tem que ser uma lógica sistêmica ou que envolva a proteção, envolva a prevenção, a promoção, a proteção, enfim, e a reparação.

E o que nós temos visto nesse Brasil afora é que as meninas e os meninos vítimas de exploração sexual têm um largo tempo para que possam ter um atendimento. Eu lembro da fala de uma menina no Nordeste. Ela tinha 13 anos, e tinha sido publicizada e denunciada a sua situação de violência sexual quando ela tinha 11 anos. E ela fazia a fala dizendo... Ela dizia: “*A minha vida acabou. Nenhuma*



peessoa vai me querer. Eu nunca mais vou casar, porque eu não sou mais pura.” Então, óbvio que essa menina estava se vitimizando, se culpabilizando por uma situação, estava se culpabilizando por uma situação onde ela foi vítima, e que precisa de um atendimento. Essa menina, com 2 anos de denúncia da sua violência sexual, nunca havia tido um atendimento, para que pudesse ressignificar a sua vida, para que pudesse, enfim, interromper a situação de exploração sexual. Porque nós vamos ver isso também. Meninas em situação de exploração sexual, particularmente adolescentes, porque o olhar da sociedade é diferente para crianças e para adolescentes. Ela vê de forma diferenciada. Mas, do ponto de vista de adolescentes que estão em situação de exploração sexual, que são resgatadas e, em função da ausência de um atendimento que possa dar um novo ponto de chegada, que ela possa rever. Porque a gente não muda o que aconteceu conosco, mas a gente muda a forma como a gente percebe o que aconteceu conosco, e a gente se prepara para seguir adiante.

Então, essa menina, ela... Nós estamos vendo, e são dados inclusive da Polícia Rodoviária Federal e também da Polícia Federal, o processo de meninas que são resgatadas e que, depois, voltam para a situação de exploração sexual por ausência de um atendimento que vai envolver essa multidisciplinaridade, e vai envolver também um atendimento à própria família e a busca de identificar e ressignificar as relações comunitárias, inclusive.

Portanto, nós trabalhamos com esses aspectos que nos parecem que são absolutamente gritantes, que pululam. Eles pulam, saltam aos olhos e precisam de uma intervenção da sociedade, do Estado, enfim, para que nós possamos dar vazão ao aumento das denúncias.

Têm aumentado as denúncias pelo Disque 100. E é muito bom que tenham aumentado as denúncias de violência, porque indica que a sociedade se sente, de certa forma, responsável e tem denunciado. Em grande medida, as denúncias vêm de pessoas que não estão envolvidas diretamente. Mas é importante que haja esse rompimento de certo pacto de silêncio que, em verdade, alimenta a exploração e a violência sexual e também indica a desnaturalização.

Se há aumento de denúncia, está desnaturalizada a exploração sexual, a violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas é preciso, para além da



denúncia, que haja a responsabilização e que haja o atendimento. Senão nós temos apenas a denúncia, constatamos o evento, que é absolutamente louvável. Nós não estamos menosprezando o aumento das denúncias, achamos que é importante, mas é insuficiente para que nós possamos fazer esses lutos que o Brasil precisa fazer.

Por fim, quero dizer que nós estamos trabalhando com alguns outros aspectos. Um deles são os grandes eventos. O Brasil vai sediar a Copa. Nós tivemos um seminário para discutir como estão os comitês, como está a preparação, qual é o fluxo de atendimento, quais são as discussões e as ações preventivas, inclusive, para que nós possamos receber os grandes eventos, particularmente os eventos esportivos.

Há experiência já no Brasil de locais, como Salvador, que é uma experiência que precisa ser reproduzida e replicada do ponto de vista do fluxo de atendimento, porque recebe grandes eventos, como o Rio de Janeiro, como alguns locais do Brasil já têm certa experiência com grandes eventos. É preciso que a gente possa envolver o conjunto do Brasil e possa envolver o País nessa preparação. Preparar o Brasil para as Copas não é apenas dotá-lo de infraestrutura turística, enfim, ou aeroportuária, ou que seja, é proteger nossas crianças e adolescentes.

E o segundo são as grandes obras. As grandes obras, inegavelmente, não há qualquer sombra de dúvida de que elas recrudescem a violência, a violação de direitos contra crianças e adolescentes, com recorte na violência sexual. Não tenho nenhuma dúvida, não temos nenhuma dúvida. Fizemos por volta de oito audiências públicas, com vários olhares, várias leituras, vários pontos de vista, e não há dúvida acerca disso.

Nós vamos fazer um seminário nessa perspectiva, e já convido o nosso Vereador para estar conosco. Nós vamos fazer um seminário sobre esse impacto das grandes obras, porque é preciso ter um novo marco legal. Nós temos um marco que assegura o licenciamento ambiental. Ele é socioambiental, mas, muitas vezes, o licenciamento ambiental reduz a intervenção do Estado na preservação dos direitos, posto que o meio ambiente também é um direito que precisa ser assegurado. É preciso que a gente introduza elementos para assegurar a condicionalidade de



algumas ações para a existência das grandes obras, inclusive, o aumento da fiscalização.

Nós precisamos ter planos. Nós estamos falando aqui do estádio, como foi dito, mas nós temos as experiências. Analisamos o caso de Belo Monte, de Jirau, de Santo Antônio, que são comunidades muito distantes de grandes centros. Jirau e Santo Antonio nem tanto. Mas Belo Monte é muito distante e recebe 30 mil homens, 25 mil, 30 mil homens sem nenhum tipo de vínculo, e isso provoca a mudança de rotas, inclusive. Há uma flexibilização das rotas.

Nós tivemos a oportunidade de escutar tanto a conselheira tutelar, quanto o delegado da Polícia Civil e a própria vítima e a mãe de uma menina em situação de exploração em cárcere privado, inclusive, nos arredores das usinas, dos canteiros da usina de Belo Monte. E ela foi aliciada no sul do País. Ela foi aliciada, se não me engano, em Santa Catarina. Passou dias e dias, 7 dias ou mais que isso, em uma *van*, porque não podia se utilizar... Há mais controle nos aeroportos do que nas estradas brasileiras. E ela estava em situação de cárcere privado. Ali, naquela região, tínhamos um bordel, com a existência da obra, sete prostíbulos. Obviamente que a prostituição não é crime no Brasil e nós não estamos investigando a prostituição, mas nós estamos investigando a exploração, como disse o Vereador, exploração sexual de crianças e adolescentes.

Então, há mudança de rotas. Nós temos mais de 200 rotas de exploração sexual no Brasil, grande parte concentrada no Norte. E as rotas mudam para ter como destino final as grandes obras.

Então, o Brasil precisa, e nós estamos trabalhando nisto: na modificação da legislação. É preciso construir planos de enfrentamento, que sejam planos construídos com toda a rede de proteção, planos que possam ser fiscalizados. É preciso que o Estado e as empreiteiras — nós também chamamos as empreiteiras — possam se responsabilizar para que nós possamos, enfim, não ter esse rastro de violação de direitos.

No caso de Jirau e de Santo Antônio, houve um aumento de mais de 200% no caso de estupro. É lógico que houve um alargamento da tipificação de estupro, mas é um número absolutamente assustador. Mais de 200% de casos de estupro depois da instalação dos canteiros. E nós tivemos um aumento de quase 30% de gravidez



precoce naquela região. E não há dúvida — eu repito — não há dúvida de que as grandes obras levam ao recrudescimento.

Então, se está constatado isso, diagnosticado, é preciso que a gente aprofunde as medidas e os marcos legais da legislação, para que nós possamos coibir e possamos proteger nossas crianças e adolescentes.

Por fim, a questão das fronteiras. Fronteiras de formas diferentes. A fronteira do Mato Grosso do Sul é uma coisa, a fronteira do Acre que faz fronteira com alguns países é outra coisa, a fronteira do Amazonas é outra realidade. Mas nós temos muitas notícias tanto no Acre quanto no Amazonas de instituições e pessoas que deveriam proteger nossas fronteiras estão envolvidas em redes de exploração sexual.

Portanto, as fronteiras, nós precisamos ter outra... A gente tem uma preocupação grande com as fronteiras, o que é absolutamente correto, mas também temos que introduzir a preocupação com as nossas meninas, com os nossos meninos, porque não há dúvida de que a fronteira é um ponto de vulnerabilidade.

Então, essas são as preocupações da CPI. Por isso nós estamos aqui, como eu disse, graças à Deputada Keiko Ota. Eu cheguei agora à tarde, mas a CPI esteve com o Poder Judiciário. Amanhã nós queremos conversar com o Executivo, porque é preciso que a gente possa dialogar com o conjunto dos Poderes constituídos, para que nós possamos criar as estruturas necessárias para proteger nossas crianças e adolescentes, que digo: é apenas o direito de ser criança.

Um país que tira o direito de ser criança, que ultraja a infância, que rouba a infância, que, enfim, tem a infância destruída, é um país que perde a noção de humanidade. Se a gente deixa de ver em uma criança um ser humano, já disse Betinho, é porque a gente só consegue ver o que foi feito com ela, e a gente não consegue mais perceber o humano onde há humanidade. Há uma desumanização simbólica, e essa desumanização provoca uma inferiorização das relações entre seres humanos e provoca uma sociedade muito violenta.

A exploração sexual transborda as relações de vitimizar crianças e adolescentes. Vitimiza o conjunto da sociedade. O conjunto da sociedade é penalizado com isso, porque nós perdemos a noção de humanidade. A noção de



humanidade, o reconhecimento das crianças enquanto tal, dos adolescentes enquanto tal. É por isso que os desafios estão postos.

Nós vamos prosseguir a nossa audiência, só estabelecendo o seguinte: a Relatora tem a prerrogativa de a qualquer tempo, a qualquer momento, fazer uso da palavra para solicitar qualquer esclarecimento que seja importante, para que ela possa formar uma opinião e consolidar o seu relatório.

Eu vou, então, passar a palavra ao Deputado Macris, que é membro da nossa CPI, aqui, também do Estado de São Paulo, e é um grande defensor de grandes lutas, inclusive do fim do voto secreto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu gostaria, aproveitando a sua presença agora — eu a estava aguardando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Fale ao microfone, porque, se não, não grava.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A Deputada Keiko Ota participou comigo de uma Comissão Especial em que nós levantamos profundamente, durante 9 meses, as consequências sobre o excesso do uso de álcool no Brasil.

Foi um trabalho excepcional que nós fizemos, ouvindo médicos, especialistas, governos, universidades, foram mais de 20 audiências públicas, andamos pelo Brasil afora, e constatamos algumas coisas, eu diria assim, impressionantes. Desse trabalho, realmente nasceram várias mensagens, vários projetos que estão tramitando no Congresso hoje, para colaborar com a amenização dessa problemática.

Uma das questões que nós levantamos, Presidente Erika, foi de pesquisas, por exemplo. Foi dito por vários especialistas, na ocasião, que dos jovens viciados em álcool 40% começaram a beber antes dos 11 anos de idade.

Veja, essa juventude começando a beber antes dos 11 anos de idade, nós entendemos que esse é um ponto de vulnerabilidade muito forte na questão da exploração de crianças e adolescentes, porque a iniciação no álcool colabora fortemente para que isso aconteça.

Então, como ponto de vulnerabilidade, nós entendemos que devemos também nesta CPI, da qual eu participo, atuar fortemente.



Aqui em São Paulo, nós temos alguns programas nessa direção, como é o caso de proibição — é muito forte — da venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos. Esse é um projeto do Governo do Estado que está em andamento.

Eu já conversei com o Ministro da Saúde também. Ele é um entusiasta da ideia. Nasceu dessa proposta aqui também uma legislação que proíbe no Brasil inteiro a venda de bebidas alcoólicas. Já é proibido, mas com sanção administrativa. Isso é fundamental para transformar o gerente do boteco, do bar, num fiscal, sabendo que ele pode perder a licença de funcionamento.

Então, essa é uma questão importante que nós queríamos levantar nesta reunião.

Eu queria passar às mãos de V.Exa. e da Relatora também o trabalho que nós realizamos, porque eu acho fundamental que a gente possa avaliar dentro da nossa CPI essa questão.

Muito obrigado.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou ler aqui o nome das pessoas que nós convidamos. O Sr. Everaldo que está aqui. É apenas para se identificar. Algum representante da Prefeitura? Poderia dar o nome para... O Deputado Adriano Diogo, eu o vi aqui, mas assim que... Ele, retornando, terá...

O Desembargador Carlos Malheiros, alguém que possa representá-lo? Juiz Reinaldo Cintra — como a CPI esteve de manhã com eles talvez eu não tenha visto. Juiz Reinaldo Cintra. *(Pausa.)* Algum representante? *(Pausa.)*

A Promotora de Justiça Luciana Tchorbadjian. *(Pausa.)* Algum representante? Há representante? *(Pausa.)* Só para indicar aqui, porque nós vamos chamar no momento adequado.

A Promotora de Justiça Fabíola Moran Faloppa. *(Pausa.)*

Rogério Hamam está sendo representado por Nazira Levy Brundniewski. O Vereador, por Elisabete Ferreira Sato.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Deputada, eu represento a Diretora do DHPP.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo. Então, só para pedir às pessoas que estão representando para dar o nome.



O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Já deu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sra. Ancilla Dei Vega Baptista; Sr. César Camargo; Adalberto Henrique Barbosa — você já está aqui para representá-lo; inspetor José Marcelo; inspetor Isaque de Lima; Aldo Ivata; Gabriela Moccia; Fábio Silvestre; Ricardo de Moraes; Vitor Pegler; Dalka Chaves, Geraldo Gonçalves de Oliveira e Pedro Amadeu.

São essas as pessoas que vão estar conosco.

Eu vou dar continuidade com esses esclarecimentos, e a Relatora, a qualquer momento — como os membros da CPI, mas, particularmente, a Relatora —, pode solicitar qualquer tipo de esclarecimento, aprofundamento, enfim, o que achar necessário para compor o relatório.

Eu passo agora a palavra ao Deputado Jooji Hato, Vice-Presidente desta Assembleia Legislativa, aproveitando para mais uma vez agradecer ao Presidente da Assembleia, Deputado Samuel Moreira, que nos possibilitou esta audiência disponibilizando os recursos necessários para tanto.

Com a palavra o Deputado Jooji Hato, Vice-Presidente desta Assembleia Legislativa.

O SR. JOOJI HATO - Caríssima Presidenta Erika Kokay, nossa Relatora Liliam Sá, eu fico muito feliz por estar aqui ao lado de dois grandes Deputados do Estado de São Paulo — Deputado Vanderlei Macris e Deputada Keiko Ota —, nossos amigos, bem como ao lado de Laércio Benko, que é professor do meu filho, que também é vereador aqui na Capital. Aliás, maior Câmara do hemisfério sul, a Câmara Municipal de São Paulo tem uma força muito grande, e eu quero parabenizar o querido vereador, que representa nossa cidade.

Cumprimentando todas as personalidades aqui — e eu as vejo do setor de segurança pública, que é tão importante —, eu quero em nome do Presidente Samuel Moreira e da Mesa Diretora, em nome de todos os Deputados...

Pena que esta audiência é numa segunda-feira; se fosse amanhã, aqui haveria muitos Deputados, certamente. É que muitos Deputados são do interior e acabam não estando aqui na Assembleia no dia de hoje, segunda-feira.



Esta audiência pública é muito importante. Quero parabenizar todos os membros dessa douta Comissão, parabenizar as pessoas aqui presentes, e fazer duas sugestões, caríssimas Presidenta e Relatora.

Eu sou da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Acho que o Desembargador Malheiros tem toda a razão em relação ao turismo, à exploração sexual de crianças e adolescentes, mas eu quero aqui começar dizendo que a bebida alcoólica é a porta de entrada das drogas. Antes, era a maconha; hoje, é a bebida alcóolica, da qual se vai para o *crack* e o oxi, que é último degrau da escala das drogas ilícitas. Queria o apoio do Congresso Nacional, porque existe uma lei estadual que não permite venda de bebida alcoólica em estádios — de futebol, por exemplo. Nós vamos ficar de joelhos diante da FIFA, quando temos outras federações na Europa que proíbem a venda de bebida alcoólica nos estádios da Europa, e nós vamos fazer com que haja a venda, quando nós perdemos a grande oportunidade de dizer que a bebida alcoólica é um malefício, uma droga oficial que causa tantos malefícios à população. Esse é um pedido.

Segundo, lembro-me não de um membro do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, lembro-me de um membro do Poder Judiciário, um juiz chamado Evandro Pelarin, de Fernandópolis, uma cidade do interior, que fez o toque de acolher: ele proibiu que as crianças e adolescentes ficassem em pontos vulneráveis, pontos em que eram explorados, inclusive sexualmente, na cidade de Ilha Solteira e na região também de Andradina. O Dr. Evandro Pelarin fez cumprir que, nesses locais, esses adolescentes teriam que ser acolhidos pelo Conselho Tutelar, pelos órgãos competentes, e entregues à família, porque esses adolescentes estavam sendo explorados, inclusive sexualmente, nos botecos da vida, nos *points* da vida. Eu não quero tomar muito tempo aqui dessa douta Comissão, mas quero dizer que, infelizmente, entraram com liminar e tiraram esse poder, esse exemplo do Dr. Evandro Pelarin, na cidade de Fernandópolis, aqui no Estado de São Paulo.

Eu quero dizer que, como autor da Lei Fecha Bar, chamada de Lei do Silêncio e de Lei Seca até, quando a fiz aqui na cidade de São Paulo, como Vereador, nós tivemos muitas dificuldades: enfrentar a AMBEV não é fácil. Tivemos muitos problemas, tivemos muitas dificuldades, e depois de 12 ou 15 anos é que tivemos a AMBEV dizendo que essa lei era boa. Quando aprovei aqui na cidade de São Paulo,



como Vereador, minha cara Presidenta, a Lei Fecha Bar, uma lei municipal, que Diadema seguiu depois de 2 anos e outras cidades seguiram antes, como Barueri, através do Prefeito Gil Arantes, perto de Campinas e também Hortolândia, matavam e assassinavam, por motivos fúteis, nos botecos da vida, 33 pessoas por mês. Quando o Prefeito decretou a nossa lei e seguiu a lei que fizemos aqui, São Paulo zerou durante 3 meses.

Então, eu quero finalizar dizendo que lutar contra a AMBEV não é fácil, mas nós ganhamos, embora com muitas dificuldades. Outras cidades seguiram essa lei, e hoje essa lei municipal se transformou em lei nacional. Isso foi lá na Câmara Municipal do Laércio, aqui em São Paulo, na Capital, onde fui Vereador durante 28 anos. Eu fico feliz por vir aqui para a Assembleia Legislativa, e estou tentando repetir outros projetos que não consegui aprovar na Câmara Municipal de São Paulo.

Termino minha fala dizendo da grande alegria de estar aqui junto com essa douta Comissão. Nossa tarefa não é fácil, é difícil: envolve interesses econômicos, interesses múltiplos. É uma luta grande, mas contem conosco. Certamente, minha cara Presidenta, conte conosco nessa luta, que é às vezes desigual — a mídia não nos ajuda. E termino minha fala dizendo: quantas mortes nós não poderíamos evitar, através das pessoas que ingerem bebidas alcoólicas ou drogas e exploram as crianças? Essas crianças não têm qualidade de vida e muitas delas perecem, morrem. E, quando ingerem bebida alcoólica, as pessoas saem, atropelam, são atropeladas, espancam em casa a esposa, as crianças, dão maus exemplos.

E nós ficamos de braços cruzados, aceitando que a FIFA coloque de joelhos a todos nós. Essa é a grande oportunidade para dizermos ao mundo que a bebida alcoólica é nefasta, e vamos aceitar isso, infelizmente.

Eu quero dizer a todos, então, que, quando nós vimos aqui, na cidade de São Roque, o laboratório do Instituto Royal, que sacrificava animais em nome da vida, dizendo que era para fazer experimentos para medicamentos, percebemos que tudo bem que até se faça o sacrifício de animais — não da forma como estão fazendo —, mas, de repente, Deputado Macris, nós nos esquecemos da outra parte: ganhamos numa e perdemos noutra, porque nós perdemos vidas através da bebida alcoólica, através da droga, que é uma epidemia, através de acidentes de carro a todo instante, e nós, em nome da vida, começamos a penalizar os animais. Um absurdo.



As motos ceifam aqui na cidade de São Paulo três pessoas por dia e deixam uma legião de mutilados, de cadeirantes, e nós ficamos de braços cruzados.

Quero parabenizar essa douta Comissão, que está se mexendo, está reagindo. É disto que precisamos: reagir para mudar este País, para dar aos futuros herdeiros uma herança melhor do que a que tivemos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Jooji Hato.

Vou passar a palavra — vou começar a chamar as pessoas que foram citadas — ao Sr. Pedro Amadeu dos Passos, que é Assessor Institucional da Ordem dos Parlamentares do Estado de São Paulo.

Eu queria ver se nós poderíamos estabelecer um tempo, por volta de 6 minutos, com a promessa de flexibilidade da Mesa. (*Pausa.*)

Então, Sr. Pedro Amadeu dos Passos, Assessor Institucional da Ordem dos Parlamentares do Estado de São Paulo, eu lhe passo a palavra por 6 minutos.

O SR. PEDRO AMADEU DOS PASSOS - Boa tarde.

É um prazer muito grande estar neste evento importantíssimo. Eu sou vítima de violência, eu sou uma pessoa que é uma vítima viva, porque eu já fui baleado em um assalto num restaurante. A única diferença que teve foi que esse bandido foi morto lá na hora, porque a gente estava num jantar de empresários, e tinha muita gente armada, seguranças — inclusive tinha políticos e empresários —, e ele foi assassinado lá na hora. A diferença foi essa. Faz bastante tempo que eu vivo batalhando contra a violência, inclusive com a Deputada Keiko Ota, que é uma referência internacional. Eu acompanho os passos de sua movimentação desde quando assassinaram seu filho, Ives Ota.

Eu gostaria de dizer que tem uma importância muito grande estar aqui com todos os Deputados, todo mundo que está aqui é importantíssimo, todo mundo tem o objetivo de a gente resolver esses problemas, mas o problema que eu vejo mais é na parte das leis. Então, eu gostaria de pedir aos políticos importantes que estão aqui hoje que a gente se una numa organização ousada mesmo para chegar, pressionar lá em Brasília mesmo, fazer uma pressão muito forte lá em Brasília, para ver se mudam as leis, porque não adianta: o pessoal trabalha, todo mundo, com o



objetivo de resolver o problema — inclusive nós estamos aqui com essas autoridades de DHPP em peso aqui, uma polícia de primeiro mundo —, mas eles prendem e soltam, porque as leis não deixam.

Dão a entender que o nosso Governador mesmo também não está conseguindo... O crime organizado está em todo lugar. Vocês veem esse caso aí. O Governador parece que não está nem tendo mais autoridade. Manda prender, aparece um juiz aí e já derruba tudo. Então, é complicadíssimo.

Então, eu estou aqui para pedir: a gente se reunir todo mundo e fazer um movimento mesmo, ousado, para valer, com o apoio de todo mundo.

Esses dias, eu fui a um jantar com o Vice-Presidente da República, e tinha um assassino lá, jantando e falando com todo mundo, contando histórias. Ele está condenado — vou até falar o nome: Farah Jorge Farah. Ele estava lá jantando, ele mesmo cumprimentou o Vice-Presidente da República como se nada tivesse acontecido. Ele está condenado até por júri popular, e anda solto por aí, sem problema nenhum. Então, o pessoal não tem medo.

Esse problema das crianças é um problema seriíssimo, que já tem muito tempo e é difícilimo. Realmente, todo mundo já sabe que é um problema seriíssimo, e, se não mudarem as leis, não vai adiantar muita coisa, não. Eu sei que todo mundo aqui é importante, os Deputados sabem, conhecem com referência a esse negócio das leis. Só se a gente mudar mesmo as leis, fizer um plebiscito para mudar realmente, e mudar para valer mesmo, se não, não se consegue resolver isso nunca.

Então, eu agradeço muito a todo mundo que veio aqui. Eu convidei bastante gente importante que está aqui. Tem a minha amiga cantora. A Elza Nunes está aqui, representando a parte artística. A gente está sempre nas movimentações. Aonde a gente vai, a gente fala da violência.

Eu faço parte também de um movimento importantíssimo internacional, que é a Unificação para a Paz Mundial. A gente tem uma força muito grande, tem apoio da ONU, das Nações Unidas. A gente está em todo o mundo. E a gente vê que em outros países é totalmente diferente, funciona a coisa, por causa das leis.

Então, muito obrigado. Vou encerrar minha fala aqui com um grande prazer. É muito importante esta reunião aqui. Com certeza, vai ser um sucesso muito grande.



Desejo boa sorte à Presidente, à Vice, a todo mundo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dr. Pedro Amadeu dos Passos.

Passo a palavra ao Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, que é Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade — CONTRATUH e membro da Câmara Temática de Turismo Sustentável e Infância, do Conselho Nacional de Turismo.

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO - Boa tarde a todas e a todos! Quero cumprimentar aqui a Presidenta Erika Kokay; a nossa Deputada Relatora, Liliam; a Deputada Federal Keiko Ota; os demais Deputados — Deputado Vanderlei —, nosso Vice-Presidente da Câmara de Vereadores; todos os militantes, que representam a sociedade civil, e as autoridades que aqui estão em defesa desta causa tão nobre, que é o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu estou aqui representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. Quero deixar claro que o nosso segmento de turismo e hospitalidade no País não é sinônimo de abuso e exploração sexual. No entanto, é um excelente fio condutor. A gente vê essa situação, que é trazida e muito bem aclarada por todos aqueles que me antecederam na fala. Estamos falando de crianças e adolescentes, sujeitos de direito no sentido transversalizado de receber todas as políticas públicas sociais básicas.

Assim sendo, a gente vê não tirarem do papel os arts. 4º, 5º e 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei federal que veio para ratificar, com seus 265 artigos, o art. 227 da Constituição Federal.

Então, ao falar de fundamentação legal, é nada mais do que omissão e negligência de vários setores. Quando eu digo vários setores, é porque não se faz cumprir aquilo que está fundamentado em lei, para a nossa tristeza. E fere de morte o que temos de mais sagrado, todos nesta sala, todos neste País, que são as nossas famílias. Todas as nossas crianças e adolescentes estão no sentido vulnerabilizado de receber essa exploração, ato libidinoso e mais do que isso.

A criança e o adolescente, durante a sua faixa etária de formação de personalidade, esperam receber de nós, adultos, afeto, carinho e amor. E, ao



contrário, recebe um ato libidinoso, uma exploração sexual. Fere de morte a vida, a perspectiva futura de uma criança que amanhã será mãe. Todas aqui presentes foram crianças e adolescentes de ontem. As de amanhã estarão na faixa etária de cuidar das duas pontas.

Precisamos saber de fato se as nossas crianças e adolescentes de hoje estarão na faixa etária amanhã e serão cidadãos e cidadãs de direito para cuidar das duas pontas. Os seus filhos, que serão nossos netos, e nós enquanto idosos estaremos em situação peculiar de receber cuidado especial.

A experiência que eu trago aqui é a experiência de ex-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais; de Coordenador de Articulação Política do Fórum Nacional DCA; de membro da Câmara Temática de Turismo Sustentável e Infância do Conselho Nacional de Turismo. Portanto, é uma experiência. Através da nossa Confederação, nós temos chamado os mais de 450 sindicatos filiados, para conscientizar os trabalhadores do turismo e hospitalidade, nos bares, restaurantes, hotelaria, salões de beleza, cabeleireiros, de asseio e conservação, cabineiros, todos, no sentido preventivo. Nós acreditamos numa ação proativa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como vocês fazem esse trabalho? Vocês fazem panfletos, fazem reuniões? Como é feito o trabalho, por gentileza?

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO - Pois não, nossa Relatora. V.Exa. fez uma pergunta que me dá oportunidade de responder. Temos feito um trabalho há 3 anos em todo o País, através de todas as Regiões, cada ano consecutivo em uma das cidades do Estado da Região. Fizemos no Rio Grande do Sul a primeira delas, representando o Sul, em seguida no Paraná e em Santa Catarina. Todos os sindicatos, filiados e dirigentes de cada uma das regionais participaram de um *workshop*, quando nós temos um dia inteiro para falar sobre o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Antecedente a esse *workshop*, com essa temática, nós fizemos um de combate à violência doméstica, chamado Viver Mulher, para o combate à violência doméstica, por se tratar de um ambiente em que se tem 90% de mulheres. E por



que isso? Porque entendemos que a mulher é um ser divino. Ela é que dá à luz. Ela é que dá uma nova vida. Nós, homens, apenas uma pequena contribuição.

É dentro desse princípio que a gente vê uma mudança significativa. A partir de 1961, quando veio o Estatuto da Mulher, a mulher começou a ocupar todos os espaços e, de uma forma digna, a receber remuneração pelo trabalho que presta. Até essa data, a mulher era tão somente professora e mal reconhecida por nós homens enquanto família.

Mas aí nós temos uma atividade diferente, e precisamos perguntar quem está educando nossos filhos e filhas, na primeira, segunda e terceira infância e, especificamente, na pré-adolescência: se é a mídia, através da televisão, que prega o consumismo exagerado e a banalização do corpo da mulher; se é a mídia, através do computador, num quarto trancado, onde a pedofilia exerce todo o seu direito porque não existem limitações; se são os *videogames*, em que, quanto mais se matam idosos, mais pontos se ganham — porque as mães são trabalhadoras, os pais estão fora do lar, como é modelo de família patriarcal.

Quando vemos uma iniciativa proativa, queremos chamar então de educação infantil, que é nas creches — aí literalmente. Eu peço licença para dizer creche no sentido literal de ser espaço físico de se cuidar de filhos e filhas de mães trabalhadoras.

Assim sendo, nós vimos omissão do Estado, este Estado que se diz de Direito, mas que pouco cumpre aquilo que está fundamentado em lei, quando não dá oportunidade de a maioria de nossas crianças e adolescentes estar, ainda que em um espaço físico dentro das vilas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Para concluir, senhor.

O SR. GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO - ...de populações ribeirinhas e favelas, numa creche de educação infantil, para que essas crianças sejam educadas e, principalmente na terceira infância, saibam do mundo da drogadição e, principalmente, da liberdade para a sexualidade com responsabilidade.

Aí nós teríamos de fato uma família exercendo o seu papel, como de fato tutor das nossas crianças e adolescentes. É assim que a CONTRATUH pensa, através do nosso corpo diretivo, fazer um trabalho preventivo, educando os nossos



trabalhadores em turismo e hospitalidade, para evitar a exploração sexual, principalmente no momento em que antecede à Copa do Mundo e à Copa das Confederações.

Agradeço a oportunidade de estar presente. Espero ter contribuído para o processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Desembargador Antonio Carlos Malheiros, que é titular da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É um prazer tê-lo aqui.

Nós estamos com o tempo de 6 minutos para cada pessoa que vai fazer uso da palavra.

Passo a palavra então à Sra. Dalka Chaves de Almeida Ferrari, que é Coordenadora-Geral de Parcerias do Centro de Referência às Vítimas de Violência.

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Boa tarde!

Agradeço o convite, cumprimento a Mesa e parabênzo a Comissão pela iniciativa.

Acho que São Paulo vem atacando essa questão há muito tempo. Eu represento aqui uma ONG, o Instituto Sedes Sapientiae, e a Childhood do Brasil, com quem temos parceria. Temos parceria também com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Esse trabalho de atendimento e prevenção a vítimas de violência a gente iniciou sob a coordenação do Estado — está aqui do meu lado a Nazira —, pela Secretaria Estadual, em 1988.

Só para vocês terem uma ideia, a gente tem um trabalho de detecção desse fenômeno, principalmente da violência doméstica, que depois foi se deteriorando em outros tipos de exploração.

Então, a gente vê aí a exploração não agenciada, dentro da família; a exploração aliciada, que faz parte do crime organizado. A gente sabe que é muito difícil enfrentá-lo. As vítimas nos chegam depois que passaram por essa experiência desastrosa. Temos também a exploração sexual que vai decorrer da questão da pornografia, que está muito intensa via Internet; também em relação à questão do



turismo — e aí chamando a atenção para a questão das estradas, das grandes obras, das cidades turísticas. Então, é uma gama bastante ampla da exploração sexual. Se realmente esta Comissão vai levar até ao final, acho que seria interessante ver todos esses aspectos. Aqui a gente poderia falar só da questão da vítima, da vitimização, mas eu acho que a forma como ela é vitimizada é muito variável.

Aqui na cidade de São Paulo, a gente tem atualmente uma ajuda, em termos de radiografia, de raio-x dessa questão, através de um programa em parceria, que a SMADS — Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social vem fazendo com o PAIR, que é o programa de ações referenciadas, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, que trouxe um diagnóstico bastante amplo, uns 2 anos atrás. A partir daí, nós temos uma série de ações, que são as entidades conveniadas com esse projeto.

Então, foi detectado que aqui a maior incidência desse tipo de exploração está presente nas regiões leste e sul da cidade, que são as regiões de maior cunho demográfico. É difícil a constatação dessa situação, porque a informação não é muito processada. Há uma deficiência em âmbito dos Conselhos Tutelares e de todos os serviços em geral para a passagem dos dados. Então, a questão do equipamento, o registro disso fica complicado.

A gente tem a informação dos números pelo Disque 100. Vou atualizar aqui os números. O último levantamento foi feito junto com a Childhood num seminário em que estamos trabalhando em parceria, para fazer o fortalecimento de jovens como multiplicadores, para o enfrentamento dessa questão da violência na Copa do Mundo, na próxima Copa.

Então, no Disque 100 do ano passado, em 2012, 130.029 denúncias registradas têm a ver com o Módulo Criança e Adolescente; 37.727 dessas 130.029 denúncias, 29%, referem-se a violência sexual. São dados da Secretaria de Direitos Humanos.

O mercado de sexo é uma das atividades ilícitas mais rentáveis do mundo. Temos informação, por várias pesquisas inglesas, alemãs e europeias, de modo geral, de que o Brasil, segundo a escritora Christiane Sanderson, é o país que tem o maior índice de exploração sexual — isso já está nos livros na Europa —, com 600



mil casos, competindo com outros países no mercado internacional de sexo: Tailândia, Filipinas, República Dominicana.

Então, eu acho que essa questão merece um estudo realmente aprofundado e, principalmente, uma prevenção. Acho que a gente tem que ter aí uma parceria com as escolas, para fazer uma sensibilização com as famílias, para evitar que crianças e adolescentes participem dessa situação.

Atualmente, fazendo parte dessa rede ligada ao PAIR e também ao preparo sobre esse projeto com a Copa, temos visitado redes de enfrentamento nas regiões da periferia, e a queixa maior que aparece em todas essas redes, Zona Sul, Zona Leste, Zona Norte, Zona Oeste da cidade, tem a ver com bailes denominados por aqui de pancadões, onde a exploração sexual acontece livre e solta. Não há nenhuma fiscalização. As famílias ficam totalmente invadidas, porque seus filhos, suas filhas querem participar disso, e não conseguem então cercear, porque há certa recompensa financeira. E por aí começa a exploração sexual.

Então, a cidade de São Paulo, além do que já foi citado pelo nosso Vereador, tem ainda esse grave problema, que chama a atenção por informação dessas redes de enfrentamento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por favor, esses 600 mil casos no Brasil, como é que...

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Foram levantados via UNICEF, via informações internacionais, na França, e constam do livro, da escritora Christiane Sanderson, *Abuso Sexual em Crianças*.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por ano?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ao ano?

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Foi o ano de 2006.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Até?

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - É. Não sei se aumentou ou se diminuiu.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deve ter aumentado, porque, segundo a UNICEF, tem 250 mil crianças no Brasil vítimas da exploração sexual — crianças e adolescentes. Para chegar a 600 mil, ela deve estar colocando o abuso intrafamiliar e outras formas de violações de crianças.



A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Outras, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Violência sexual, como falou a Presidenta.

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Então, é um problema realmente bastante sério. Mas a gente sente, estamos no caminho de um enfrentamento. É importante essa articulação das Secretarias e dos Ministérios. Se a gente não tiver essa articulação, é trabalhar cada um no seu setor. Como já foi falado aqui, não vai levar a um planejamento único.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada.

Vocês também, nesse trabalho de vocês, só trabalham com mulher, nesse sentido?

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - Não. Principalmente criança e adolescente e suas famílias.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E vocês fazem esse acompanhamento? Vão a casa? Como é o trabalho, por gentileza?

A SRA. DALKA CHAVES DE ALMEIDA FERRARI - O trabalho chega ao nosso serviço por denúncias, que são notificadas ou não. A demanda espontânea é muito pequena. A maioria dos casos às vezes já vem com processo jurídico formalizado. Pelo nosso convênio, a gente atende 80 famílias — dentro desse projeto — numa unidade da Lapa e 80 famílias na unidade do Butantã. São dois serviços da mesma ONG.

Agora, a parceria com a Childhood tem uma história desde 2004, e com a Fundação ABRINQ, com a utilização de polos de prevenção, nessas periferias todas. Então, são 22 polos que funcionam, e damos supervisão desde 2004 para esse enfrentamento. São organizações sociais que fazem essa detecção e o encaminhamento para o fluxo da rede.

Agora, as redes, como eu já falei, são mais ou menos setorizadas; o que falta em São Paulo é uma junção, é uma união dessas práticas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais alguma coisa?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, obrigada.

E parabéns pelo trabalho!



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à Sra. Dalka.

O Sr. Ricardo de Moraes Cabezón, Presidente da Comissão de Direitos Infanto-Juvenis da OAB, não está aqui.

Então, vou passar a palavra a Vitor Pegler, Conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. *(Pausa.)* O senhor poderia falar se há plano de enfrentamento, se o SIPIA funciona aqui, enfim. *(Pausa.)* Bem, com a palavra o Sr. Vítor Pegler, Conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. VITOR BENEZ PEGLER - Deputada, boa tarde!

Primeiro, quero cumprimentar, em nome da Deputada Erika Kokay, toda a Mesa — o Dr. Malheiros, nosso Desembargador... primeiro, quero cumprimentar, Deputada, pelo esforço que vocês tiveram no ano passado na Câmara dos Deputados, propondo a lei dos Conselhos Tutelares. Eu estive reunido com a senhora no Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares, que são os grandes catalisadores desse sistema de garantia. Nós assumimos recentemente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Hoje foi nossa primeira reunião oficial da sociedade civil, em que fomos eleitos agora em outubro e tomamos posse agora, na semana retrasada. Como ponto de pauta, já estava o Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual. Nós fomos chamados há um mês, por iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos, a Brasília — alguns conselheiros do CONDECA foram —, sobre esses comitês dos grandes eventos. São Paulo não participou da Copa das Confederações porque não estava sediando, mas participará da Copa do Mundo; e nós temos o Comitê Estadual, e o CONDECA, a partir de agora, troca os seus membros, e já temos como planejamento, na próxima reunião do Conselho Nacional, com representantes do Governo e da sociedade civil irmos a Brasília, conversarmos com os responsáveis na Secretaria de Direitos Humanos sobre a atuação desses comitês, integrando São Paulo totalmente a essa atuação. Vale ressaltar, Deputada, que no feliz texto da 12.696, se não me engano, de julho do ano passado, vocês, Deputados e Senadores, colocaram ali a situação da formação continuada para os conselheiros tutelares. Eu acho que essa iniciativa é uma das mais importantes para esse enfrentamento. Como eu disse no início, os conselheiros



tutelares são os catalisadores, são aquelas pessoas que fazem chegar ao Disque 100, em primeira mão, essas denúncias. Eles são, muitas vezes, confundidos com aqueles que têm que tomar a ação. Eles não têm que tomar a ação. Eles têm que pedir o encaminhamento da polícia, da segurança pública, do Judiciário e da Promotoria, para dar o encaminhamento a essa situação de exploração sexual. Então, nós, chegando agora ao Conselho, e já estamos indo em novembro mesmo para o Conselho Nacional e para a STH para nos integrarmos totalmente a todos esses comitês que estão sendo criados. Concomitante, evidentemente, o Estado de São Paulo tem um plano de enfrentamento. Eu, como recém-empossado Vice-Presidente do CONDECA, não me apoderei, mas com certeza a gente, nesta reunião com o STH, se não me engano, em 13 e 14 de novembro, nós vamos levar tudo o que temos no Estado de São Paulo para unir esforços com o Governo Federal em cima desses comitês de enfrentamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Vitor.

Vou passar neste momento a palavra para o inspetor José Marcelo Alves Gondin, que é Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal. Em seguida, vou passar a palavra para o inspetor Isaque de Lima Gonçalves, que é membro da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo — o senhor vai fazer uma apresentação?

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês dois estão representando... O Sr. José Marcelo é o Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos e o Sr. Isaque de Lima Gonçalves está aqui representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Estado de São Paulo.

Você fala primeiro? (*Pausa.*) Então, está ótimo. Vamos passar, então, à apresentação.

Passo, então, a palavra ao inspetor José Marcelo Alves Gondin, que é Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo.

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Boa tarde a todos.

Parabenizamos por esta iniciativa aqui em São Paulo, e a Comissão Regional de Direitos Humanos aqui em São Paulo tem feito um trabalho juntamente no



Comitê Estadual de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e também no fórum paulista, na Procuradoria da República do Ministério Público do Trabalho, com a Dra. Maria José, Procuradora, nossa companheira. Bem, a Polícia Rodoviária Federal fez uma inovação quando deu início em 2003 e levou um relatório de uma primeira pesquisa de pontos vulneráveis à exploração sexual da criança e do adolescente nas rodovias federais de todo o Brasil, lembrando que a nossa malha rodoviária federal é de 65 mil quilômetros. Esse trabalho, foi crescendo de tal forma, que nós já estamos na quinta edição desse mapeamento, e é um estudo realizado em todo o território nacional nas nossas malhas rodoviárias. E as comissões foram instituídas em 2008, e cada superintendência tem a sua comissão regional, onde ela, através desta ferramenta do Projeto Mapear, faz trabalho de ações preventivas de educação, seminários, *workshops* e também ações educativas nas rodovias, aonde existem esses pontos vulneráveis, esses pontos críticos. E a Polícia, então, está presente em todo o território nacional.

Por favor, podem passar o painel para mim.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem como apagar a luz?
Fica mais nítido.

Continue, por favor.

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Bem, a apresentação é rápida.

Eu vou enfatizar aqui esta ferramenta, então, do Projeto Mapear. Primeiramente, surgiu a necessidade de sensibilizar o policial rodoviário federal para este Projeto. Não adianta a gente levar uma mercadoria, um produto para o policial, e não levar para ele a metodologia e a sensibilização para que ele possa ter um olhar clínico nas ocorrências. Por quê? O que acontece? Antigamente o policial se preocupava em fiscalizar o veículo, a documentação do veículo e, muitas vezes, deixava passar aquela criança que poderia estar sendo traficada, para fins de exploração sexual, ou tráfico de órgãos, ou trabalho escravo infantil. Então, com esse novo olhar, com essa sensibilização, hoje o policial rodoviário federal, no seu dia a dia, no seu trabalho, procura, então, ter um olhar mais clínico e observar se, naquele carro, há uma vítima sendo traficada, através de uma abordagem, de uma entrevista. Então houve vários seminários com essa temática, com essa questão de



sensibilização dos policiais. Recentemente, tivemos dois seminários regionais no Nordeste, com o nosso efetivo, aonde ali houve uma grande produtividade. E os nossos companheiros, então sensibilizados, estão engajados no seu dia a dia na sua ocorrência policial, nas suas rondas ostensivas, e estão com esse olhar focando a questão do tráfico de pessoas.

Bem, nós temos uma pequena dificuldade que nos traz o Estatuto da Criança e do Adolescente, na questão que a criança para poder viajar em todo o território nacional tem que estar com os seus responsáveis. Mas nós sabemos que o adolescente pode livremente circular em todo o território nacional sozinho. Ao completar 12 anos, ele pode embarcar num ônibus de linha interestadual, sair daqui de São Paulo e chegar até o Maranhão sozinho. Já tivemos ocorrências em que o pai descobre que seu filho adolescente foi aliciado na Internet por um pedófilo e houve tempo da Polícia Rodoviária Federal resgatar esse adolescente que estava em trânsito na rodovia, e ali ele foi resgatado e salvo, porque houve a denúncia do pai que descobriu a tempo. Mas muitas das vezes o policial rodoviário federal, na sua fiscalização, depara-se... Ele vai abordar um veículo, um ônibus, e vê ali um adolescente, que está com a sua carteira de identidade, ele pode trafegar livremente. E, muitas vezes, este adolescente pode ter sido aliciado por um pedófilo e estar a caminho dessa armadilha para ser, vamos dizer assim, abocanhado pelo seu caçador. Então esta é uma grande dificuldade que nós temos na questão de fiscalização, porque o Estatuto não trata ainda desse olhar do adolescente, dessa blindagem, para que nós possamos ter uma ferramenta que possa nos auxiliar nesse combate.

Este Projeto Mapear foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também com a Organização Internacional do Trabalho — OIT e a Childhood Brasil com o Programa Na Mão Certa. Este Projeto que tem sido desenvolvido tem sensibilizado principalmente o público caminhoneiro nas rodovias, para que eles sejam os nossos agentes multiplicadores em defesa da criança e do adolescente neste combate à exploração sexual nas rodovias federais. Já tivemos casos de caminhoneiro que denunciou, viu, observou — passando, às vezes almoçando, ou parando no posto de serviço — ali adolescentes em estado vulnerável. E ele, então, acaba denunciando através do



Disque 100 ou do Disque 191, da Polícia Rodoviária Federal, e a viatura mais próxima do trecho vai até aquele local e resgata aquela criança, ou adolescente, e encaminha para o Conselho Tutelar, que tem sido um grande parceiro da Polícia Rodoviária Federal nesse trabalho de enfrentamento. Sem o Conselheiro, nós não conseguiríamos agir. Um Conselheiro, diuturnamente, tem nos apoiado nessa demanda nas rodovias federais, para que nós possamos ali fazer esse trabalho de repressão junto a esses aliciadores.

Este painel, então, mostra uma ascensão desse mapeamento, que começou em 2003, com 844 pontos, e nós estamos hoje, com o último mapeamento, com 1.776 pontos vulneráveis. Nos últimos 8 anos, a Polícia Rodoviária Federal resgatou e encaminhou mais de 3 mil crianças e adolescentes identificados em situação de risco.

Então, vejam as senhoras e os senhores que, em 8 anos, conseguimos resgatar mais de 3 mil crianças nas rodovias federais em estado de vulnerabilidade, de possível exploração sexual infantil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais de 3 mil em nível nacional?

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Em nível nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E 1.800 pontos, 1.700...

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - E os 1.776 são os pontos críticos em todo o Brasil nas rodovias federais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Federais? São dados federais?

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Isso. É o último dado, da 5ª edição de 2012. Então, vejam que boa parte desse resultado decorre de ações policiais embasadas no cruzamento de dados, através desse mapeamento dos pontos vulneráveis, que foi realizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, em parceria com a Coordenação-Geral de Operações, com o mapeamento de pontos confirmados e pontos com indícios de exploração.

Pessoal, não quer dizer que nesses 1.776 ocorram exploração sexual. Mas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas o senhor tem os dados de São Paulo?



O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Sim. Temos aqui, e eu vou passá-los no painel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. JOSÉ MARCELO ALVES GONDIN - Bem, este gráfico, então, mostra o total de crianças e adolescentes vítimas, retiradas de situação de risco pela PRF, tá? Entre 2003 e 2004 não havia banco de dados. Por isso não está inserido neste gráfico. Mas no último, de 2012, foram 120 crianças. Como eu falei, nesses 8 anos, foram 3.251 crianças e adolescentes resgatados, encaminhados ao Conselho Tutelar.

No biênio 2009/2010 foram identificados 1.820 pontos vulneráveis. Em 2011, constatou-se que 73 desses tornaram-se pontos de efetiva ocorrência. Então, de 2010, 73 pontos; nas ações de repressão da Polícia Rodoviária Federal foram constatadas, nesses 73 pontos, ocorrências que foram encaminhadas para a Polícia Judiciária.

Nós também temos — eu vou pular essa parte...

Há este outro gráfico da distribuição dos pontos por Unidade da Federação.

Aqui — não sei se dá para ter boa visibilidade aí —, nós tivemos, em São Paulo, no último mapeamento, 24 pontos críticos de situações de risco à exploração sexual de crianças e adolescentes — só no Estado de São Paulo.

Análise das respostas. Há um questionário aonde o policial recebe um relatório quando vai se levantar um novo mapeamento. Todo policial, de todas as unidades, recebe um relatório, ele preenche e o encaminha para o núcleo de estatística. Então é feita uma triagem dessa pesquisa dos policiais operacionais e também se levanta uma pesquisa da Coordenação-Geral de Inteligência e da Coordenação de Operações Gerais.

Algumas perguntas são levantadas nesses relatórios, como estão aí apresentadas neste gráfico. Uma das perguntas neste ponto: já houve caso de exploração sexual de crianças e adolescentes? Existe registro de ocorrência de tráfico e consumo de drogas neste ponto? Tem conhecimento da atuação do Conselho Tutelar no ponto em análise? Existe prostituição de adultos neste ambiente?



Então, são perguntas que, depois no resultado, há, então, uma pontuação para se levantar os pontos críticos, desde o baixo até o crítico mais alto para aquele ponto. Daí, nos pontos mais altos, são feitas operações e comandos para coibir a possível... que venha a ocorrer ali a questão do consumo do ato.

Bem, sobre a questão das regionais, nós vemos que em 2012, na questão do ponto crítico, a Região Centro-Oeste teve o maior número de ponto crítico; mas, o de alto risco, ele teve um número menor, de 132 pontos. No Nordeste, 195 pontos críticos; alto risco, 88. E assim por diante, na forma decrescente até o menor, que foi levantado na Região Sul, 109 pontos de riscos possíveis de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Esse material, todos podem acessá-lo no *site* da Childhood, no Programa Na Mão Certa — www.namaocerta.org.br. Lá tem todo esse material, para que possa servir de pesquisa aos senhores e às senhoras.

Em seguida, há um gráfico também que trata do maior número de pontos mapeados nas rodovias federais. Nós vemos na primeira linha a BR-230. Foram levantados na Região Nordeste 37 pontos, na Região Norte, 130. No total, 167 pontos. Ou seja, as seis principais redes rodoviárias do País apresentam quase a metade dos pontos identificados na Região Norte.

A única Rodovia Federal que apresentou diferença em relação ao mapeamento anterior foi a BR-230, que corta o Brasil transversalmente nas Regiões Nordeste e Norte. As Rodovias BR-116 e 101 fazem ligação entre as Regiões Nordeste e Sudeste. E, Sul... As BRs-153 e 163 encontram-se no interior do País. A primeira percorre as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul; a segunda, ainda inacabada, interliga apenas os Estados do Mato Grosso e Pará. E a Rodovia 364 atravessa diagonalmente o País, iniciando em São Paulo e cruzando os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Então, esta é a grande vantagem que nós temos, a de poder atuar em todo o território nacional.

Há mais pontos nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, como podemos ver neste gráfico: na Região Centro-Oeste, o menor número é de 123 na área rural, e o maior, na área urbana, no 275.



Como o Deputado falou, a questão do álcool favorece, nesses pontos críticos, locais de bares. Muitas vezes, são rodovias que têm à sua margem botecos, bares e, muitas vezes, o dono daquele boteco acaba aliciando garotas para poder ali ter um maior público de clientes, naquele ponto comercial. E ali, então, acaba, muitas vezes, ocorrendo a exploração sexual infantil.

Só para encerrar, nós temos hoje uma ferramenta também muito importante que é o *scanner*, que tira Raios X do veículo. Como nós podemos ver nessa foto ali, era um caminhão que transportava animais equinos, e tinha lá uma pessoa escondida dentro daquele caminhão. Então, nesse raio-X se constata uma possível pessoa sendo traficada escondida no interior de um baú, de um contêiner, e assim por diante.

Aí nós temos a foto de um ônibus e, também, o raio X de um veículo. Esse equipamento tem sido utilizado para o combate ao tráfico de drogas e também para o tráfico de pessoas. Então, é uma ferramenta que tem sido utilizada pela Polícia Rodoviária Federal.

Então, é isso. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, inspetor José Marcelo Alves Gondin.

Passo a palavra ao inspetor Isaque de Lima Gonçalves, que é membro da Comissão Regional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo e aqui representa o inspetor Sérgio Heleno Azevedo de Amorim, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo. Em seguida, vou passar a palavra para o Representante da Polícia Federal de São Paulo, o Sr. Aldo Ivata.

Com a palavra, então, o inspetor Isaque de Lima Gonçalves.

O SR. ISAQUE DE LIMA GONÇALVES - Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, em nome de quem cumprimento toda a Mesa; dizer que a Polícia Rodoviária Federal é parceira em todas as atitudes e ações no combate aos ilícitos, e aqui somos parceiros também de trabalho, como já demonstrou o nosso José Marcelo; e dizer que a Superintendência está à disposição de todos que têm essa intenção de trabalhar no caminho do bem.



Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, inspetor Isaque de Lima Goncalves.

Passo a palavra ao Sr. Aldo Ivata, Chefe da Delegacia de Defesa Institucional — DELINST da Polícia Federal de São Paulo, que aqui representa o Sr. Roberto Ciciliati Troncon Filho, Superintendente da Polícia Federal do Estado de São Paulo.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Exma. Sra. Erika Kokay, Presidente desta CPI, e em seu nome saúdo os demais membros da CPI e desta Mesa coordenadora dos trabalhos, nessa data, assim como os demais membros participantes, aqui, desta audiência pública.

Meu nome é Aldo Yassuki Ivata. Sou delegado de Polícia Federal, Chefe da Delegacia de Defesa Institucional da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo. Cabe a essa Delegacia em sede estadual replicar todas as atividades da divisão de direitos humanos do Departamento de Polícia Federal em nível nacional.

Com relação à matéria abordada por essa CPI, duas vertentes da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal recaem sobre essa Delegacia: uma delas é o trabalho denominado Grupo Especial de Combate aos Crimes de Ódio e Pornografia Infantil na Internet; e a segunda atividade é a Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas.

Sob o aspecto da matéria dos trabalhos dessa CPI, por meio deste grupo e desta unidade, no nosso entendimento, é que converge, na atribuição da Polícia Federal, a possibilidade de o Departamento de Polícia Federal poder contribuir com os trabalhos dessa CPI.

Notadamente a pornografia infantil, a atribuição da Polícia Federal para apurar esses tipos de situações passa a ocorrer quando existe o uso da Internet, ou seja, o uso da rede mundial de computadores. É com essa especificidade que a Polícia Federal passa a atuar nos casos de pedofilia.

Com relação à eventual exploração sexual de menores, crianças e adolescentes, enseja a outra unidade, a Unidade de Repressão ao Tráfico de Seres Humanos, sob o aspecto tanto para fins de exploração sexual, tráfico de órgãos e



eventual situação de adoção internacional, para fins de adoção internacional de menores.

Essas são as situações, como disse e repito, de atribuição da Polícia Federal nas quais nós poderemos estar aqui compartilhando e, eventualmente, colaborando com os trabalhos dessa CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Delegado, nós estivemos hoje no Tribunal de Justiça e recebemos uma denúncia séria. Inclusive, seu nome foi citado como membro da Comissão — estou vendo aqui: Delegado Aldo, da Comissão. O senhor faz parte dessa Comissão —, e nós estávamos falando... Mandaram até eu perguntar — e eu anotei aqui — sobre o caso dos meninos que estão sendo traficados para exploração sexual. Estão vindo do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte numa rede de exploração sexual.

E também o Dr. Paulo Fadigas fez uma denúncia de que meninas estariam vindo do Congo e da Somália, financiadas pela Máfia russa, para exploração sexual; vindo e entrando no Brasil através dos aeroportos, tanto o aeroporto internacional, como também o que faz voos domésticos.

Eu não sei de que maneira a Polícia Federal poderia falar sobre isso, porque, o que deixou para a gente é que há uma brecha ali. Foi o que ele relatou, que não existe uma fiscalização na entrada de menores no Brasil. Tem para a saída, mas não tem para a entrada.

Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso. Tem a questão que ele está resgatando essas meninas, colocando na casa de mulheres refugiadas para fazer um levantamento. E, na maioria das vezes, quando eles vão checar a lista de passageiros, não é o mesmo nome que entrou no País. Isso é uma coisa muito grave.

O doutor desembargador estava conosco nesta manhã e ouviu essa denúncia. Eles vêm do Congo e da Somália e fazem uma parada em outro aeroporto antes de vir para o Brasil. Esperem um instantinho. Eu não consigo... Eu vou falando, depois eu lembro, eu falo para o senhor aqui. Eu vou achar onde é; eu fiz uma anotação.

Então, eu gostaria que o senhor falasse sobre isso e também sobre os meninos menores de idade que vêm do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte



com a promessa de colocarem peitos e daqui saem para uma rede de exploração sexual internacional. Eles vêm para São Paulo, colocam peito, “se montam como mulher”, como é na linguagem deles, e vão para essa rede internacional.

O senhor poderia falar sobre isso?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Perfeitamente.

Sobre os jovens de 14 anos, a informação que a senhora recebeu seria de uma denúncia recente ou de fatos que já teriam sido informados aos órgãos policiais, tanto à Polícia Federal ou à Polícia Civil?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá)- Não, ele já informou sim aos órgãos, mas até agora não teve nenhum tipo de iniciativa para coibir. Inclusive, eu perguntei se ele tinha ido ao Ministro do exterior e tal, se procurou. Ele falou que sim, mas que até agora não viu nenhum tipo de atividade para coibir esse fato.

Então, é uma coisa que tem brecha, e nós temos que combater.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Perfeitamente.

A abordagem sobre o tema tráfico de seres humanos converge para duas situações distintas. No caso da Polícia Federal, a principal abordagem é na situação de tráfico internacional.

Como a senhora bem disse, como foi reportado à senhora, foi dito que esses jovens viriam de outros Estados para o Estado de São Paulo, onde eles receberiam, eventualmente, aplicações de silicone. Foi o que eu depreendi. Eventualmente, eles poderiam vir a ser selecionados para ir para o exterior. Seria correto?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Correto.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Eu já tive conhecimento, sim, de denúncias desse tipo. Os levantamentos que foram feitos, pelo menos de um caso que eu me lembro, não confirmaram essa situação do tráfico internacional.

Eu não estou aqui dizendo que não havia o crime. O tráfico internacional, a situação do embarque, a situação do envio, assim como a situação de eventualmente esses jovens estarem recebendo aplicação de silicone não ficaram caracterizadas nessa diligência.

Todo o trabalho da delegacia — é procedimento interno da Polícia Federal — foi submetido à nossa Corregedoria ao final. Não me recordo especificamente qual foi a solução do encaminhamento, porque, muitas vezes, foge, eu já deixo de



acompanhar. São diversas situações. Esta aqui não é a única matéria da Delegacia de Defesa Institucional. Então, em muitos casos, nós não acompanhamos o desfecho. Eventualmente, pode retornar, com a determinação de instauração de inquérito, para a Delegacia, como, eventualmente, pode ser encaminhado para outro órgão, ou até retornar para o órgão fonte de origem, que pode ser tanto uma situação oriunda, nascida de São Paulo, como também vinda de outro Estado, como poderia...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês não fazem a investigação? Se tem uma rede de exploração, e esses menores estão vindo, estão sendo denunciados, inclusive a mídia e a TV têm mostrado, e vão para essa rede internacional, vocês não têm mapeado isso e tentado fazer uma investigação mais profunda na rede de exploração sexual? Porque esses meninos vão para a França, vão para a Itália, para a Espanha.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim, ocorre que isso não ficou caracterizado porque, se contrário fosse, nós teríamos algum tipo de investigação em andamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas veja, delegado, aqui seguramente ela é fim de rota em nível interno e é rota para o tráfico internacional porque você tem voos que só saem do Estado de São Paulo para todo o mundo. Qual o nível de incidência, quais são as ações que a Polícia Federal tem feito para além das ações normais de fiscalização de quem sai do País, quais são as ações com esse recorte mais específico que diz respeito ao tráfico de pessoas, particularmente a crianças e adolescentes?

Segundo, quais são as ações também que são desenvolvidas para a pornografia, porque nós já tivemos algumas audiências públicas para discutir esta questão da pornografia, no que diz respeito à Internet. A Internet não está abrigando só mais isso. Há, pelo que estamos percebendo, uma mudança no *modus operandi* das redes de exploração que têm se utilizado das redes de computadores para poder divulgar *books* ou aliciar, ofertar e aliciar clientes. Então, o que se tem de concreto aqui no Estado de São Paulo acerca disso?

Primeiro, quais são as medidas tomadas para recrudescer a fiscalização no que diz respeito ao tráfico e, segundo, quais são as medidas tomadas acerca da questão da Internet, se se confirma a mudança do *modus operandi*, e qual é a



incidência, qual é o resultado do trabalho da Polícia Federal com esse recorte do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes aqui no Estado de São Paulo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E também — pode anotar aí, que o senhor já responde de uma vez só —, vocês fizeram a Operação Pureza II, não é?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa Operação na qual, inclusive, tinha uma rede de pedofilia na Internet que traçava uma rota até com Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, não é?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que é a Baixada Fluminense. Eu fiquei apavorada, porque isto aqui é na Baixada, nem é na Capital. E essa rede teve uma informação que chegou até vocês pela polícia chilena. É isso?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que identificou os primeiros endereços no País. A própria polícia chilena identificou e, aí, vocês começaram a fazer investigação que levou aos locais onde os criminosos agiam. Então, o senhor também podia falar, respondendo à Presidenta, e depois falar sobre esta Operação, por gentileza.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim. A pergunta sobre as crianças que estariam vindo da África. Nós já havíamos conversado, a senhora me passou, nós não tínhamos essa informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eles param no Sudão. Eles param no Sudão — eu lembrei o país. Eles param no Sudão e vêm para o Rio.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sudão. Perfeito. E, como a senhora comentou, esta informação foi passada pelo Dr. Fadigas no dia de hoje.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Perfeito. Efetivamente, eu, em nome da Delegacia de Defesa Institucional, nós não tínhamos qualquer tipo de informação a esse respeito. Até porque, não sei, eventualmente, ele poderia estar transmitindo isso no próximo evento, no nosso encontro da Comissão Interdisciplinar do Tribunal de Justiça, que trata sobre este tema do tráfico de pessoas, ou, então, de forma



oficial. Isso, até o momento, não ocorreu. Se a entrada é o aeroporto internacional algumas regras, algumas situações têm que ser observadas.

Como bem colocou o Inspetor Gondin, se ele encontrar um adolescente de 12 anos ou mais, desde que ele esteja portando um documento de identidade, a não ser que, como ele bem colocou também, o *feeling* e todo um treinamento e uma conscientização do profissional para eventualmente iniciar uma abordagem não ostensiva, com cuidado inclusive, porque estamos falando de um adolescente, para tentar extrair algum tipo de informação que, naquele momento, ele possa ter um *start* e começar a desconfiar — se é que a gente pode usar esse termo — de que ali há uma situação irregular; de que aquele adolescente e os demais eventuais adultos que estão com ele não têm uma correlação legal e correta.

A senhora comentou: para os nossos jovens, os nossos filhos, os nossos parentes, crianças, adolescentes, a regra é estabelecida pelo ECA. E a regra é também estabelecida pelo CNJ. No que tange a quê? Embarque internacional desacompanhado. Se estiver acompanhada dos dois pais — e isso é comprovado pelos documentos de viagem, no caso o passaporte —, a criança embarca. Se estiver faltando um dos pais, há um motivo. Tem que ter uma autorização. Autorização fornecida por um dos cônjuges ou uma autorização concedida mediante ordem judicial.

Quando a criança, o nosso brasileiro vai e está para retornar, o país de origem não olha para onde ele foi. Ele não vai checar mais isso, porque ele parte do princípio de que, se ele entrou aqui, se o deixaram sair do seu país de origem, é porque a autoridade nacional daquele país cumpriu o seu dever, a sua obrigação legal de observar se estava saindo corretamente, dentro da legislação daquele país de origem. A legislação brasileira exige isso.

Por exemplo, na legislação norte-americana, depois que a criança chega lá, ele não vai ficar olhando, a princípio, esse aspecto, porque eles partem do seguinte pressuposto: a autoridade nacional do país de origem daquela criança, daquele menor, fez o seu papel para que aquele embarque ocorresse regularmente. Ele vai abordar, eventualmente, outra temática.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutor, eu entendi o que o senhor falou.



O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Eu gostaria de completar e esclarecer mais um item.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só que, quando eu saio com o meu filho — o pai é argentino —, a gente vai para a Argentina, quando a gente chega lá, na hora de entrar, ele é sabatinado de novo. E o que não está acontecendo — eu sei aonde o senhor quer chegar —: saiu, é o país de origem, ela está saindo de lá, deveriam olhar, então está entrando aqui. Mas deveria ser visto também isso. Há uma brecha, sim. Nós temos que corrigir essa brecha, porque elas estão entrando sem documentação. Hoje o juiz falou que nem documentos têm. Eles somem com os documentos. Não têm passaporte. E, quando é visto na lista de passageiros, aquele nome com que entraram não consta na lista do voo. É uma coisa muito grave que tem que ser investigada.

Eu sei que o senhor está querendo dizer sobre o ECA. A Polícia Federal tem um *site* para a gente preencher para a gente poder sair, o pai sair, quando vai sair com a criança. Tem tudo lá. Mas a questão não é essa. A questão é que foi feita uma denúncia séria no Tribunal de Justiça, e nós queremos que a Polícia Federal dê uma resposta com uma investigação séria nesse caso, entende?

Nós sabemos que a gente sai, aí tá. Fez a fiscalização aqui, entrou e está tudo bem? Oba, oba? Não. Eu saio com o meu filho. O pai dele é argentino. Chega na Argentina, a gente passa por uma sabatina no aeroporto, na hora de ele sair de novo. Querem saber da certidão, olham, investigam o passaporte dele. Veem tudo direitinho. É o que tem que acontecer aqui no Brasil, para evitar esse tipo de fraude.

Então, se há uma brecha, e essas meninas estão entrando, é porque tem uma brecha. E nós temos que investigar e coibir esse crime.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Perfeitamente. Como eu disse, é uma denúncia. A senhora está nos apresentando uma denúncia sobre esse fato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, delegado. Não é só a questão da denúncia. A denúncia é uma coisa absolutamente pontual e, obviamente, a Polícia Federal procedeu à investigação e não conseguiu ver fundamento, o que não significa que ela não tenha lastro e não seja verídica, como o senhor mesmo falou.



Nós estamos falando aqui outra coisa: um procedimento. É um procedimento para a entrada de crianças e adolescentes no País. Um procedimento que, se há denúncia, ou mesmo não havendo denúncia, nós temos que ter a segurança de que o Brasil não está sendo negligente no combate ao tráfico de pessoas com finalidade de exploração sexual e de qualquer outra exploração, mas particularmente com relação a crianças e adolescentes.

Então, o que nós estamos dizendo aqui é que é preciso que haja outro tipo de procedimento porque nós estamos falando de São Paulo, porque tem vários voos de vários locais do Brasil que só chegam a São Paulo e só saem também de São Paulo. Voos do mundo só chegam a São Paulo e só saem de São Paulo. Então, há a necessidade de que nós tenhamos outro tipo de olhar no que diz respeito a crianças e adolescentes para a saída, mas também para a entrada no País. É isso que nós estamos colocando.

E gostaria... Só para que o senhor não se esqueça de responder sobre a Operação Pureza II — foi perguntado pela Relatora —, que combateu ou combate a pedofilia internacional.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim. Só para finalizar sobre o aspecto da denúncia, Excelência, eu diria o seguinte: no âmbito da Polícia Federal, o que ela puder, sob essa ótica, dentro do que ela pode estabelecer sobre normas internas, ela até pode eventualmente realizar, após estudos, e implementar.

Mas os melhores representantes, os expoentes para essa situação seriam V.Exas. e os demais membros desta Mesa, porque depende de legislação específica. O Código do Estrangeiro é da década de 80. Eu entendo que estamos um pouco defasados, embora eu não atue especificamente na área de imigração, mas ela foi objeto de estudo na época de concurso público, de Academia. Nós estamos falando de um Código que foi promulgado e passou a vigorar em outra época. Hoje, com a chamada globalização e a velocidade com que as pessoas podem viajar pelo mundo, nós precisaríamos ter outros mecanismos, outros meios de controle.

Espero que a senhora tome essas minhas palavras últimas como referência ao poder que no momento esta Comissão tem para até contribuir ainda mais para esse trabalho.



A pergunta sobre a Pureza II é o último item? A senhora fez outra pergunta sobre pornografia na Internet. Nosso trabalho aqui.

Com os nossos dados em São Paulo, o que acontece? Nós dependemos de denúncia. Até porque legislações de outros países estabelecem, permitem que determinados órgãos consigam ter acesso a... Na verdade, seria o equivalente no Brasil ao chamado Termo de Ajuste de Conduta — TAC.

Alguns anos atrás, a Google assinou um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, no Ministério Público Federal, passando a se comprometer, no caso, à época, em relação à rede social Orkut.

Então, na medida em que eles identificavam o trânsito de dados, a troca de dados de cunho pedófilo, a empresa se comprometeu a imediatamente informar o Ministério Público Federal sobre essa situação, inclusive com os dados do possível usuário, a data e o arquivo gravado. Essa é uma forma de trabalho.

Em razão desse TAC, os expedientes então eram encaminhados ao Ministério Público Federal, que posteriormente deliberava ou não por requisitar a instauração de inquérito policial. Nesses casos, como eram via Internet, eles iam para a Polícia Federal.

Temos situações de denúncias, situações de denúncias que, eventualmente, têm que ser analisadas. Elas são verificadas, *sites* são apontados, eventualmente de Facebook, ou algum outro *site*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Polícia Federal tem estrutura aqui no Estado para cobrir toda a demanda das denúncias? Para investigar, cobrir, dar resultados, respostas a todas as denúncias ou não?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - A Polícia Federal padece de falta de um maior efetivo para poder dar uma resposta mais rápida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De quantas denúncias o senhor tem notícia? Se o senhor não tiver os dados, o senhor pode nos encaminhar depois.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas denúncias o senhor recebe de pornografia infantojuvenil via Internet aqui no Estado de São Paulo?



O SR. ALDO YASSUKI IVATA - No ano de 2012, nós recebemos quatro denúncias encaminhadas à Polícia Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todas elas foram...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Todas elas sobre a possível situação de pedofilia via Internet.

Dessas quatro situações, três delas, em sede de Polícia Federal, foram arquivadas pela nossa Corregedoria, mas isso não significa que o expediente eventualmente possa ter sido encaminhado, por exemplo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Elas foram investigadas essas denúncias?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim, senhora. Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foram arquivadas porque não se mostraram procedentes.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Aqui eu não posso... Essa informação não consta aqui. Eu tenho a informação final. Como melhor me expressar? É a informação final que serve para a Delegacia, não para efeito de pesquisa ou de referência. Por quê? Porque o fato de ela ter sido encerrada na Delegacia não significa que ali não havia o delito...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na Delegacia...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - De Defesa Institucional. A Delegacia da Polícia Federal, daquela atribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...da Polícia Federal.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não significa que não existisse eventual delito, ou que o delito, em existindo, não fosse de atribuição, por exemplo, da Polícia Civil do Estado de São Paulo ou de alguma Polícia Civil de outro Estado da Federação. Fato que ensejaria o quê? Aqui, em São Paulo, o encerramento do procedimento e o encaminhamento à nossa Corregedoria para avaliar essa situação e, se for o caso, encaminhar àquele outro local, ou à Polícia Civil do Estado de São Paulo, ou à Polícia Civil de outro Estado, ou mesmo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não está me dizendo que é possível ou que pode ter acontecido de a Polícia Federal arquivar uma denúncia sem tê-la investigado? O senhor não está dizendo isso?



O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, senhora. Eu estou dizendo que o termo arquivamento a que eu estou me referindo é *interna corporis* daquela unidade, porque é determinação superior que toda a denúncia seja registrada pela Corregedoria e encaminhada, em tese, à Delegacia responsável por aquela matéria.

Ela tem um prazo, que pode ser renovado por certo tempo, para investigar aquela situação. Ela é tratada dessa forma porque, se contrário fosse, ela seria já por instauração de inquérito. Não foi o caso. Então, ela é tratada dessa forma. O final dessa investigação é encaminhado e submetido à Corregedoria da Polícia Federal de cada Estado para a análise e a apreciação do trabalho que foi feito e se a conclusão é aquela que a Delegacia está apontando. É nesse sentido que eu disse que eram arquivados. Citei quatro. Três caíram nessa situação e um deles hoje é um inquérito policial de pedofilia na Internet.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o senhor acha que a estrutura... São quantos delegados na área de pornografia via Internet?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Aqui, na Superintendência de São Paulo, que abrange 38 Municípios do Estado de São Paulo, incluindo a minha pessoa, nós somos quatro. Quatro delegados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quatro delegados. O senhor só mexe com pornografia?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou com combate à pornografia, obviamente?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, senhora. Temos outras atribuições. A delegacia é responsável por apurar crimes eleitorais, eventuais crimes contra a lei indígena, no que tange à defesa de seus direitos. É a delegacia responsável pelo tráfico de seres humanos para exploração, para tráfico de órgãos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, você tem uma delegacia com quatro delegados que cobrem 38 Municípios do Estado de São Paulo, certo?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E que é responsável por investigar todos os crimes relacionados à população indígena, ao tráfico de pessoas, a crimes eleitorais?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o que mais?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Pornografia via Internet, crimes contra a organização do trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nossa Senhora, não tem condição!

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Essa é a nossa atribuição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quatro delegados. Quantos agentes?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Hoje, nove.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma delegacia — me corrija se eu estiver errada, só para constar.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Quatro delegados. Quatro escrivães.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma delegacia com quatro delegados.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Quatro escrivães. Nove agentes de Polícia Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nove agentes e quatro escrivães para cobrir 38 Municípios?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona em sistema de plantão, inclusive. Ou não? Ou só expediente?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, expediente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só expediente. Então, não funciona aos sábados, aos domingos, nem à noite, por exemplo?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, senhora. Ela funciona também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona também. Então, funciona em sistema de plantão?



O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não. Não é plantão. Eu digo que ela funciona porque tem a sua unidade de inteligência e ela é 24 horas por dia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, tá. Mas ela não atende. Não acolhe e não atende o público fora do horário de expediente.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, porque a estrutura da Polícia Federal, no caso aqui de São Paulo, na sua Superintendência, ela tem uma unidade de plantão. Ela tem uma equipe de plantão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, para qualquer denúncia que aconteça, a Polícia Federal tem uma unidade de plantão? Eu estou lhe perguntando. O senhor corrija, se for o caso, para que a gente possa ter o dado no relatório.

A Polícia Federal tem uma delegacia que funciona em esquema de plantão e que acolhe todas as denúncias...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não. Não é uma delegacia. É uma unidade de plantão dentro do próprio prédio, e ela atende a todas as ocorrências externas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela atende a todas as ocorrências externas em apenas um local?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só tem um local — me corrija se eu estiver errada — da Polícia Federal que funciona 24 horas para acolher o público? É óbvio que vocês têm trabalho de inteligência...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, não. Desculpe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - É. Temos as outras unidades. Aqui, no Estado de São Paulo, isso é replicado em todas as Unidades da Federação. Existe a unidade central, regional, chamada de Superintendência Regional que, no caso, está aqui e está em todas as capitais e em todas as unidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Fora isso, temos as delegacias chamadas descentralizadas. Elas estão espalhadas, aqui em São Paulo, pelo nosso interior. Especificamente em São Paulo, ainda — salvo engano —, são duas, porque Viracopos está por ser ainda formalizada como unidade autônoma. Mas o Aeroporto



Internacional de Cumbica, em Guarulhos, e o Aeroporto de Congonhas têm também Delegacia da Polícia Federal específica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É claro.

Deixe-me lhe dizer, Dr. Aldo: o senhor pode encaminhar isso para a gente, a estrutura da Polícia Federal aqui no Estado de São Paulo? Pode nos encaminhar posteriormente?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Acho que isso pode ser feito. Eu só teria que pedir a V.Exa. que fosse encaminhado um ofício...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que pudesse formalizar. Nós encaminharemos o ofício.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - ... ao nosso Superintendente mesmo, que ele pode atendê-los.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, na verdade vocês têm para apurar crime eleitoral, crime trabalhista, crime contra comunidades indígenas, crime de pedofilia, ou seja, você tem, para crimes envolvendo comunidades indígenas, eleitorais, trabalhistas, pedofilia em geral...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, pedofilia só na Internet.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas na Internet só pedofilia ou outros crimes sexuais via Internet?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não. Como assim? Outros crimes sexuais? Como a senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Outros crimes sexuais: exploração, tráfico, pornografia que não sejam com recorte de criança e adolescente.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Outras situações de exploração?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Aí já cairia, eventualmente, na situação do tráfico. Tráfico de seres humanos, para fins de exploração sexual.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, também com vocês. Inclusive o tráfico que pode ser manuseado e tal, através da Internet? É isso que eu quero dizer.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim, mas com essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos são com vocês? Todos os crimes sexuais, ou de tráfico de pessoas, ou de pedofilia via Internet — todos os crimes de Internet, não —, só e apenas o tráfico de pessoas e pornografia infantojuvenil.

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim? São de responsabilidade de vocês? É insuficiente, não, a estrutura?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - É, poderia ser melhor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Olhe, Dr. Aldo, eu vou lhe dizer o seguinte: nós vamos realizar uma audiência em Brasília, e eu estou lhe avisando para o senhor comunicar ao Superintendente. Nós vamos fazer uma audiência para discutir a questão da entrada de crianças e adolescentes no Brasil, vindos de outros locais, de outros países. Nós vamos convidar o Superintendente da Polícia Federal, vamos convidar também o Diretor da Polícia Federal e o Ministério da Justiça, com a perspectiva de que nós possamos trabalhar na mudança da legislação. Então, vamos realizar essa audiência pública. Aviso-lhe, para que o senhor possa informar ao Superintendente da Polícia Federal. Estamos concentrando em São Paulo, que é a grande porta de saída e de entrada, via aeroportuária, através de aeroportos, com relação ao mundo, a outros países. Então, vamos fazer essa discussão. O senhor deseja falar mais alguma coisa?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Eu ainda não respondi. Acho que estão faltando perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, responda.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Operação de Combate Pureza II. Não é isso?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Responda.



O SR. ALDO YASSUKI IVATA - A Pureza II originou-se de informações que vieram de cooperação técnica internacional, como ocorre com outras polícias, com a polícia do Chile. Ela havia identificado alguns possíveis usuários de Internet que estariam compartilhando ou teriam compartilhado material de cunho pedófilo. Essas informações foram passadas para nós. Inicialmente para o GECOP, o grupo que combate os crimes de ódio e pedofilia na Internet, que nos retransmitiu. O GECOP fica em Brasília. Fizemos todo o trabalho de levantamento para checagem. É um trabalho que é praticamente uma convergência de esforços, porque não é só o trabalho da Polícia Federal. Também tem a participação do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário Federal, porque a diligência é realizada com mandado de busca e apreensão. Os cuidados têm de ser tomados, porque, às vezes, não estamos falando de um núcleo familiar comprometido ou desvirtuado. Nós podemos estar falando de um membro de um núcleo familiar que pode ter algum tipo de desvio de conduta. Então, toda a abordagem acaba sendo diferenciada em relação a outros tipos de abordagem, que seriam um pouco mais usuais por parte da Polícia Federal, inclusive no que tange a sua parte ostensiva, para que eventualmente aquela residência, objeto do local da busca, os seus habitantes não fiquem estigmatizados pela sua vizinhança e seu entorno. Foi esse o trabalho realizado. Tivemos algum êxito e, em alguns locais, não tivemos o êxito que gostaríamos porque a perícia realizada no local não detectou nos equipamentos e nas mídias que lá foram encontradas um material de cunho pedófilo, de pornografia infantil.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Era o quê?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Senhora? Desculpe.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor falou que não encontrou. O senhor identificou o quê?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Eu não estava presente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, mas a Operação. O que vocês identificaram?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Salvo engano, acho que na Pureza II...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Aldo, é porque aqui diz que foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão e quatro pessoas foram presas. Uma delas, inclusive, estava compartilhando imagens no momento da



chegada da equipe policial. Como é que não identificou...? Aqui diz que a operação é para... Pode ser uma notícia equivocada também. Por isso nós estamos lhe perguntando. Operação Pureza II para combater a pornografia infantil pela Internet na cidade de São Paulo e nas cidades paulistas de Itaquaquecetuba e Santo André e Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. A operação está ocorrendo também no Chile, na Argentina, na Colômbia e tal, tal, tal. Foram cumpridos dez mandados e quatro pessoas foram presas. A investigação se desenvolveu com a cessação da transmissão internacional de arquivos de pornografia infantil pela Internet, sendo verificado que os acessos físicos das transmissões ocorreram nos países onde hoje os mandados estão sendo cumpridos. A informação chegou ao Brasil, há 5 meses, por meio da Polícia, que identificou os principais endereços no País. A Polícia Federal realizou investigações que levaram aos locais exatos, onde a rede criminosa agia. Como não identificou? Pela notícia aqui, fala que nos locais das buscas foram encontrados computadores fixos, *notebooks* e diversas mídias com arquivos digitais contendo pornografia infantil, objetos que foram apreendidos. O próximo passo da investigação será a realização de perícia no material para verificar se os arquivos foram disponibilizados na Internet. Os proprietários das máquinas foram presos por posse de material com pornografia infantil. Como não identificou? Eu não entendo. Tá errada essa...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, senhora. Essa informação, como foi dito, é originária do exterior. Ela apontou para um determinado usuário de Internet, com um IP, o chamado Internet Protocol, uma espécie de chave referencial de conexão de Internet naquela data, hora, momento e referência geográfica. Acontece, muitas vezes, que o pedófilo não fica com o material por muito tempo. O pedófilo também não armazena, às vezes, dentro do seu HD.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E como prenderam quatro pessoas, se não encontrou...

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Não, só foram duas. Foram quatro mandados e duas pessoas presas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso aqui é uma matéria da Comunicação Social da Polícia Federal. Então, é uma informação... Aqui diz que foram 10 mandados de busca e apreensão e 4 pessoas foram presas. Isso aqui é



uma matéria da Comunicação Social da PF em São Paulo. Se o senhor se sentir mais à vontade, o senhor pode também encaminhar posteriormente o resultado dessa operação Pureza II para a CPI. A gente também solicita formalmente.

O senhor quer falar mais alguma coisa? Quer responder a mais alguma questão?

O SR. ALDO YASSUKI IVATA - Se a senhora estiver satisfeita, se quiser que eu complemente alguma resposta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor, então, encaminhe essas informações que foram solicitadas. Tão logo nós aprovemos o requerimento, também encaminharemos o convite para o Superintendente da Polícia Federal aqui do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente Erika, eu queria pedir permissão a V.Exa. para me retirar. Eu preciso ir a Brasília, porque sou Relator do projeto do voto aberto. Temos uma reunião em Brasília ainda hoje, preparando o relatório para ser debatido e discutido a partir de amanhã cedo. Então, eu preciso ir para Brasília e justificar minha ausência aqui perante os demais. Minha assessoria continua aqui para me dar informação depois. Nós conversamos em Brasília.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer a sua participação, Deputado Macris. Queria dizer que, além de ser por uma boa causa, V.Exa., com certeza, se tivesse condições, estaria até o final da CPI. Agradeço muito a sua participação e quero deixá-lo absolutamente à vontade para cumprir os compromissos que são muito importantes para a Nação.

A gente iria, em seguida, passar para os representantes da polícia, porque são assuntos que podem ajudar na investigação, mas como houve a solicitação da Sra. Gabriela Moccia de Oliveira Cruz, que é Assessora de Relações Institucionais da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo, que aqui representa a Sra. Luciana de Toledo Temer Castelo Branco, que é Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo, para poder fazer uso da palavra, porque tem uma limitação de agenda, nós vamos passar a palavra para a senhora. Em seguida, nós passaremos para os representantes da polícia. Vou apenas listar os nomes: Sr. Adalberto Henrique Barbosa, que representa a Sra. Elisabete Ferreira Sato Lei — corrijam-me se eu estiver errada; a



Sra. Ancilla Dei Vega Dias Baptista Giaconi; e o Sr. César Camargo. Vamos passar para os três representantes da Polícia Civil, com atuações diferenciadas depois que escutarmos a Sra. Gabriela.

Então, passo a palavra, para que possa fazer a sua exposição, à Sra. Gabriela Moccia de Oliveira Cruz, que aqui representa a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo.

De pronto, nós gostaríamos de saber se há plano de enfrentamento, como está em desenvolvimento esse plano, se vai ser revisto, se não vai ser, se está atuando, qual é a disponibilidade orçamentária. Se tem sido... Como é que está a execução orçamentária? Se a senhora não tiver esses dados, nós vamos estar amanhã com o Prefeito, podemos recebê-los lá, ou, então, podem ser remetidos, posteriormente, para a CPI. E ver a questão dos conselhos tutelares. Eu não sei se diz respeito à sua Secretaria. Não diz respeito à Secretaria, mas, assim, ao funcionamento dos próprios conselhos, porque cada local tem uma forma de organização das atividades e das políticas dirigidas à criança. Em Brasília, por exemplo, nós temos uma Secretaria da Criança, que concentra uma série de atividades, mas, assim, quais são... Há a questão dos CRAS, enfim, como se desenvolvem, qual a quantidade de CRAS, qual o número de atendimentos e de crianças? Com esse recorte, qual é a estrutura de retaguarda que se tem? Enfim, que a gente possa traçar um diagnóstico como o Município tem funcionado nesse enfrentamento. Então, Sra. Gabriela, nós estamos lhe passando a palavra.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Primeiro, eu gostaria de agradecer pela inversão. Eu, de fato, tenho um compromisso, peço desculpas e agradeço.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer o convite, parabenizar também a Mesa, na pessoa da Presidenta Erika Kokay, pelos trabalhos, parabenizar também a todos e agradecer os que estão presentes.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de falar que a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município tem um trabalho já bastante antigo em relação ao enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente. Ela coordena uma Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual, que se chama CMESCA, composta por diversos atores governamentais e sociedade civil, que



trabalham conjuntamente a questão do enfrentamento à violência. Além disso, como a senhora mesma disse, a gente tem uma rede de serviços, tem uma rede especial de proteção, que é de média e alta complexidade, que referencia os seus serviços nos CREAS, e a gente tem também uma rede de baixa complexidade, que a gente costuma dizer que é mais preventiva, que atua mais na área da prevenção, que trabalha com os CRAS na coordenação básica.

O fato é que o trabalho com crianças e adolescentes que sofrem violência já está num nível de média e alta complexidade, e a gente trabalha também na proteção especial, com algumas ações específicas que são basicamente os serviços de abordagem em várias áreas da cidade de São Paulo, inclusive onde a gente identifica que existem pontos de exploração sexual em específico. Também temos o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, que é o SPVV. Nós vamos aumentar esse serviço. Hoje em dia, nós temos oito. E a gente pretende, até 2016, implementar mais cinco, sendo que esses serviços são conveniados com a rede de assistência e desenvolvimento social.

A gente também tem os espaços de convivência, que são os ECAs, que a gente também pretende aumentar. Hoje em dia a gente tem dois. A ideia é que a gente possa implementar mais três serviços: em Itaquera, em razão da obra e também de ser um ponto que a gente identificou como de exploração sexual, Vila Maria e CEAGESP, que, de fato, são pontos que a gente identifica como vulneráveis. De todo modo, além desses serviços, existem os CREAS, que funcionam como uma rede especial de proteção, articulando os demais atores que trabalham com crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos CREAS há no Município de São Paulo?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Esse número em específico eu não conseguiria dizer para você agora, mas posso te encaminhar, sem nenhum problema, o número, assim como o de CRAS também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o PAIR? Como funciona o PAIR?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - O PAIR é esse programa que a gente convenia também. E a ideia é que a gente possa referenciar.



Ele também é referenciado nos CREAS. E a ideia é que eles possam trabalhar com as crianças que sofrem violência, mas sempre trabalhando na lógica da família, na lógica comunitária, de a gente conseguir fazer a criação de vínculos com a família daquela criança, porque a gente considera que o trabalho familiar, para a questão da exploração sexual, é extremamente importante. Por isso, essa parceria com a família e com a comunidade para poder fazer o trabalho das crianças que são vítimas de exploração sexual. E eles são referenciados dentro dos CREAS também. É por isso que há uma relação bastante íntima com a proteção especial, com as famílias e com a comunidade no todo, para a gente poder trabalhar o fortalecimento dos vínculos que são perdidos nessas situações de vulnerabilidade alta e média.

Nós temos também uma rede de serviço de baixa complexidade, que são os CRAS. Eu também não tenho o número exato de CRAS, mas eu posso encaminhar sem nenhum problema para vocês, sem nenhuma necessidade de requerimento. A gente pode fazer isso muito rapidamente, sem nenhuma burocracia. E os CRAS também trabalham com a prevenção por meio dos CCAs, que são os Centros de Criança e Adolescente, e os CJs, que são os Centros de Jovens. Esses Centros trabalham com atividades lúdicas também para fazer o fortalecimento do vínculo, impedir que essa criança, na verdade, entre na alta e média complexidade, para que ela consiga se referenciar na rede, buscando de alguma maneira educação, trabalho para os adolescentes, não para as crianças, para os que já podem, claro, trabalhar. Os CJs oferecem também formação profissional a alguns deles. E os CCAs também atividades lúdicas que possam entreter e desenvolver a criança e o adolescente. Esses são os serviços básicos relacionados à assistência e ao desenvolvimento social.

Em relação especificamente à exploração sexual, nós temos trabalhos específicos — claro, como disse, são os mais específicos — em algumas regiões, como no Parque do Ibirapuera, no Autódromo, na Avenida Indianópolis, no Terminal de Cargas da Região da Vila Maria e no CEAGESP, que são ações mais específicas, intersecretariais, que funcionam também com o apoio da saúde e da Guarda Civil também. Basicamente, também a gente participa de uma comissão para a Copa, que é coordenada pela Secretaria de Governo. E a SMADS tem assento nesse grupo governamental, que se chama SPCopa. E eles acompanham



algumas situações para implementar ações preventivas em relação a esse grande evento que vai acontecer em 2014 aqui em São Paulo.

Então, basicamente era isso que eu gostaria de falar. Se vocês tiveram mais alguma pergunta, eu estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem um comitê aqui, um comitê com a sociedade civil...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... que discute a questão da Copa.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós não tivemos oportunidade de convidá-los para o seminário porque convidamos apenas os locais que sediarão a Copa das Confederações.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Entendi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, como vai ampliar... Eu gostaria, primeiro, que, se fosse possível... Tem um plano de enfrentamento aqui?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - A CMESCA, que é a Comissão, trabalha diariamente com esse plano e vai alterando também, vai trabalhando esse plano de maneira dinâmica, da forma que ela...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora podia me mandar, encaminhar para a CPI,...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Claro, claro!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...a composição da...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Composição da CMESCA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...Comissão; o próprio plano; e a dotação orçamentária que está prevista para...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Está certo. Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, nós trabalhamos com três elementos. Primeiro, qual é a dotação orçamentária; segundo, o nível de execução; e a qualidade da política, que é difícil de percebê-la sem...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Sem os dados.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente, ou seja, quantas crianças foram atendidas, quantos adolescentes, sempre com o recorte em violência sexual.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos... qual foi o nível de atendimento. Outro aspecto: qual o diálogo com a política de educação, porque achamos que a creche e a educação integral são absolutamente fundamentais, enquanto política de saúde também, porque nós sabemos que o CREAS faz um atendimento, mas faz um atendimento para a construção do luto.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Assistencial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em verdade, há que se ter um atendimento na área de saúde, particularmente do ponto de vista do impacto e do sofrimento psíquico que provoca para a família e para a criança ou o adolescente a situação de exploração sexual. Então, do ponto de vista do diálogo, ou seja, do fluxo. Qual é o fluxo? Então, a criança foi vítima de exploração sexual. Detecta-se isso, via de regra, nas delegacias — via de regra.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Via de regra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Conselho Tutelar também é um instrumento de... porque aplica as medidas de proteção. Então, o Conselho Tutelar e as delegacias são, em geral, a porta de entrada. E aí qual é o fluxo? Essa criança é encaminhada para o quê? Os delegados e a delegada podem nos responder também. Ela é encaminhada para que local? Ela é encaminhada para o CREAS,...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Pode ser.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... que é de média complexidade. E aí, no CREAS, qual é o tipo de atendimento que se tem?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque o CREAS tem que ter equipe. Não pode ter o CREAS se não tiver assistente social, psicólogo, advogado, enfim. É preciso ter uma equipe multidisciplinar.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Constituição, no SUAS, Sistema Único de Assistência Social, isso está bem estabelecido. E, depois disso, qual é esse diálogo com a saúde e qual é o diálogo com a educação, porque essa criança, esse adolescente precisa de um conjunto de políticas...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... para que possa superar a situação de exploração. A senhora tem como responder ou pode encaminhar posteriormente, se achar mais confortável.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Eu posso dizer, rapidamente, que a rede de assistência com a qual o CREAS trabalha e o CRAS também dialoga com todas as secretarias e com todas as áreas que são de desenvolvimento, que são parte do desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Então, trabalha com educação, trabalha com saúde. Quando o CREAS recebe uma criança em situação de violência, além de fazer a acolhida e de encaminhar para alguns dos seus serviços, ela também trabalha a questão psicológica dessa violência, sendo que ela faz contatos, sim, com as outras áreas, com a saúde, com a educação. Sempre que ela recebe uma criança, o relatório individual que ela vai construir daquela criança que foi referenciada no CREAS, territorialmente, vai precisar trazer todos esses outros elementos. Eu devo dizer que essa articulação não é fácil, é uma articulação muito complexa. Eu acho que os CREAS e a rede padecem de uma articulação e de um fluxo mais rápido, isso é um fato. Mas eu sinto que a gente... É um desafio constante para os técnicos e para a Secretaria conseguir fazer com que essa rede seja sempre animada, esteja sempre funcionando de uma maneira rápida, fluida. Mas, de fato, isso é um objetivo a ser atingido, mas os técnicos do CREAS são orientados. Há um protocolo, isso é norma da assistência, para que eles possam trabalhar com todas as outras áreas que envolvem essa criança, esse adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, primeiro, qual é o diálogo do sistema, porque você tem que dialogar com as esferas...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, tem alguns serviços que são responsabilidade do Estado.



A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Do Estado. Eles dialogam também com o Estado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é para a gente entender isso aí. E o outro aspecto é como é que o Conselho Tutelar... O Conselho Tutelar é vinculado a que secretaria?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - O Conselho Tutelar, a bem da verdade, é um órgão que a gente entende aqui em São Paulo que tem uma autonomia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei que tem autonomia, que isso é do próprio ECA.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Ele não é vinculado à SMADS. O que a gente tem é um fluxo do Conselho Tutelar, que a gente recebe crianças e adolescentes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, mas tem que dar estrutura para o funcionamento do Conselho Tutelar. Ele é autônomo...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - É a Coordenadoria da... É a Coordenação de Subprefeitura que dá essa estrutura que a senhora está dizendo, apesar de ele ter autonomia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele não é ligado à Assistência Social?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Não, não é.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque no Rio de Janeiro ele é ligado à Assistência Social.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Aqui, não. Aqui ele é ligado à Coordenadoria de Subprefeitura, mas ele tem autonomia dele, porque é de lei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro, isso aí não é aqui.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Lá tem estrutura... Entendi, entendi. Agora, entendi, perdão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso aqui está no Estatuto, na legislação. Há que se dar estrutura: computadores, carros...



A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito. É a Coordenadoria de Subprefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Inclusive, tem um programa do Governo Federal. A Secretaria Especial de Direitos Humanos tem dotado os conselhos...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... dessa estrutura: de computadores, de carros, enfim...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Perfeito, perfeito. Sala, inclusive. A bem da verdade...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você não sabe também... Bom, não é da sua área...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Aqui é da Coordenadoria de Subprefeitura, não é do SMADS.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom, mas em relação ao CEAGESP,...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Certo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... da relação que lá existe a exploração sexual de crianças e adolescentes, que medidas a Secretaria tomou?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Bom, em relação ao CEAGESP, o que a gente tem é que, depois de uma ação em 2009, realizada intersetorialmente com atores de sistemas de garantias de direitos, a ação da assistência está limitada ao espaço externo do mercado. Em 2009, houve, sim, uma ação grande, intersetorial, inclusive com atores de sistemas de garantias de direitos, mas a assistência, hoje em dia, se limita ao seu espaço externo, porque há uma proibição de atuação interna da assistência. Então, a gente fica limitada a esse espaço fora. No período em que o serviço de abordagem atua, há a identificação de trabalho infantil junto ao conserto de caixotes, em torno do local, e alguns atendimentos são feitos, mas a adesão é muito baixa. E o que a equipe de acolhimento identifica, de abordagem, a bem da verdade, é que tem uma forte proteção do adulto que contrata essas crianças. Então, a gente tem muita



dificuldade de acessá-los, apesar de identificar, sim, que existe o trabalho infantil e a exploração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora falava de uma política de acolhimento, de abordagem de rua.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - De abordagem, é. Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De abordagem de rua?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - A abordagem visa, a bem da verdade, acolher aquela criança em alguns serviços da rede. Então, ela...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas é abordagem de criança e adolescente em situação de rua?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - De rua, em situação de rua, ou, então, que estejam sofrendo exploração e que a gente saiba, mas eles vão ter que estar naquele local para a gente conseguir abordar essa questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa abordagem é multidisciplinar? Quais são os profissionais que compõem essa equipe?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - São da assistência, basicamente, mas a assistência contrata...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Assistentes sociais?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Exato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Conselho Tutelar é acionado para esse tipo de...

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - O Conselho Tutelar trabalha conjuntamente. Nesses momentos, a gente conta, sim, com o apoio do Conselho Tutelar. Existe uma relação muito íntima entre CREAS, Conselho Tutelar, equipe de abordagem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora tem como dizer quantas crianças e adolescentes foram abordados, digamos assim, ou tiveram contato com o Município através desse programa, e qual foi o fluxo, para onde foram essas crianças e adolescentes, para onde foram encaminhados?



A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Eu tenho como encaminhar também, porque a gente tem no observatório esses dados, mas eu preciso requerer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Observatório de Crianças e Adolescentes?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - A gente tem um observatório dentro da Secretaria, um observatório de políticas públicas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Secretaria de Assistência Social?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - É. Exatamente. Eles levantam e tabulam e sistematizam todos esses dados para a gente e depois encaminham quando a gente precisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas esse é um observatório com recorte de criança e adolescente, ou geral?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - O observatório é geral, mas ele trabalha também especificamente com criança e adolescente. Então, a gente pode pedir esses dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas são todas as pessoas em situação de violação de direitos?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Certamente. Mas a gente consegue fazer o recorte, isso a gente tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Recorte, inclusive, de população de rua?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Temos. Temos de ruas, de alguns sistemas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E do fluxo também?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Do fluxo também. Eu passo para os senhores, com certeza.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora sabe o que é feito com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e quanto se tem em caixa?

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Então, o Fundo é do CMDCA, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A gente



tem assento no Conselho, a assistência social, inclusive eu sou uma das representantes, junto da Fabiana, que é uma técnica que cuida especificamente da área de exploração na SMADS. O Fábio, que é o nosso representante da Secretaria de Direitos Humanos e Presidente do CMDCA, pode certamente dar essas informações para os senhores do valor do fundo — é um valor relativamente alto. As entidades que compõem o CMDCA trabalham também com projetos que a gente avalia, também para aprovar o dinheiro do fundo, mas ele é um dinheiro gerido basicamente pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, que tem como Presidente o Fábio Silvestre, que se encontra aqui. Então, eu acho que ele vai poder dar informações mais frescas para os senhores.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bem. Obrigada.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Obrigada a vocês.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada. Agradecer a...

O SR. LAÉRCIO BENKO - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

O SR. LAÉRCIO BENKO - Só para deixar claro aqui, porque eu acho que essa questão ficou um pouco em aberto, mas é para se registrar que a Prefeitura de São Paulo está longe de dar o mínimo necessário de estrutura para os Conselhos Tutelares. Cada Conselho Tutelar é estabelecido numa Subprefeitura. Não são poucos os casos que nos chegaram de Conselhos Tutelares que não têm a mínima estrutura nem para atendimento privado das famílias e crianças. Não têm uma estrutura mínima para uma conversa privada. Então, a estrutura está muito, muito aquém da necessária.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Feito o registro, vou passar a palavra para os representantes da Secretaria de Segurança.

Obrigada, Dra. Gabriela Moccia de Oliveira Cruz.

A SRA. GABRIELA MOCCIA DE OLIVEIRA CRUZ - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar então a palavra ao Sr. Adalberto Henrique Barbosa, Delegado Divisionário de Polícia da Divisão de Proteção à Pessoa. Em seguida, eu vou passá-la à Sra. Ancilla, Delegada da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia, da Polícia Civil do Estado, e, por fim, ao Sr. César Camargo, que é Delegado Titular da 1ª Delegacia de



Repressão aos Crimes Contra a Liberdade Pessoal, que aqui representam o Sr. Fernando Grella, Secretário de Estado de Segurança Pública de São Paulo, e a Sra. Nilze Baptista Scapulatiello, Delegada Titular da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia, da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Vamos falar então com os Delegados sobre isso. Depois, só para que a gente tenha uma noção, a gente vai para representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário. Se aqui estiver, a Sra. Promotora de Justiça Fabíola Moran Faloppa vai falar também em nome da Promotora Luciana Bergamo, porque trabalham conjuntamente. A Luciana Bergamo não está presente, e a senhora fala em nome dela.

Por fim, nós vamos passar aos representantes do Poder Executivo, tanto municipal quanto estadual. Tem a Sra. Nazira, o Sr. Everaldo e o Sr. Fábio — só para dar uma noção. Obviamente, se as pessoas tiverem premência, urgência de agenda, a gente pode mudar essa ordem.

Então, passo a palavra ao Sr. Adalberto Henrique Barbosa, Delegado Divisionário de Polícia da Divisão de Proteção à Pessoa, que aqui representa a Sra. Elisabete Ferreira Sato Lei, que é Diretora do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Boa tarde.

Queria primeiramente cumprimentar V.Exa., Deputada Erika, pelo excelente trabalho à testa desta CPI; a ilustre Relatora, Deputada Liliam Sá; a nossa querida Deputada Federal do Estado de São Paulo Keiko Ota. Acompanhamos o trabalho da senhora desde o primeiro mandato.

Eu tenho 27 anos como delegado, também acompanhei o drama familiar por que a senhora passou. A Polícia Civil teve uma participação muito importante nesse caso. Infelizmente, a gente não consegue restaurar a situação da vítima por completo. Dentro do ferramental que a legislação permite e disponibiliza para a atuação policial, quero crer que atendemos o caso plenamente. Queria cumprimentar também o nobre Vereador Laércio. Já o conhecia pelo excelente trabalho que tem desenvolvido. A impressão que eu tive simplesmente fortaleceu mais ainda minha admiração pelo seu trabalho.



Com relação à minha estada aqui, neste momento eu represento a Polícia Civil de São Paulo, especificamente o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa. Trago comigo dois delegados eficientes e com uma margem grande de experiência na área: a Dra. Ancilla é titular da Delegacia de Repressão à Pedofilia; o Dr. César Camargo é titular da 1ª Delegacia da Divisão, que eu titularizo, justamente a que combate o tráfico de pessoas, condição análoga à de escravo.

Eu quero dizer que, da parte da Polícia Civil do Estado de São Paulo, a atuação é bastante intensa. Já acompanhávamos o aumento da demanda, o aumento de notificações com relação a pedofilia, a tráfico de pessoas pelo Estado de São Paulo. No que tange à tomada de atitudes por parte do Executivo Estadual, ela foi feita já há algum tempo, e é assim que funciona na pasta da Secretaria de Segurança Pública, na medida em que uma modalidade de crime passa a ser preocupação. Cito como exemplo, agora, os casos de ataques a múltiplas vítimas em restaurantes, que o vulgo denomina como arrastão. Essas situações sazonais, vamos dizer assim, cíclicas, motivam a adoção de medidas, e a mais certa a ser tomada é exatamente especializar o policial.

Então, por parte da Secretaria da Segurança Pública, houve um estudo para criação de uma delegacia especializada, para atuar na área de tráfico de pessoas, e a mesma atitude foi com relação à pedofilia. O Governo do Estado expediu, em 23 de novembro de 2011, o Decreto 57.537. Ele criou, reestruturou o DHPP, que é o departamento que represento no momento, e criou a Delegacia de Pedofilia, dotando de todos os recursos necessários. Temos feito atuações na área investigativa, com resultados relevantes, significativos, que repercutem no mundo jurídico, transformando os inquéritos em processos.

Essa tarde aqui, realmente, com a nossa presença, muito embora tenhamos aí mais de duas décadas de experiências, para nós foi uma aula que recebemos aqui também. Por que eu falo isso? Nós temos que ter uma visão periférica e mais ampla com relação à situação de tráfico de pessoas, principalmente, no que tange a ações em outros Estados.

Nós temos conhecimento da bela atuação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal. Foi muito bem exposto aí o trabalho realizado. Mas é um drama que acompanhamos, não só como autoridade policial, mas também como cidadão.



Então, verificamos aí na imprensa, já há décadas, essa prostituição infantil nas estradas pelos rincões aí do País. É lastimável, porque com todo o ferramental, com toda a estrutura que se cria, nós não debelamos esses males, infelizmente. E por que isso não ocorre? Não ocorre em razão de ganância, de exploração, de dinheiro. Tudo que envolve dinheiro é difícil combater. Nós temos aí grandes nações, com toda estrutura, todo aparato, e não consegue debelar o tráfico de entorpecente.

A mesma dificuldade, nós vemos em outras modalidades, justamente onde surge o interesse econômico. É o caso de furto e roubo de veículos. O Dr. Grella está agindo de uma maneira muito correta, muito acertada, ao propor aqui a esta Casa a proibição de desmanches, só para pegar essa variante. Então, é uma modalidade que já nos incomoda há muito tempo, porque tem valores envolvidos. E o tráfico de crianças, se não houvesse um retorno financeiro, não haveria uma organização para que isso ocorresse.

Eu falo com relação à aula que tivemos aqui, quero crer aqui que os meus pares pensam igualmente, porque o que foi dito aqui é a pura realidade. Não é a polícia que vai resolver esse problema. Nós precisamos de serviço social em todos os níveis: nível municipal, estadual, federal. Nós precisamos de ações repressivas efetivas, desde a Guarda Municipal, Polícia Civil Estadual, Polícia Militar, na área preventiva, Rodoviária, Federal, enfim, do Judiciário, dos Conselhos Tutelares.

Então, eu, não divergindo do nobre Vereador, quando falou, com toda propriedade, que deveríamos eleger uma autoridade que respondesse sobre isso, eu acho que isso é praticamente impossível, porque são vários setores e vários níveis de decisão e vários níveis de tarefa.

Se a gente for percorrer por este caminho, nós não chegaremos a nenhuma solução, porque, na visão da polícia, a partir do momento em que a gente prende o indivíduo, a questão está solucionada e isso é problema do juiz, e do promotor, e do Conselho Tutelar, para dar o destino certo àquela criança. Mas não podemos pensar numa maneira oblíqua, não, respeitando a sua posição, Vereador, mas o problema é muito mais complexo, porque se essa criança não tiver uma estrutura familiar é o mesmo caso que encontramos quando lidamos com menores infratores.



Nós estamos aí enfrentando o problema da criminalidade, principalmente criminalidade essa protagonizada por jovens, adolescentes. Sabemos que não há uma solução nem a curto e médio prazo. Isso é uma realidade no País, porque a criança não tem uma estrutura familiar. Nós fazemos uma retenção da criança, momentânea, encaminhamos para quem deve ser encaminhada, e sabemos que essa criança retornará àquele ambiente degradado, ela tornará a delinquir. Isso é uma realidade.

Infelizmente, na questão do tráfico de pessoas, a vertente mais importante aí é a pobreza. Se não tivermos fortes investimentos nessa área, realmente sobrecarrega o aparato e as forças de segurança, porque, na verdade, nós recebemos o produto final que a sociedade construiu, infelizmente. E não é a polícia que vai restaurar a dignidade daquela pessoa e fazer com que ela seja bem assistida, se não tivermos os nossos parceiros.

Hoje, eu saio daqui até muito feliz, porque eu vejo que existe essa preocupação. Eu não quero ser pessimista. A minha fala dá a impressão de que está indo nesse sentido. Eu sou, na verdade, um otimista e realista, porque, para trabalhar na Segurança Pública, se eu não acreditar no que eu faço e não acreditar nos órgãos oficiais para a solução dos problemas, então, eu peço a minha aposentadoria, porque eu já tenho tempo, já tenho 27 anos, e fico desacreditado de tudo, tomo, possivelmente, algum medicamento. Se a gente for verificar no Departamento de Saúde, os grandes clientes são os professores e os policiais, porque a gente só recebe problemas. E não é o problema em si, é justamente a percepção de que nós resolveremos parte do problema. Nós fazemos um flagrante, vamos para casa com o sentimento do dever cumprido, mas nós sabemos que, ao adentrar no estabelecimento prisional, aquele cidadão que cometeu um crime naquele determinado grau vai sair de lá professor. Ele já vai ser admitido numa facção criminosa. Ele vai se especializar em determinada área, que ele percebe que dá mais rendimento. Enfim, o nosso serviço é esse mesmo.

E justamente eu falava com relação a pessimismo, ceticismo. Eu não sou nem pessimista e nem tenho sentimento no campo do ceticismo. Por quê? Exatamente em razão da atitude, e, nesse particular, eu louvo a atitude das nobres Deputadas que tomaram essa iniciativa, a nossa querida Keiko, que tomou a



iniciativa para a instalação desta CPI, que, na verdade, não tem o desiderato de investigar, tem, sim, a obrigação primordial e relevante de detectar e diagnosticar o problema e dar soluções. Então, eu acho que é muito importante o trabalho que as senhoras vêm realizando, é uma força a mais para nós.

E o que eu posso dizer, concluindo, é que, da parte da Polícia Civil do Estado de São Paulo, nós temos uma estrutura num departamento, mas, não obstante a criação dessas delegacias especializadas, as unidades de todo Estado de São Paulo, não foram retiradas delas a atribuição de investigar. Então, não há uma sobrecarga em cima das duas especializadas. Como é a atuação das duas? É de apoio às demais delegacias. Se tiver um caso, por exemplo, no interior, o colega entra em contato conosco: “*Olha, eu estou com um caso assim*”. Ou seja, os colegas aproveitam a experiência dos demais colegas de trabalho, que se especializaram na atuação, no combate à determinada modalidade.

A questão da pedofilia, nós estamos atentos também à rede da Internet. A Internet funciona mais ou menos assim, como um veículo. O veículo foi um produto inventado pelo homem. Ótimo! Ele trouxe inúmeros benefícios ao ser humano, mas ele pode ser usado também como uma arma para o mal: um motorista embriagado, uma quadrilha que usa o carro para assaltar, para cometer crimes. Nós podemos dizer o mesmo da Internet. A Internet foi um avanço, não tem volta, realmente foi significativo na área de comunicação, mas é um meio também muito perigoso e que não pode passar ao largo da polícia, das forças de segurança, porque ele é usado para o mal também, que é o caso de pedofilia.

Nós temos equipe especializada, justamente que acompanha na Internet atitudes de pedófilos, para que a gente possa fazer essa repressão e promover a responsabilização criminal desses indivíduos.

Eu quero, ao finalizar, me colocar à inteira disposição. Eu cheguei no departamento não tem 3 semanas. Estou lá há duas semanas apenas. Ou seja, estou iniciando um trabalho, e fico muito feliz, também, por saber que nós não estamos sozinhos nessa luta. Essa luta é muito difícil, é complexa e reclama realmente a participação de todos os segmentos, inclusive da sociedade civil e dos meios de comunicação.

Muito obrigado.



Estou à disposição para qualquer pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos esperar todos falarem, depois nós perguntamos junto, aí vocês respondem conjuntamente.

Vamos passar para a Sra. Ancilla Dei Vega Baptista Giaconi, Delegada da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia, da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA BAPTISTA GIACONI - Boa tarde, Sras. Deputadas. Boa tarde a todos que estão presentes.

É uma honra participar deste evento, como disse o nosso divisionário, Dr. Adalberto. E como ele explicou, com o advento da reestruturação do nosso Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, foi criada a 4ª Delegacia. E o intuito dessa Delegacia é combater o crime e fazer um apanhado geral do que se passa, ou seja, montar banco de dados, montar um banco de DNA, fazer a monitoração desses autores, desses crimes, desses estupradores ou pedófilos, e o movimento deles entrando e saindo do sistema prisional. Esse banco de dados... É interessante a gente dizer que São Paulo é a primeira capital, é a primeira cidade a montar esse tipo de coleta. E agora aqui até gostaria de tomar a liberdade de fazer um pequeno paralelo, lembrar a posição da Polícia Civil de São Paulo, que é sempre vanguardista, que nós tivemos na década de 80, mais precisamente com o Governador Franco Montoro, em 1985, com a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher. Eu trabalhei...

Eu tenho 22 anos de polícia, estou há 16 anos atuando na Delegacia de Defesa da Mulher, entre outras delegacias, mas primordialmente na Delegacia de Defesa da Mulher, e foi uma honra para mim começar na 1ª DDM. Trabalhei com a Dra. Rosemary Correia, que já está aposentada. Nós tivemos um grande trabalho no começo, porque ninguém acreditava no problema da violência contra a mulher, ninguém acreditava nos problemas existentes. A gente tinha uma série de empecilhos. Então foi uma luta, e essa luta está acontecendo até hoje.

E, agora, na 4ª Delegacia, a gente percebe também que estamos sendo inovadores. A Polícia Civil está sendo inovadora no tocante a isso, a essa questão de enfrentamento da pedofilia em si, com esse advento do banco de dados. E eu quero agradecer aqui, publicamente, ao Dr. Adalberto, meu divisionário, que me



convidou a trabalhar; à Dra. Elizabeth Sato, outra mulher maravilhosa, que é de uma competência incrível.

Esse banco de dados, o que ele faz? Todas as ocorrências, todos os boletins de ocorrência de estupro de vulnerável registrados no Estado de São Paulo são enviados para a nossa delegacia e são verificados. Os casos em que há autor menor de idade, o banco de dados não insere — a especificação é para que não haja essa inserção. Nós fazemos uma pesquisa no Sistema Alfa, os que já têm processo criminal, que já têm passagem ou que já têm algum tipo de caso envolvendo; tem fotografia, nós inserimos a fotografia; colocamos todos os dados — idade, sexo, cor, endereço, RG, se tiver — do autor, da vítima, um breve relato e, também, a questão da movimentação nos estabelecimentos prisionais. Isso é um detalhe mais complicado, já é um passo mais difícil de se verificar, porque às vezes demanda algum tempo entrar, fazer a pesquisa. E tem dado resultado, porque nós recebemos as denúncias lá na delegacia e, em cima dessas denúncias, nós temos condições de verificar se esse autor, se esse agressor, se esse abusador já tem passagem nos meios policiais.

Outro fato importante de a gente colocar é que através desse banco de dados já foi feito um levantamento, a partir da inauguração, que foi no dia 23 de novembro de 2011. Naquele ano de 2011 foram instaurados cinco inquéritos policiais. O tempo realmente foi exíguo para a instauração de inquéritos policiais, porque a delegacia foi criada, foi montada, foi colocado equipamento, e houve a vinda de profissionais. Esses profissionais, a maioria deles, são oriundos da Delegacia de Desaparecidos do próprio Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa. Ou seja, são pessoas que já tinham algum conhecimento na área, como tabular dados e fazer a inserção disso no sistema. Então, os inquéritos policiais foram cinco e, no tocante às outras questões, boletins, foi zero o número.

Em 2012 foram instaurados 90 inquéritos policiais. Desses inquéritos policiais, esclarecidos foram 31 durante o ano. Isso não significa que o restante não foi esclarecido, isso significa que o restante, com o decorrer das investigações, foi passado para o outro ano.

Autos de investigação. Do que trata um auto de investigação? Às vezes chega uma denúncia lá na delegacia e, com o boletim de ocorrência, ou através



dessa denúncia — que pode vir de notícia através do Ministério Público, notícia através de denúncia do 0800 —, nós fazemos um auto de investigação, e esse auto de investigação sofre uma continuidade. Normalmente a gente percebe que esses casos abrangem os casos envolvendo autores adolescentes.

Nós temos percebido que os casos de crimes feitos pela Internet, pelo famoso Facebook aumentaram muito. Tivemos casos agora recentes em que meninas de 11 e 12 anos tiram fotografias delas nuas, em poses eróticas, e elas mandam essas fotografias para coleguinhas de classe. Nós tivemos um caso agora, recente, na semana passada, uma menina de 11 anos foi acompanhada da mãe, a mãe teve notícia desse fato, recebeu essa foto, estava indignada porque a menina estava sendo motivo de chacota no colégio, e, como foi bem colocado, são colégios de classe AAA, às vezes, e estava causando certo transtorno. Essa menina foi convocada, conversou conosco, e a nossa dificuldade era saber se ela tinha sido obrigada ou não, se ela estava sendo aliciada ou não. E, depois de muita conversa, a menina acabou confessando que ela queria 5 minutos de fama. Então, ela tirou fotografias dela, em várias poses, em poses, passou para colegas, e esses colegas começaram a passar entre eles, meninos de 13 e 14 anos. Aí foi passado para essa mãe que isso daí seria um auto de investigação — não seria instaurado o inquérito policial porque é um ato infracional; o adolescente não comete crime, o adolescente comete um ato infracional — e que a esse caso seria dada continuidade, seria encaminhado para a Vara da Infância e da Juventude, que o Promotor e o Juiz da Vara da Infância e da Juventude teriam conhecimento. A mãe pediu pelo amor de Deus. Eu falei: *“Eu não posso. Nós não podemos deixar de comunicar, porque nós cometemos um crime de prevaricação, inclusive por conta até de um atendimento que essa menina vai precisar ter. Ela necessita de um acompanhamento.”* Ela necessita saber o que está acontecendo, o que está se passando na cabeça dessa adolescente. E os meninos também foram orientados. Foi explicado que eles estavam também cometendo uma infração. Se fossem maiores de idade, se tivesse algum deles 18 anos, estariam cometendo um crime, que é divulgar pela rede social fotos.

Então, a esses autos de investigação é dado prosseguimento. A gente percebe que tem inúmeros casos em que as meninas querem divulgar as fotos, são



levadas... A gente percebe também que existe muito *fake* — são casos em que se fabrica em cima de um perfil na rede social, em cima do Facebook. Existe página no Facebook em que há fotos de garotas muito bonitas, de rapazes muito bonitos, e eles pegam essas fotos, montam esse perfil e começam a trabalhar.

Tivemos também, essa semana que passou, o caso de um menino de 14 anos. O pai nos procurou, estava extremamente preocupado, por conta da alienação do menino em relação à família, em relação a tudo, mudou completamente o comportamento. Esse rapaz alegou para o pai que ele estava se envolvendo, através da rede social, com uma modelo brasileira, que estaria morando em Londres, uma menina de 17 anos. Aí nós começamos a investigar. O menino foi convidado, o adolescente conversou com a gente. E foi verificado que essa menina não mora em Londres; mora no Estado do Rio de Janeiro. Estamos agora investigando se ela é menor ou é maior, ainda não conseguimos detectar isso daí. Essa menina postou foto dela nua e pediu que ele também postasse foto dele nu, e ele assim o fez. Então, nós estamos investigando isso daí. Vai ter algum desdobramento, mas já foi verificado totalmente que não é nada na Inglaterra, é aqui dentro do Brasil mesmo. E foi o que nós passamos para o rapaz, que ele poderia inclusive, a partir do momento em que ele colocasse fotos dele, da genitália dele nisso daí, na rede social, poderia até alimentar um *site* pornográfico. Ele achava que ele estava mostrando para a menina, que seria um relacionamento, através da Internet.

Então, é necessário que se veja bem aonde que está indo a cabeça desses adolescentes, para onde está caminhando. E a preocupação que a gente tem é a de conversar muito com esses pais. É que eles acham: “*Ah, meu filho está quieto em casa, está protegido dentro de casa, não está na rua*”. E mal sabem o que está acontecendo, o que está se passando dentro de quatro paredes.

Também são registrados boletins de ocorrência lá. O pai ou a mãe nos procuram, registram o boletim de ocorrência. Em cima desse boletim de ocorrência é dado início à investigação, é instaurado o inquérito policial. O banco de dados foi alimentado no ano de 2012 com 1.250 ocorrências — aí é do Estado inteiro. São os casos, como eu disse e repito, em que há registro de estupro, no Estado inteiro — todas as delegacias fornecem esses dados. Este ano, até a presente data, já foram



instaurados 77 inquéritos policiais; já foram esclarecidos 45; tem 32 ainda em andamento. Autos de investigação, nós estamos com 44 autos de investigação; em andamento estão 20; concluídos já foram 24 — que foram detectados, encaminhados para a Vara da Infância e da Juventude ou tornaram-se inquéritos policiais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas prisões?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Prisões eu preciso verificar, porque eu assumi a Delegacia agora recentemente também, mas eu fiquei sabendo que já teve um caso de flagrante este ano, em cima de investigação, porque nós fazemos a investigação, solicitamos o mandado de busca, configurando que há, dentro do computador do indivíduo que está sendo investigado, imagens. É feito o auto de prisão em flagrante, ou então, no decorrer do inquérito, pode ser pedida prisão temporária, ou, com a finalização do inquérito, prisão preventiva.

Também é interessante dizer que, com esse banco de dados, nós conseguimos levantar um perfil dos pedófilos — esse dado é referente à criação de 2011 até 2013. A faixa etária acima de 40 anos é 25%...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esse é o preferencial ou é o ocasional?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Esse daqui seria a faixa que nós temos, que alimentou todo o nosso sistema. Aí nós temos estupro de vulnerável, que é registrado pelas delegacias da Capital, pelas delegacias do interior; casos de abusos eventuais por parte de pai, padrasto ou avô; ou também aqueles que já são reiterados. Então, nós temos o total de dados inseridos no banco: acima de 40 anos, 25%; de 18 a 40 anos, 40%; e até 17 anos, 35%. Parentesco com a vítima: pai, 15%...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Espere aí: até 17 anos...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - São 35%.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, é o caso dos adolescentes que abusam de crianças e também de adolescentes.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Exatamente, os autores são adolescentes. Parentesco com a vítima: pai, 15%; outros — tio, avô, primo —, 15%; padrasto 10%; e sem parentesco algum — conhecidos da família,



vizinhos, amigos próximos —, 60%. Perfil das vítimas: 20% são homens; e 80% são mulheres. Idade: 5% acima de 13 anos; 35% abaixo de 7 anos; e 60% de 7 a 13 anos de idade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Espere aí: 5% acima de 13; 35% abaixo de 7...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - E 60% entre 7 e 13 anos de idade. São 35% abaixo de 7 anos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Número alto, hein?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - É. Extremamente alto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós também detectamos isso no Amazonas, que o abuso sexual está com menores de 7 anos de idade. Aumentou bastante.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Exatamente. Isso daí é um tipo de violência que eu costumo chamar de violência silenciosa, porque, normalmente, a vítima não é acreditada. A gente sabe, eu, pela minha experiência de Delegacia da Mulher nesses anos todos, que a mãe não acredita no relato da filha, ela acha que é impossível o pai, aquele padrasto ou aquele homem com quem ela mantém um relacionamento ser aquele abusador que a filha está relatando. Aí já entra aquela história de ela achar que a filha está se insinuando para o companheiro dela.

É interessante até falar que eu acho fundamental fazer um trabalho na família. Eu sempre digo que a gente percebe que a nossa família não está indo bem. Se a sociedade está doente é porque a família está doente. A família é a base de tudo, e a gente percebe que a família não está sendo muito bem cuidada. Como bem disse o Dr. Adalberto, a polícia é a última ponta de tudo. Eu sempre digo que, quando o caso chega na polícia, todos os outros órgãos deixaram a desejar. Então é muito importante que se faça um trabalho em conjunto.

Eu estou há pouco tempo, lá na Delegacia de Repressão à Pedofilia, mas, por onde passei, sempre procurei tecer pontes — eu costumo brincar —, fazer contatos com ONGs, com faculdades, para que se tenha um atendimento psicológico. Lá na Desaparecidos, eles estão fazendo um trabalho muito bonito, muito interessante,



que é o chamado Caminho de Volta. Até hoje, antes de vir para cá, eu conversei com a colega, Dra. Maria Helena, e eu vou entrar em contato com a coordenação, porque eu achei importante isso daí.

Essa menina de 11 anos, que chegou para a gente, tirando foto nua, postando e falando *“Doutora, eu quero 5 minutos de fama”*, é estranho uma menina como essa ter esse relato, ter essa conduta. Como vai ser, daqui a alguns anos, a cabeça dessa menina, dessa adolescente? Acho que, além de a gente procurar investigar e reprimir este tipo de crime, nós temos também que atuar no sentido de dar um suporte para essa adolescente e para essa família. É isso que a gente vai procurar desenvolver, inclusive com o apoio do Dr. Adalberto, Delegado Divisionário, e dos órgãos com os quais a gente está mantendo contato.

Outra coisa interessante também de se falar é que o Facebook aceita que a criança ou o adolescente faça a inserção dos dados. O Facebook não pede nada: o adolescente entra ali; coloca os dados dele; e altera. Inclusive eu estava conversando com o meu investigador-chefe antes de vir para cá, e ele estava comentando inclusive sobre esta menina de 11 anos postar no Facebook. Ele falou que conversou com um casal de conhecidos esse final de semana e que ainda virou para uma menina e falou assim: *“Você tem 13 anos. Você não tem Facebook”*. A menina falou: *“Tenho”*. Ele perguntou: *“E como você fez? Quem pôs para você, quem que abriu esta página?”* Ela falou: *“Eu mesma. Eu cheguei lá e alterei a minha data de nascimento e tudo mais”*.

Então, eu acho que é interessante o Governo como um todo, as senhoras colocarem para essas redes sociais que elas precisam ter um olhar mais atento, porque qualquer um insere os dados que quer e faz, dali para frente, uma rede social com os amigos com quem fala, que vai adicionando sem saber quem é, de onde são. Eu costumo dizer para os adolescentes que vão para lá e nos procuram: *“Você não sabe quem está do outro lado. Você não sabe se é mesmo aquela menina que colocou aquela foto bonitinha ou se é um homem, se é uma pessoa de mais idade, que está se aproveitando dessa situação e alimentando uma rede de sites pornográficos”*.

Para finalizar, com relação a esse nosso controle de dados inseridos, esse banco de dados, esse programa foi pelos nossos próprios funcionários da Delegacia.



Eles estão começando, e estamos engatinhando ainda nisso, porque a Delegacia, agora em novembro, completa 2 anos. É um pessoal especializado em rede, em atuar, em pesquisar, em investigar na Internet, que tem muito boa vontade. Então, do que a gente já conseguiu detectar, já foram cadastrados cerca de 1.500 autores de crimes de abuso sexual de 2011 até agora em 2013.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, o banco de dados também vai ajudar muito no caso dessas crianças desaparecidas, porque nós temos casos emblemáticos. E eu achei muito interessante. Eu tinha visto a matéria sobre essa delegacia, quando saiu, e até recortei da *Folha de S.Paulo*.

Quero parabenizar a Polícia Civil, porque, de todos os Estados em que nós passamos, nós não vimos uma delegacia especializada em pedofilia, com esse recorte de abuso sexual. Isso é muito importante. No Rio de Janeiro, nós temos a DCAV, que é a Delegacia da Criança e Adolescente Vítima, mas que não tem nenhum aparato ou serviço de inteligência e trabalha de uma forma bem precária. Eu falo isso, porque eu bato sempre nisso com o Governador do Estado, que até hoje não tomou uma atitude de transformar aquela Delegacia numa delegacia legal.

Então, eu acho que isso seria uma ferramenta muito importante na questão desses desaparecimentos enigmáticos. Há muitos anos, eu trabalho em cima de meninas, pesquisando meninas de 7 a 12 anos de idade que desaparecem em todo o Brasil e não deixam vestígio do lugar para onde foram. Eu acredito que vão para uma rede de pedofilia, porque o tipo físico é sempre parecido, parece que elas foram encomendadas. Esses pedófilos são pedófilos preferenciais, porque eles gostam de um tipo certo, de idade, todas aquelas... E eles trabalham com uma rede que faz com que essas meninas desapareçam, porque não aparece corpo.

A gente já botou até INTERPOL no caso, Polícia Federal, tudo. E essas mães têm sofrido, tanto as mães da Sé, aqui em São Paulo quanto as mães da Cinelândia, no Rio de Janeiro.

Essas meninas sumiram. Então, se a gente analisar pela idade, somem três por ano. Eles sempre fazem para que sumam três por ano, para não dar muito na vista; são três por ano e de diversos lugares. Se você pegar a foto, você vai ver que elas têm o mesmo tipo físico. E o que eles querem são meninas submissas. Eles



pegam meninas pobres, mas meninas de família; eles não querem meninas de comunidade, meninas de rua. Então, é uma rede especializada nesse sentido.

É muito bom saber que existe essa delegacia, porque vocês poderão fazer também uma linha de investigação nesse sentido, para traçar o perfil dessas meninas que desaparecem, desses casos enigmáticos. Procurem até ouvir a Mães da Sé aqui em São Paulo, a sua Presidente, porque ela tem muitas coisas para passar para vocês nesse sentido, para que possam investigar.

Nesse caso do Facebook, eu estou com um caso que também me foi entregue, com fotos tiradas da menina nua no Facebook. A tia dela, uma amiga minha, pegou as fotos. Mas era um pedófilo, uma pessoa aliciando a menina, dizendo que ela ia ser artista; que ela ia ficar bem, como essas meninas do *funk*, a Anitta, a Pocahontas e outras; e que ela teria que mostrar o corpo, para ver se o corpo dela estava direitinho, porque ela ia dançar, ia para o palco. Então, ela levantou a roupa, e ele a mandou levantar mais um pouquinho e foi tirando a foto. Depois ele pegou essas fotos, começou a fazer chantagem com a menina e já mandou tirar a roupa toda, senão ia mostrar para o pai e ia divulgar tudo o que ela tinha feito na Internet. Então, também está acontecendo esse tipo de crime. Eu já estou acionando a delegacia de crimes contra a Internet, já levando tudo, para que seja quebrado o IP, aquelas coisas todas, para detectar quem é o pedófilo que está do outro lado.

Então, nós passamos por este tipo de coisa que a senhora está falando: a família realmente precisa ser fortalecida, e nós precisamos trabalhar com a prevenção. E para mim, a prevenção tem que começar dentro das escolas, com as escolas de pais, porque não tem outro meio de a gente atingir a família a não ser pela escola.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a estrutura da Delegacia?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Somos duas delegadas de polícia e mais 17 funcionários, entre escrivães de polícia, investigadores e agentes policiais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela funciona 24 horas ou não?



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, de segunda a sexta-feira, das 9 da manhã às 19 horas. Só que as outras delegacias territoriais, os distritos policiais atendem às ocorrências e têm competência concorrente, ou seja, nada impede que a delegacia territorial, a delegacia de bairro também investigue um caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Além disso, aqui no Estado de São Paulo, tem uma delegacia de proteção à criança e ao adolescente, que trata da criança e adolescente como vítima, ou não?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Aqui tem o DECRADI — Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, que também atende os casos envolvendo crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, específica de criança, não tem?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Criança e adolescente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você deve ter aqui uma para adolescente infrator. Deve ter, não é?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, o adolescente infrator entra na ocorrência e é encaminhado, se for o caso, para a Vara da Infância e da Juventude.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Na verdade, Deputada, como eu disse na minha fala, quando existe uma modalidade criminosa, que tenha incidência em demasia, o que é detectado por estatísticas, como a Secretaria tem atuado desde muito tempo? Ela cria uma delegacia especializada para atuar nos casos normalmente de autoria desconhecida. Cria-se um corpo de policiais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu entendi. Eu só quero saber o seguinte objetivamente: tem alguma delegacia que trata de adolescente infrator especificamente?

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - De infrator?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Adolescente infrator.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Todas as delegacias têm essa atribuição.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não tem uma específica para o adolescente infrator?

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Não, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele vai a uma outra delegacia comum.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Exatamente. Era esta a direção do meu raciocínio: a criação de uma delegacia especializada é para reprimir; para atender, como vítima, todas as delegacias funcionam 24 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quase todo lugar do Brasil tem uma delegacia para atender criança vítima. Quase todos os Estados têm. Eles não têm para atender pedofilia especificamente — é a primeira vez que nós estamos vendo isso —, mas têm para tratar criança como vítima, porque é leitura diferente, é a leitura da proteção integral. Então, aí, você tem um corpo de...

Você tem psicólogo na Delegacia?

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Não, na nossa, ainda não. Nós estamos vendo isso daí. Normalmente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você tem o quê? Só policiais?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Normalmente, as Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo são que atendem os casos envolvendo crianças e adolescentes.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - E menores vítimas de abuso.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Vítimas, vítimas de abuso. Tanto é que, lá na 2ª Delegacia de Defesa da Mulher, onde o Dr. Adalberto foi o nosso Seccional, nós tínhamos um trabalho muito interessante: eu consegui, através das faculdades de Psicologia, que dessem apoio, dessem suporte a essas crianças e esses adolescentes. Então, a maioria das Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo tem, de alguma maneira, algum convênio, algum trabalho feito com psicólogos e assistentes sociais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A maioria dos locais tem um corpo de profissionais. Você está lidando com criança, e é muito importante que você tenha uma abordagem...



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... que seja uma abordagem diferenciada.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Deputada, no caso aqui de São Paulo, elas são direcionadas pra as DDMs, que são as Delegacias da Mulher...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Delegacias de Defesa da Mulher.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - ... porque o pessoal já tem aquela *expertise* no atendimento e é bastante qualificado para estender esse atendimento à criança vítima. São as DDMs.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é. Mas, como eu dizia, quase todos os Estados em que nós estivemos têm uma delegacia para atender à criança vítima de toda sorte de violência, vítima em geral, de qualquer violação. E aí se tem o recorte da violência sexual. Aqui não tem isso?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, essas são as Delegacias de Defesa da Mulher.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Delegacias da Mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, na Delegacia de Repressão à Pedofilia, não tem um depoimento sem dano, alguma coisa com psicólogo, nada disso?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não. Nós temos brinquedoteca, mas...

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Mas, havendo essa demanda, nós fazemos o encaminhamento também. Não tem no corpo da Delegacia atualmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas veja, você está lidando com uma criança que é vítima de violência sexual, e tudo indica que ela tem que se tratar. Ela não pode ser revitimizada, por isso as delegacias especializadas.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As delegacias especializadas são para impedir a revitimização, como as das mulheres ou de outros... Tem algumas de idoso, depende do caso. Na questão da criança vítima de



pedofilia, tem que ter um corpo de profissionais que dê suporte a esse tipo de fala, de acolhimento e tal. Não pode ser uma delegacia como outra qualquer.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para além da sensibilidade da Delegada, que, me parece, tem bastante sensibilidade e tem toda uma história que possibilita isso, é importante que nós tenhamos um corpo especializado.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Nós temos, inclusive, Deputada, uma investigadora que é formada em psicologia, e ela dá esse primeiro atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas aí é um desvio de função, não é?

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Não, não, necessariamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou, então, se aproveita o fato da formação dela, para...

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Exatamente. Ela está lá em razão dessa formação complementar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Mas o importante é que você tenha um corpo de profissionais, não um agente que esteja ali e, porque tenha essa formação, você aproveita. Obviamente, é importante analisar perfil, mas ter esse tipo de atendimento.

E mais: quem demanda? A criança e o adolescente vítimas de pedofilia, você não lida com redes, com exploração sexual, mas com relação. Eu estou perguntando. São mais relações intersubjetivas, interpessoais, foi o que você disse.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Rede também. Nós fazemos investigação de redes, de casos que são colocados na rede. Estamos com um inclusive em andamento que, pelo visto, vai ter algum desdobramento, vai demandar investigação fora da Capital, tudo mais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Rede de exploração sexual, não estou falando de rede....

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Rede de exploração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De exploração.



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Rede de exploração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não necessariamente Internet e tal...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Rede de exploração?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, exato, rede de exploração. Então nós estamos com essa investigação em andamento. Como a senhora tinha dito, e como eu disse na minha fala anterior, nós estamos começando. É a primeira cidade do País a ter uma delegacia específica para isso. E como eu disse eu atuei na primeira delegacia da mulher, aqui em São Paulo, na Capital, era complicado, era difícil. Uma vez eu tive uma fala com um juiz e eu liguei, um juiz me ligou, um juiz da Barra Funda, aqui de São Paulo, ligou para delegacia, virou para aqui e disse assim: *“Nossa, Doutora, os casos que a senhora me manda de violência,”* — nem se usava o termo “violência doméstica” — *“os casos não têm testemunhas, é só o filho ou a filha”*. Eu virei para o juiz e falei: *“Excelência, o senhor me desculpe, mas se tivesse testemunha não ocorreria esse tipo de violência. Quem está presenciando, quem é a testemunha é o filho ou a filha”*.

Então, todo começo é difícil. Nós não tínhamos suporte nenhum no início das delegacias de defesa da mulher aqui na Capital. Fomos batalhando, fomos construindo e conseguimos. Então, eu acredito que até agora, para a nossa delegacia, que começou agora, que tem 2 anos, nós estamos conseguindo até fazer um trabalho muito bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas ocorrências a senhora disse que teve?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Este ano?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Este ano já foram, até agora, até outubro de 2013, 77 inquéritos policiais instaurados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Toda ocorrência vira inquérito?



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não necessariamente. Como eu disse para a senhora, tem o Auto de Investigação. Eu não posso instaurar um inquérito...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, quantas ocorrências, a senhora tem?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - No total? É se somar as denúncias, 77 inquéritos policiais, com autos de investigação, são 44, vai dar quanto, 77 com 44?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora podia levantar, quantas ocorrências, quantas transformadas em inquérito. Quem faz a ocorrência em geral?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - O Boletim de Ocorrência?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Quem leva a denúncia? O Conselho Tutelar, as mães?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Pai, mãe, ou alguém que você...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais mãe ou mais pai? Quem mais leva?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Mais mãe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mais mãe.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Mais mãe, mais mãe, mais mãe...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E tem muito Conselho Tutelar, encaminhado por Conselho Tutelar, a ocorrência, não?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, não. Alguns casos, mas não são muitos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí vocês atendem, fazem o processo, o inquérito, e essa criança, vocês encaminham para outro canto para que ela possa ter um atendimento diferenciado, por exemplo, o CREAS? Qual é o fluxo, qual é o fluxo?



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Então, a tendência nossa é normalmente encaminhar, encaminhar para clínicas psicológicas de faculdades que existem aqui em São Paulo; encaminhamos também, nos casos em que há necessidade de fazer o Exame de Corpo de Delito, ao projeto Bem-Me-Quer, que é do Pérola Byington. Lá eles têm psicólogos e assistentes sociais. Eles fazem um trabalho muito interessante. E a nossa tendência agora é que, como disse o Dr. Adalberto... Eu estou recente nessa delegacia. Eu estava no Departamento de Homicídios, mas estava na delegacia de repressão de crimes contra crianças e adolescentes, e eu cheguei agora a essa delegacia também, há umas 2 semanas aproximadamente. E a nossa ideia é fazer um convênio com as faculdades de Psicologia para fazer um atendimento a essas crianças, a esses adolescentes e a essas famílias também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, veja, a criança chega, o adolescente, é encaminhado por pai ou mãe em geral,...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Correto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... e aí há um atendimento e tal, enfim, uma investigação. Vocês recebem. Enfim... E aí vocês, quando é o caso — eu não sei — encaminham essa criança para um atendimento...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim, correto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na área de saúde, no Pérola Byington?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é especialista em...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - O Projeto Bem Me Quer, que existe há anos aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso. Então vocês encaminham para lá, mas não todas as crianças.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - É, quando há notícia de que há abuso sexual, imediatamente é requerido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês encaminham para um atendimento imediato ou encaminham para um atendimento permanente?



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Também. Também, a gente pode encaminhar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês encaminham para o CREAS?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem um fluxo definido já?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Eu preciso fazer...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De como lidar com essa criança?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - É preciso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou ainda é muito recente para isso?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - É muito recente para a gente saber isso daí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá, tá ótimo. E as outras delegacias também lidam com crianças vítimas de violência sexual?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim, principalmente as delegacias de defesa da mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Elas encaminham... São delegacias, em geral delegacias da mulher.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - São, são. As delegacias de defesa da mulher.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas delegacias da mulher têm aqui?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Na Capital são 9 e no interior, cerca... Totalizando, no Estado inteiro, se eu não me engano, umas 120 delegacias de defesa da mulher — no Estado inteiro, se eu não me engano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nove na Capital.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Cento e vinte no Estado, sendo 9 na Capital.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nove na Capital. E essa delegacia de, digamos assim, proteção da criança e do adolescente não tem, no Estado?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, é a Delegacia de Defesa da Mulher que tem esse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que... Que lida com isso.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI -... olhar que lida com isso. Sempre, sempre foi primordial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí, quando chega alguma coisa, você encaminha, dependendo do caso, se for um flagrante, alguma coisa assim, você encaminha para o IML? Tem muito esse fluxo?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim, casos de flagrante, principalmente, tem que ser feito o exame.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E mesmo outros casos, você encaminha para o IML? Demora quanto tempo para fazer um laudo?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Cerca de 30 dias. Laudo, o Exame de Corpo de Delito, no Instituto Médico Legal, 30 dias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso para criança?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso, em geral, ou...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, é praxe 30 dias, para ser expedido um laudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Trinta dias. Não é muito tempo, não?

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E tem um atendimento especializado, no IML? Eu sei que a senhora pode não saber, porque não é da sua área, mas o IML, que faz parte da Secretaria de Segurança...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Normalmente, nesses casos em que há violência sexual, é o Bem-Me-Quer, no Pérola Byington. Nós...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Lá colhem provas.



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Nós temos que encaminhar diretamente para o Bem-Me-Quer, porque elas são médicas que atendem, são psicólogas que atendem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E colhem provas...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem parceria com Segurança e Saúde.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Não, eles fornecem... O Bem-Me-Quer fornece o exame, o laudo sexológico para a gente. É diferente do IML colocado junto na Zona Oeste, ou do IML colocado junto na Zona Sul.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas se a proposta agora é para a mulher, a mulher vítima de violência, com esse novo projeto do Governo Federal, ela estabelece a coleta humanizada de provas e o convênio entre a Saúde e a Segurança nessa... (*ininteligível*).

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Sim, é o que acontece no projeto Bem-Me-Quer.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Mas o Bem-Me-Quer já existe em São Paulo.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - O Pérola Byington já tem uma tradição de mais de 2 décadas.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Mais. Há mais de 25 anos que o Pérola Byington...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós conhecemos.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - ... faz esse serviço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, nós conhecemos, conhecemos. Atende, em geral, criança vítima de violência, não é?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não apenas violência sexual.



A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - Mulheres vítimas de estupro...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mulheres, é...

A SRA. ANCILLA DEI VEGA DIAS BAPTISTA GIACONI - ... e crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bacana isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra ao Sr. Cesar Camargo, Delegado Titular da 1ª Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Liberdade Pessoal.

O SR. CESAR CAMARGO - Boa tarde a todos os membros. Boa tarde à Deputada Keiko Ota, nossa velha amiga, desde o tempo da Seccional Norte, que a Doutora Sato, a senhora nos acompanha... Toda vez que a Dra. Sato muda, a senhora nos faz uma visita. Obrigado. É um prazer estar presente aqui, com todos.

Gostaria, primeiramente, de fazer uma defesa do Dr. Aldo, meu colega da Polícia Federal, que se atrapalhou um pouco com as respostas ali. O Dr. Aldo é meu colega de comissão no Tribunal de Justiça. Talvez tenha ficado nervoso, um pouco, com as respostas aí, que eu acho que é próprio, um pouco, dos orientais, em frente ao microfone. Mas eu gostaria de dizer que é um delegado competente, e sempre os casos que vão às mãos dele são resolvidos. Como nós não estamos tendo reunião na comissão há mais de 2 meses, o Dr. Fadigas, acho, não passou esse caso para a gente ainda, porque eu também desconheço esse caso, como o Dr. Aldo também desconhece esses caso que foi citado aí.

A minha delegacia trabalha especificamente com tráfico de humanos, trabalho escravo e ocorrências de ameaças via Internet de autoria desconhecida. Nós temos realizado algumas ocorrências, alguns flagrantes, aqui na cidade de São Paulo, claro que em casas de prostituição agora, e também em casas-abrigo de travestis.

O que nós detectamos aqui, em São Paulo, o que mais ocorre na área de tráfico de humanos é de travesti. Nós não temos, é raríssimo, o tráfico de mulheres, principalmente menores, aqui, em São Paulo. Agora, de travestis, sim, nós temos bastantes casos. No momento, agora, a bola da vez é o Pará. Ele varia muito de época. Agora é Amazonas, vêm de Manaus. No momento está sendo o Pará.



A SRA. RELATORA (Deputada Lilliam Sá) - É, foi uma rota agora que vocês detectaram, não é, há pouco dias?

O SR. CESAR CAMARGO - Isso, exato. E eu tenho mantido contato com as autoridades policiais do Pará nesse sentido. Eu recebi, na semana passada... Falei com a delegada do... Responsável pelo... Para essa delegacia que eu tenho aqui, em São Paulo também, ela me passou informações sobre um menor de idade, um menino, um garoto, por volta de 16 anos de idade, que está aqui, em São Paulo. O que ocorre? Nós detectamos, lá, no Pará, uma ONG que pertence a uma mãe de uma agenciadora aqui de São Paulo. Essa é a informação que nós temos. E ela abriga essas crianças. Os adolescentes, quando brigam em casa, vão parar na ONG dela. Quer dizer, está tudo certinho para mandar para São Paulo, para a filha aqui, não é? Aí fica fácil. Aí já liga: *“Olha, estou te mandando um menino de 16 anos.”* Chega aqui em São Paulo, como diz na gíria, ele é montado. Desde que ele tenha feições femininas...

A SRA. RELATORA (Deputada Lilliam Sá) - É.

O SR. CESAR CAMARGO - Não vai pegar um menino muito feio lá que também não vai render para a agenciadora aqui em São Paulo. Aí eles usam silicone industrial, hormônio. Cobra-se a passagem de avião, assim... Então, essa dívida chega a mais ou menos 15 mil reais. E as diárias, que são de 40 a 50 reais por dia, para que possam viver nessas casas, nesses apartamentos, nos muquifos em que eles moram aqui, em São Paulo. E o que ocorre? Elas não conseguem pagar essas dívidas. Não conseguem pagar. Então, eles se tornam escravos também da prostituição. E muitos são menores de idade, nessa idade de 16, 17 anos.

Agora o que acontece? A gente pega essas crianças e levamos para onde, gente? Eles não querem voltar para casa. Nós não temos onde colocá-los. Então, torna-se um efeito, um problema muito grande, O que nós estamos discutindo junto à comissão são os abrigos para essas pessoas. Nós temos, hoje, abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica — por sinal, é a minha delegacia que toma conta disso aí. Nós temos pessoas abrigadas lá. Temos 8 policiais mulheres investigadoras, temos psicóloga lá. As mulheres vítimas de violência são levadas para essa casa, de violência doméstica. São todas oriundas de DDM, nenhuma até



agora da minha delegacia ou relacionada a fatos da minha delegacia, da minha esfera policial. Elas ficam lá por um tempo, e é renovado isso aí, até que ela seja novamente reinserida em algum programa, ou consiga se separar, de fato, da pessoa.

Nós fazemos flagrantes relacionados a tráfico de humanos aqui, em São Paulo, com mulheres maiores de idade. Mas eu tenho visto que a Justiça aqui em São Paulo não tem aceito muito isso daí, porque o último que eu fiz, de tráfico de humanos aqui, tráfico interno de humanos, foi relaxado em uma semana. E as vítimas que assumem... Elas eram do Maranhão, essas meninas, elas estavam em São Paulo por vontade própria.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a idade? Dezoito? Dezenove?

O SR. CESAR CAMARGO - É, são maiores de 18. Todas maiores de 18, até 27 anos, 28 anos. Todas da mesma cidade, lá do Pará... Do Maranhão. E uma trouxe a outra. *"Ah, vem para cá que está bom, vem para cá que está bom."* Eu falei *"E agora, fechamos a casa, o seu patrão está preso, vocês vão voltar de que jeito?"* *"Vamos voltar como, doutor? O senhor quer que eu volte para lá, para eu ganhar 200 reais por mês? Eu aqui, eu mando, todo mês, para a minha mãe, 2 salários mínimos por mês, e consigo ir de avião 2 vezes por ano, lá, ver minha família. O senhor quer que eu volte para a roça, para ganhar 200 reais por mês?"* O que eu posso fazer com essa gente? Então, não tenho como.

Então, o grande problema, no fundo, é o social, gente. Nós não temos como resolver isso daí. Nós conseguimos tirar, prendemos as pessoas. No outro dia estão lá, na rua; com certeza, as meninas já estão de volta, lá. E eu estou falando de uma casa de periferia, gente? Não estou falando de uma boate de luxo, nada, não. Não estou falando de meninas lindas; estou falando de meninas feinhas. Então, vocês imaginam uma menina bonita, numa boa casa de prostituição, em São Paulo, quanto ela fatura por mês.

Então, é enxugar gelo, gente. A gente faz o nosso trabalho, a gente tenta deter os aliciadores, quem os traz para cá, as pessoas que os trazem de outros Estados, porque o tráfico internacional, como mostrou a novela, que ficou em muita evidência, é competência da Polícia Federal, não da polícia estadual.



Eu tenho diversas ocorrências aqui que depois vou passar para as senhoras, toda a relação de BOs e datas desse tempo todo, desses anos todos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, isto é importante.

O SR. CESAR CAMARGO - É um sistema, um mapa de São Paulo mesmo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas aí vocês não detectaram, nesse tráfico de humanos, o tráfico de crianças e adolescentes? Vocês não conseguiram pegar nada nesse sentido?

O SR. CESAR CAMARGO - Não, não. O que nós temos aqui, nós tínhamos detectado... Mulheres, não, nenhum caso. No Estado de São Paulo, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É mais os meninos, não é?

O SR. CESAR CAMARGO - Meninos travestis.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Travestis.

O SR. CESAR CAMARGO - Travestis, esses, sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esses aí que detectaram?

O SR. CESAR CAMARGO - Esse é o que pega. Mulheres não temos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Meninas, não?

O SR. CESAR CAMARGO - Não, não temos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Chama mais atenção, não é?

O SR. CESAR CAMARGO - É.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De repente é isso.

O SR. CESAR CAMARGO - Então, não temos isso daí. E eu consegui, junto à Comissão, agora, há pouco tempo, que fossem todos os BOs relacionados a travestis, no Estado de São Paulo, que seja mandada uma cópia para minha delegacia, para que eu possa mapear as cidades todas aí onde tem travestis, porque tem uma ocorrência que ocorre lá, vem com nome de homem, e eu não sei quem é. Então, não dá para a gente saber quem é. E põem o nome social do travesti. Então, eu consigo mapear a cidade. Vocês estiveram hoje de manhã no Tribunal de Justiça falando com a Dra. Rachid, certo?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Hum, hum!

O SR. CESAR CAMARGO - A Dra. Rachid me ligou perguntando sobre uma ocorrência na minha cidade, no interior, se tinha menores naquelas ocorrências. Não, não tem menores. Eu sou de Tatuí, interior de São Paulo. Já moro aqui há



muitos anos. Eu tenho uma chácara lá e chegando na minha cidade tenho notado os travestis na beira da estrada. Eu falei: “*Nossa, minha cidade está crescendo mesmo. Até travesti já tem! Está crescendo a minha cidade*”. Logo em seguida, o delegado fez um flagrante numa travesti da cidade, que é dona dessa casa, de boa família, de classe média alta, que agenciava esses travestis em todo o Brasil — tem no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, Bahia, Ceará — pela Internet, com promessa de fazer curso e tal. Ela oferecia toda a segurança para trabalhar. E o delegado conseguiu pegar 11 travestis e fazer um flagrante nessa garota — vamos dizer “garota”; tem por volta de 40 anos de idade. Então, a minha delegacia trabalha com isso. Nós temos diversos inquéritos, por volta de 150 inquéritos em andamento, e estou aqui pronto para qualquer pergunta que vocês queiram fazer, eu não quero me alongar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero só fazer uma pergunta. Eu não sei... O CEVAT é fiscalizado por quem? CEVAT? CEFET? CEVAT mesmo, CEVAT, é pelo Tribunal de Justiça, não é?

O SR. CESAR CAMARGO - É, é ligado ao Tribunal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, tá. Eu tenho uma denúncia em relação a isso, porque lá dizem que nessas visitas assistidas não tem ninguém tomando conta, e as crianças são obrigadas pelo juiz a ter contato com o abusador, e muitas vezes estão sendo abusadas lá dentro. Eu mandei isso até para a Ministra Maria do Rosário, e ela está fazendo essa investigação. Tem uma mãe, e o pai está preso, e essas crianças são abusadas sexualmente toda vez que vão lá visitar o pai.

Então, eu faço essa denúncia porque... Se tiver alguém aqui que é ligado a esse órgão, que possa responder para a gente e para vocês também investigarem esse tipo de ocorrência que está acontecendo lá. Inclusive ela mandou foto de criança agredida, do filho agredido, com o rosto machucado, porque, quando não quer ceder, apanha, e as visitas que eram para ser assistidas não estão sendo assistidas.

Eu agradeço a contribuição de vocês. Fico muito feliz de saber do trabalho da Polícia Civil, grande parceira. Às vezes trabalha... Faz o possível e o impossível na questão da criança e do adolescente. Eu tiro lá pelo Rio de Janeiro e os outros Estados que estamos visitando. Eles até compram tinta para pintar a delegacia. São pessoas muito comprometidas. Que Deus abençoe vocês.



Eu quero passar agora...

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Deputada, por gentileza.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Por gentileza.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Hum, hum!

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Nós temos aí, fugiu à nossa programação também,...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - ... e a senhora sabe que nós somos escravos de datas, de prazos nos procedimentos. Eu inclusive estou com um caso lá superimportante, fiz representação, temos escutas telefônicas a cargo aqui inclusive das duas autoridades. Eu tenho inclusive que despachar expedientes para chegar ao DIPO hoje ainda, senão não consigo cautelares. Se a senhora nos permitir...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - ... dispensar nós três.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, pois não.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Até para o bem do... em prol do trabalho.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A não ser que a Promotora de Justiça Fabíola Moran, Titular da 15ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude no Ministério Público do Estado de São Paulo, queira fazer alguma indagação, alguma pergunta para eles antes de eles saírem... Tem alguma colocação para fazer?

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Se tem alguém aqui presente que queira fazer alguma colocação...

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Obrigado, obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... fazer alguma pergunta...
(Pausa.) Não? (Pausa.) Então, muito obrigada. Eu agradeço a contribuição.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Eu agradeço. Foi uma honra ter contribuído de qualquer forma.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vocês contribuíram muito, muitíssimo. Muito obrigada.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Estamos à disposição lá. Obrigado, Deputada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, a senhora vai ter notícias minhas, porque, quando vierem esses casos assim, vou mandar para a senhora. Tem muita gente aqui de São Paulo que me procura pela Internet. Vou mandar direto para a senhora.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA BAPTISTA GIACONI - Por favor. A gente faz todo o atendimento, se for o caso, se for menor de 14 anos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu já peguei o seu contato, peguei com ela.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA BAPTISTA GIACONI - Se for maior, a gente registra o Boletim de Ocorrência e encaminha para quem de direito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá bom. Muito obrigada.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Eu queria agradecer à Deputada Erika também e colocar o nosso Departamento a inteiro dispor da CPI.

Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De nada. Nós é que agradecemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nós esperamos que tenha mais estrutura a Delegacia de Combate à Pedofilia, Dr. Adalberto, que tenha mais estrutura — nós estamos aí em discussão orçamentária —, tenha mais estrutura e que a gente possa estabelecer melhor, e eu tenho certeza que a Dra. Ancilla tem competência para isso, os fluxos de atendimento.

A SRA. ANCILLA DEI VEGA BAPTISTA GIACONI - Obrigada.

O SR. ADALBERTO HENRIQUE BARBOSA - Obrigado. Parabéns!

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com a palavra a Promotora de Justiça Fabíola Moran Faloppa, Titular da 15ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo.



A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite e cumprimentar os membros da Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay.

Estou aqui representando a Promotoria de Justiça da Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado de São Paulo. A Promotoria é promotoria única no Brasil que cuida dos direitos difusos e coletivos especializada nesse trabalho.

Mas somos apenas duas. Nós cuidamos, na Promotoria, de toda a parte dos direitos difusos e coletivos, de que posso dar como exemplo toda a parte de publicidade infantil; a questão ligada à saúde pública, falta de médicos, especialmente nas periferias, que são os maiores problemas; a parte de exploração sexual. Cuidamos, fiscalizamos e tomamos medidas contra 44 Conselhos Tutelares que temos aqui na Capital; somos incumbidas da fiscalização dos mais de 200 serviços de acolhimento institucional também aqui da Capital. É bastante trabalho, e realmente nós procuramos fazer o nosso melhor dentro das nossas limitações.

A respeito da exploração sexual infantil, aliás, infanto-juvenil, pelo trabalho e diversos procedimentos que nós temos em trâmite na Promotoria, temos alguns pontos de destaque e diagnóstico como causa desse problema.

A par da questão da violência, abuso sexual no âmbito familiar, nós detectamos como causas da exploração sexual de crianças e adolescentes a drogadição cada vez mais precoce; a questão — identificada até e salientada pelo Vereador Laércio Benko — das grandes obras que se instalam no local e modificam a realidade do entorno; e também a questão da sociedade de consumo em que vivemos, essa questão da sociedade de consumo em que vale mais o ter, e não o ser, sendo que essa mudança de valores acabou desmistificando que a exploração sexual está somente ligada à questão da miserabilidade. Ela não está ligada somente à questão da miserabilidade. Para ter — na verdade, se é quando se tem — faz-se tudo para conseguir o dinheiro para aquisição desses bens de consumo que revelam o *status* do adolescente perante a sua comunidade. Por isso, nós da Promotoria enxergamos de vital importância a questão da regulamentação da publicidade infantil, que atualmente é livre. Nós temos apenas o CONAR como órgão de autorregulamentação da publicidade infantil, mas acreditamos que é



importante essa regulamentação. Nesse mesmo campo, nós temos até em destaque o apoio recente... Aliás, fazendo um contraponto na verdade até à colocação da questão do álcool, que está diretamente ligado a esse problema da exploração infantil, nós temos o apoio do Ministério Público do Estado de São Paulo a uma campanha recente de apoio a um projeto de iniciativa popular de alteração da Lei Federal nº 9.294/96, a Lei da Propaganda sem Álcool. De acordo com essa proposta, passaria a enquadrar a cerveja também como álcool. Na verdade, a campanha é: *Cerveja também é álcool*. Para o enfrentamento dessas questões ordinárias envolvendo a exploração sexual infantil, no campo antes da prevenção, nós acreditamos que é muito importante o aparelhamento dos conselhos tutelares, tanto material como de estrutura de recursos humanos.

Aqui na Capital, nós temos 44 conselhos tutelares, muitos carentes de aparelhamento físico, estrutura adequada e muito mais, de apoio, apoio em mão de obra e apoio técnico. E entendemos também a carência na capacitação do próprio conselheiro tutelar, que muitas vezes não tem a noção exata do alcance do seu trabalho, da importância do seu trabalho e a capacitação para o correto atendimento de casos, especialmente no que se refere à exploração sexual, às vítimas, crianças e adolescentes, que exige um trabalho especializado.

Nós entendemos também importante o aparelhamento de todos os órgãos do Estado incumbidos da fiscalização, dessa fiscalização da parte da criança e do adolescente. Na verdade, quando se perguntou dos policiais, dos delegados que aqui estavam, da pouca estrutura de trabalho que eles têm... E, na verdade, essa pouca estrutura se revela em todos os órgãos. É sobre a questão da participação realmente orçamentária e da prioridade absoluta, ou seja, aplicação do princípio da prioridade absoluta dentro da previsão orçamentária. Isto está no cumprimento do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê também a participação orçamentária dentro da prioridade absoluta.

Para o acompanhamento da Copa do Mundo, nós estamos instaurando um procedimento na Promotoria de Justiça para acompanhar toda a questão da prevenção e da preparação do Município para a Copa. Dentro desse procedimento, nós vamos procurar exigir, aliás, estamos já procurando exigir a adequada



estruturação dos conselhos tutelares, especialmente no entorno do estádio, com o aparelhamento e a estruturação material e técnica. Nós vamos solicitar a implantação de Código de Ética no setor do turismo, hotelaria, transporte. A questão a mobilização da sociedade no sentido de sensibilizá-la no combate à exploração sexual, como agente denunciante, além de outras medidas que nós passarmos a descobrir durante a instrução do procedimento e que se revelem mais adequadas.

Quanto à questão do tráfico, aquela denúncia dos meninos provenientes do Nordeste, nós temos também um procedimento na Promotoria. Essa investigação começou em 2011, e a questão, na verdade, é atual, sim. Uma parte da investigação foi remetida à Polícia Federal. Há pouco tempo, nós recebemos informação dos voluntários da Vara da Infância e da Juventude do Jabaquara, no sentido de que esse problema é real e continua sendo atual. Na verdade, o CREAS tem uma capacidade de contato maior com essa população adolescente envolvida como vítima nessa exploração sexual, ele tem uma abordagem mais fácil do que a Polícia. Mas, a despeito dessa abordagem do CREAS, o problema persiste, e foram identificados alguns aliciadores até por parte dos voluntários.

Na verdade, nós estamos encaminhando o caso e cobrando inclusive de outro setor do Ministério Público, o GAECO, também encarregado dessa investigação, que aprecie esse material e realize diligências no sentido de coibir essa prática.

Como o problema da exploração sexual, especialmente esse envolvendo os meninos do Nordeste, é bastante complexo, eu tenho até conhecimento de programas sociais que estão em andamento, de programas de assistência social, como o intitulado ViraVida, que seria voluntário, para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Programa ViraVida, do SESC.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Exatamente. Ele seria, na verdade, para captação voluntária de vítimas de exploração sexual, ofereceria uma bolsa. Mas a questão desse programa é que a adesão é voluntária. Aqui em São Paulo, a última notícia que eu tive é de que teria 100 vagas, mas apenas 65 inscritos no programa, por conta justamente dessa dificuldade na adesão voluntária, para essa questão financeira. Na verdade, a prostituição acaba rendendo um dinheiro



considerável, e o adolescente tem essa característica de ser imediatista, de não pensar muito no futuro e pensar muito mais no aqui e agora. E o dinheiro é bom.

Realmente, é uma questão muito complexa para se enfrentar. Ela envolve tanto a questão da miséria quanto a questão da sociedade de consumo e dessa mudança de valores.

Quanto a outro ponto que se abordou aqui, com relação ao atendimento da vítima de abuso e exploração sexual pelo IML, à demora, nós temos, aqui em São Paulo, uma lei. Eu tenho um procedimento instaurado recentemente, para acompanhar o programa de atendimento da criança e do adolescente vítima de abuso, violência ou exploração sexual, dentro do plano de enfrentamento coordenado pelo CMESCA. Existe a Lei Estadual 13.813, de 2009 — é uma lei estadual —, que disciplina o seguinte com relação ao atendimento especial e preferencial a mulheres e crianças vítimas de exploração e violência sexual:

“Art. 2º - O atendimento especial e preferencial consistirá na assistência médico-emergencial e assistência médico-legal, que deverão ser prestadas às vítimas no mesmo hospital ou unidade de pronto-atendimento da rede pública e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde — SUS.

Art. 3º - Fica assegurado às vítimas de violência sexual o direito de realizar os exames médicos periciais com especialistas do Instituto Médico Legal — IML no estabelecimento hospitalar de atendimento (...).”

Esse atendimento é no próprio estabelecimento hospitalar, que não deveria ser só o Pérola Byington. Todo mundo vai só para o Pérola Byington; se as vítimas estão em uma unidade — é isso que nós verificamos atualmente —, elas são removidas para o Pérola Byington.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, qual é o número da lei?

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Lei 13.813, de 2009.



“Art. 3º - (...) bem como o direito de elaborar o boletim de ocorrência, noticiando a violência sofrida na própria unidade de referência.

Art. 4º - As vítimas de violência sexual terão à disposição psicóloga e assistente social para acompanhamento psicossocial e assistência jurídica para as devidas providências de responsabilização do agressor nas unidades de referência.”

Isso também não é oferecido em todas as unidades de referência. Na verdade, esse procedimento está apenas no início. E nós vamos solicitar, num primeiro momento, o efetivo cumprimento dessa lei.

Eu acredito que esses são os pontos mais importantes que eu teria para colocar. Eu me coloco aqui à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa eu lhe dizer: quantas denúncias o Ministério Público fez acerca de violência sexual?

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Este ano? (*Pausa.*) Este ano, nós recebemos uma média de sete denúncias. Poucas notícias chegam diretamente à nossa Promotoria; muitas, na verdade, são remetidas pelas Regionais, porque tudo o que for de direito individual, todas as questões de direito individual são apuradas nas Promotorias Regionais. A nossa abrange mais a questão de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você não tem a notícia da...

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Não, eu não tenho essa informação das Regionais, a informação macro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos fazer isso para o Procurador-Geral do Estado de São Paulo, quantas denúncias.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque vai numa Promotoria de Júri, das Varas Regionais.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - É. Tanto a parte das Promotorias da Infância e da Juventude Regionais quanto as Criminais têm esses dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na sua avaliação, como é o atendimento? Veja, nós vimos em Coari, no Amazonas, que as meninas são



aliciadas por um *kit*, que envolve aparelho de dente, celular, *laptop*, tal e tal. Agora, são meninas pobres, em geral, são meninas pobres. E tem um recorte diferenciado entre a criança, que tem uma situação diferenciada, e o adolescente ou a adolescente, que tem outra situação diferenciada. Inclusive, quanto ao olhar que a sociedade tem acerca da criança vítima de violência, ela tem uma comoção maior e uma indignação maior do que com relação ao adolescente, porque ela tende a culpabilizar a própria adolescente. E o que a gente viu em alguns casos, em Fortaleza, por exemplo, que foi feita uma pesquisa — porque a gente precisa ter o dado concreto, não é? — que indica que as adolescentes em situação de exploração sexual não se sentem exploradas, porque elas ganham dinheiro e tal. Enfim, elas não se sentem exploradas. Então, é um processo de sensibilização para que elas possam se sentir como são, vítimas.

De toda sorte, a gente percebe que há deficiência nas delegacias. Não é prioridade — e é a única prioridade absoluta que está na Constituição. Mas não é prioridade. Então, uma das coisas que a gente deve trabalhar é, primeiro, responsabilizar os gestores que não dão prioridade absoluta, porque tem que ter uma responsabilização, senão nós vamos ter uma Constituição que é programática, não é uma Constituição ou não é uma legislação que seja uma legislação de fato, que tenha força de lei. É uma legislação programática: faz se quiser; e não tem responsabilidade por isso. Então, nós vamos ter que começar — uma das coisas que a gente está discutindo, não é Liliam?

Outra coisa é que as mulheres vítimas de violência têm agora um projeto, o Mulher, Viver sem Violência — não me lembro do nome —, que foi lançado pelo Governo Federal, que tem a Casa da Mulher. Mas não só a Casa da Mulher; ele tem a Casa da Mulher, tem a coleta de provas humanizadas, tem a campanha permanente. Ele tem uma série de ações, e uma delas é a Casa da Mulher, que tem todos esses serviços: serviço da Defensoria, serviço de delegacia, serviço de Casa Abrigo.

O que a gente precisa fazer — a Deputada Liliam estava sugerindo isso — é tentar ver se o Governo... Uma legislação corre risco de ser considerada inclusive inconstitucional, porque você está mexendo com recursos, com orçamento, com uma série de coisas que, muitas vezes, são de iniciativa exclusiva do Executivo. Mas



você tentar sensibilizar o Governo no sentido de que, da mesma forma como houve esse projeto da mulher, que haja um também para criança. Ou você pode tentar trabalhar em conjunto ou pode adendar esse serviço.

Os olhares são diferentes. Isso de dizer que Delegacia da Mulher tem olhar para acolher criança é um equívoco. Até entendo que as pessoas buscam o que é mais sensível e que há uma sensibilidade para a violência, que, muitas vezes, é doméstica, e para o abuso, pelo menos, que em geral é doméstico, é nas relações domésticas que se dá, por isso tem um caráter muito destruidor. A exploração tem características diferenciadas, mas o abuso tem essa relação interpessoal.

O que a gente tem percebido é que o abuso é mais identificado, inclusive pela vizinhança. A sociedade está mais alerta para isso, está mais vigilante quanto a isso, e aí aumentam as denúncias. Mas o abuso envolve relações interpessoais e é mais punido. Agora, o que a gente vê com relação à exploração é que são redes que se estruturam; que tem a exploração comercial; que tem o ganho do terceiro. Muitas vezes, os exploradores não são pedófilos, mas se utilizam de determinadas circunstâncias e de determinados desvios. Enfim, são comerciantes, são exploradores comerciais.

Isso tem pouco enfrentamento, e a gente vê muito no Norte, que está muito complicado. No Amazonas, nós temos os casos de Coari, de Maués, de São Gabriel da Cachoeira e de Manaus, em que foram descobertas redes pela própria Polícia, seja Federal ou Civil, às vezes em parceria, que detectam a rede. Quando tem envolvimento de pessoas com poder econômico e poder político, de acordo com a localidade, é muito difícil, porque tem muita impunidade, porque tem muita naturalização.

E tem a questão da publicidade infantil. Eu acho, Liliam, que a gente pode recomendar, porque tem um projeto na Câmara que proíbe a publicidade infantil, proíbe. Entre outras coisas, tem a estimulação precoce e tem considerarem a criança como consumidora e não como pessoa. A criança está numa fase particular da sua vida, fase de desenvolvimento muito própria, muito particular, e ela tem um raciocínio, muitas vezes, muito concreto. Então, se você vai comprar determinada coisa, você não está comprando a boneca, você está comprando o sonho, porque o raciocínio é concreto, a absorção da mensagem é muito concreta. Isso provoca



muito estresse familiar, porque faz com que a criança seja — as pesquisas indicam — o grande fator de pressão do consumo familiar. O consumo de que eu falo não é o consumo necessário, mas o consumismo familiar. A criança é a porta de entrada, porque ela tem um poder nas relações familiares. Ela exerce esse poder e provoca, muitas vezes, o estresse e a culpa dos pais, que sentem que não conseguem atender a criança. Enfim, a publicidade infantil tem uma série de efeitos nocivos. Então, nós estamos defendendo que não haja nenhum tipo de publicidade para criança.

A mesma coisa da bebida, pois não tem sentido. A gente tentou aprovar, no projeto das drogas, que houvesse pelo menos a advertência para a bebida, porque a bebida é a porta de entrada, é a que primeiro chega para as crianças e os adolescentes. Ela é a porta de entrada. A porta de entrada não é o *crack*, a porta de entrada é o álcool, que é lícito. E nós temos experiências como esta do tabaco: 35% da população adulta era fumante algum tempo atrás; e hoje se tem por volta de 13%. E você tem toda uma série de ações de políticas públicas de conscientização. Hoje os adolescentes já não acham que fumar é algo tão bom como achavam os adolescentes da década de 60, da década de 70.

Mas a gente não conseguiu passar o que era uma advertência. E a gente estava excetuando a bebida para exportação, porque você não vai vender uma bebida em outro lugar do Brasil com uma caveira ou coisa desse tipo. Então, a gente estava excetuando isso, e não conseguiu passar. É um setor econômico muito poderoso, e a gente tem muita dificuldade, sem falar que as propagandas de cerveja, via de regra, são muito sexistas, muito machistas. Elas, da mesma forma como coisificam a mulher, feminizam a própria bebida e fazem uma associação, com uma relação que é extremamente subalterna para as mulheres. Em geral, são politicamente muito incorretas.

Recentemente teve uma marca de uma bebida que era uma coisa assim de coragem, do tipo "*Beba, você é corajoso*". Depois tem um dispêndio imenso de publicidade estatal e governamental, para dizer que não se pode beber e dirigir, toda uma campanha para as pessoas não beberem, porque há uma associação muito direta com essa e outras formas de violência. Enfim, são as coisas que nós vamos trabalhar nessa CPI.



A senhora quer falar mais alguma coisa?

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Só quero fazer um parêntese a respeito das diversas causas da exploração sexual, que acabam direcionando para essa necessidade do atendimento especializado. As causas da exploração sexual de crianças, muitas vezes, não são as mesmas causas da exploração sexual de adolescentes, daí a necessidade desse preparo, dessa capacitação para o atendimento especializado, para que também haja uma mudança de mentalidade por parte da sociedade de modo geral, que acaba enxergando a vítima adolescente como um adulto. A sociedade acredita que a adolescente, pelo fato de ter um corpo de mulher, tem a capacidade de agir como adulta.

Mais uma vez, eu reitero a importância de se olhar com cuidado a questão da publicidade infantil, porque, se a criança compra um sonho, o adolescente compra uma posição de destaque dentro da escola, dentro da comunidade. E esse mesmo adolescente que foi criado num ambiente da publicidade reiterada, ao crescer bombardeado por essa publicidade, quando adulto, passa a comprar uma posição social. Então, é extremamente nefasto o resultado desse bombardeio que as crianças recebem em casa. Antigamente, isso era pela TV aberta. No começo, mesmo pela TV a cabo, não havia muita publicidade; hoje em dia, eu vejo que, para cada hora de programação da TV a cabo, nós temos pelo menos 15 minutos de publicidade. É muita coisa. Realmente, nós estamos passando de um limite aceitável.

Também quero solicitar especial empenho desta CPI, no sentido de solicitar, principalmente para a Copa, apoio do Governo Federal, para equipar e — não só equipar, não só mandar material para os Conselhos Tutelares — capacitar os nossos conselheiros tutelares para o exercício das suas funções. Não adianta nada mandar computador, impressora — há um *kit* inclusive, que está sendo enviado para os Conselhos Tutelares, com aporte do Governo Federal. Não adianta mandar o material e não capacitá-los para o adequado exercício das suas funções.

Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o Governo Federal tem verba, inclusive, para capacitação dos conselheiros.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Isso é preciso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas quem contrata é o Estado ou o Município, não é?

Eu queria só confirmar se estão aqui o Sr. Reinaldo Cintra Torres de Carvalho. (*Pausa.*) Não estando, o Desembargador Antônio Carlos Malheiros parece que já se retirou, que é o Titular da Coordenadoria da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nós vamos passar, então, para os representantes. Eu quero saber se o Sr. Everaldo de Oliveira Rocha se encontra, ele que é Coordenador-Geral de Administração da Secretaria Estadual da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, que estaria aqui representando o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; e a Sra. Eloisa de Sousa Arruda, Secretária Estadual da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Não estando, nós temos mais duas pessoas para fazer uso da palavra. Uma é a Sra. Nazira Levy Brudniewski, que representa o Sr. Rogério Hamam, que é Secretário Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Em seguida, a gente passa para o Fábio Silvestre da Silva, que é representante do Município. E temos mais uma pessoa que se inscreveu para fazer uso da palavra, que é a Carla Angelini.

Nós vamos, então, passar para a Sr. Nazira Levy Brudniewski e, depois, para o Sr. Fábio Silvestre. A senhora quer falar antes?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Você podia falar antes, porque depois falam os representantes do Executivo. Vamos lhe dar 3 minutos, está certo? Vamos ser meio rígidos no tempo, porque já está muito tarde.

A SRA. CARLA ANGELINI - Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pode falar, Dra. Carla Angelini.

A SRA. CARLA ANGELINI - Todo mundo falou da parte das autoridades. Na verdade, eu sou mãe de uma criança que sofreu abuso sexual. (*Choro.*) Ela não está comigo agora, porque eu perdi a guarda. Mas houve tudo isso que todo mundo falou aqui: tem laudos periciais de psicólogo, do juiz da primeira instância e do IMESC,



também pedindo para que a visita do pai fosse assistida. Mesmo assim, o juiz passou por cima de todos os laudos e passou a guarda para o pai. Ele não mora aqui em São Paulo, ele mora em Cuiabá, no Mato Grosso.

O processo criminal daqui foi remetido para lá, porque era da Comarca de Cuiabá. Chegando lá, a juíza acompanhou a denúncia do Ministério Público de São Paulo e de Cuiabá, continuou o andamento do processo em abuso sexual e pediu mandado de busca e apreensão. Eu estive lá, e a gente foi fazer a busca. Ele, em 1 semana, desapareceu com a minha filha e, no prazo recorde de 3 dias, o Tribunal de Justiça revogou a decisão por completo da juíza de primeira instância de Cuiabá. Não bastante, ele ainda retirou as minhas visitas. (*Choro.*) Estou desde janeiro sem ver a minha filha. Consigo falar com ela por telefone, quando ele resolve atender, e quando eu consigo falar com ela por telefone, ela chora pedindo para voltar. Eu estou aqui para falar, porque, como a delegada falou, todo tipo de procedimento da 7ª Delegacia da Mulher de Itaquera foi feito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Você foi acusada de alienação parental.

A SRA. CARLA ANGELINI - De alienação parental.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas foi você que fez a denúncia do abuso sexual. Como foi isso? Que tipo de abuso?

A SRA. CARLA ANGELINI - Começou com uma visitação dele. Quando ele me entregou, ela estava com uma secreção. Fui até ao Hospital Jardim Helena, que é o mais próximo de casa, que foi no dia do aniversário dela, e aí constou uma secreção. Lá na Delegacia da Mulher, quando a delegada foi fazer a diligência no Hospital Jardim Helena, falaram que o material da secreção tinha perdido porque tinha tido enchente. Somente mediante com o laudo no papel, a delegada remeteu para a perícia do Instituto Oscar Freire. Lá foi constatado que aquela secreção era proveniente de uma secreção masculina, mas não tinha como se saber o DNA porque foi perdido o material. A delegada ainda continuou fazendo a diligência.

Minha filha tinha dado entrada no Hospital Jardim Helena como paciente suspeita de estupro. Mesmo assim, foram levados todos os laudos para o juiz, porque, na verdade, eu queria que a visita dele fosse assistida, eu não queria retirar a visita dele.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual o material masculino? Esperma?

A SRA. CARLA ANGELINI - Isso, seria um sêmen masculino. Foi isso que constou.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi isso que constou dentro da vagina da menina?

A SRA. CARLA ANGELINI - Isso. Quando ele entregou...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o hímen estava preservado?

A SRA. CARLA ANGELINI - O hímen estava preservado, não tinha sido rompido.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não tinha nenhuma assadura? Nada? Estava machucada?

A SRA. CARLA ANGELINI - Estava. Mas não houve rompimento de hímen, mesmo porque, depois que foi feito todo o processo na delegacia, foi feita a oitiva da minha filha. Inclusive, a minha filha continuava falando dos abusos na escolinha. Foram ouvidas a diretora da escola, as professoras.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que sua filha falou?

A SRA. CARLA ANGELINI - Falava que não podia trocar fralda, se não iria machucar o bumbum e a "bureca" dela — porque ela chama a genitália dela de "bureca". E ela relatava que não gostava do papai, que o papai era mau. Em todas as bonecas, quando que ela ia brincar de boneca em casa, ela colocava *band-aid* ou durex na genitália, nos olhos e na boca, e a psicóloga falava que isso era comum. Ela falava que não podia falar o que o papai fazia, porque era segredo. E ela continuou falando isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a idade da sua filha?

A SRA. CARLA ANGELINI - Começou com 2 anos de idade; hoje ela tem 6 anos. Lá no Tribunal de Justiça de Cuiabá, como o Desembargador revogou a decisão por completo da juíza da primeira instância, nós descobrimos, no Facebook, que o Desembargador do Tribunal de Justiça era amigo pessoal do pai da minha filha. Daí nós conseguimos clicar Facebook dele, que, junto com os outros laudos, foi encaminhado ao CNJ. E lá está correndo no CNJ, com número de processo e tudo. Depois disso, o Desembargador foi aposentado compulsoriamente, mas só



que trancou o processo criminal, ou seja, arquivou. O Desembargador conseguiu arquivar.

E aí, como a senhora tinha perguntado, Presidente, para as outras autoridades, é muito difícil. Eu conheci muitas mães. Minha filha passou no Pérola Byington por dez sessões de crianças que foram violentadas sexualmente. Lá eu conheci várias mães, e o juiz comenta: “*Você está reclamando de quê? Sua filha, nem o hímen foi rompido*”. Realmente, a mãe é muito humilhada nesse percurso todo. No meu caso, eu posso falar que quem foi condenado fui eu e minha filha. Eu fui condenada, porque eu não posso vê-la e nem posso falar com ela: e ela também não tem o direito de me ver, porque foi feita a denúncia. Então, até onde pode ser feita a denúncia?

No meu caso, eu não sei se é envolvimento ou do que posso chamar isso, só sei que houve ramificações desse crime que o pai cometeu, e aí todo mundo está falando da exploração sexual. O abuso sexual, às vezes, começa dentro de casa, e é tudo na clandestinidade. Nada é. Por isso que, às vezes, é feito ou pelo pai ou pela mãe. Não estou falando que a mãe sempre tem que fazer a denúncia, porque, às vezes, pode se partir do princípio de que a mãe também está cometendo o abuso. Mas a gente faz a denúncia, e se vocês tiverem a oportunidade de conhecer todas as mães que estão sofrendo esse tipo de situação, quem é acusada, quem é condenada, quem sofre é quem comete a denúncia, porque, quanto ao abusador, nada fizeram pela minha filha, nenhuma medida protetiva, nem com os laudos do IMESC ou da psicóloga que o próprio juiz solicitou. O juiz não seguiu a orientação da psicóloga, e mesmo assim houve audiência na primeira instância.

Só para vocês terem uma ideia de como acontecem as coisas, houve uma audiência de constatação na primeira instância, sem que eu e minha advogada estivéssemos presentes. O juiz não solicitou a psicóloga que formulou o laudo. Ele simplesmente chamou o pai, a minha filha e duas advogadas dele. Ele não me chamou nem chamou minha advogada, porque talvez a minha filha não tivesse a mesma postura na minha frente.

O Conselho Tutelar, todas às vezes, acompanhou, porque quando ele ia retirar a minha filha, como ficou determinado, as visitas eram às 9 horas da manhã, e ele aparecia às 4 horas da tarde, com mandado de busca e apreensão. Eu e



minha mãe, desde as 8 horas, às vezes, deixávamos pronta a minha filha, e mesmo assim ele não comparecia. E aí a gente chamava o Conselho Tutelar, que acompanhava a gente desde as 9 horas. E ele falava para o juiz que eu não entregava a minha filha, recusava a entregar, e conseguia o mandado de busca e apreensão. E o Conselho Tutelar sempre informou o juiz.

Então, na verdade, às vezes, como a senhora tinha falado, o inquerito está robusto, cheio de laudos. Tudo o que tinha que ser feito foi feito, tudo. Mas, às vezes, a parte policial é feita, mas o Judiciário, para mim, falhou muito. Que nem agora, no Tribunal de Justiça, pediu para que voltasse novamente para a Primeira Instância. Ou seja, está na mão do mesmo Juiz que concedeu a guarda para o pai, pediu novas diligências. Minha filha tem 6 anos. Ela já foi ouvida pelo setor psicológico do Juízo mais de seis vezes. Quantas vezes mais ela precisa falar dos abusos que sofreu do pai? Houve um laudo recente, de setembro, e se a senhora ler — inclusive, deixei uma cópia aqui —, agora está rico em detalhes, porque ela tem 6 anos de idade. Ela fala coisas que eu jamais imaginaria ouvir da minha filha. E eu li isso em um laudo de um psicólogo.

A SRA. RELATORA (Liliam Sá) - Que tipo de coisa?

A SRA. CARLA ANGELINI - Ela fala que ela vê — que é a esposa dele, na verdade; eu não posso relatar nome aqui — que a esposa do pai chupa o pipi do papai e sai leitinho, e que ela não chama ele, e ele vai para cama dela e coloca o pipi na “boreca” dela e faz cosquinha. Eu não imaginava ter que ouvir isso da minha filha. Minha filha só tem 6 anos de idade. Agora, a senhora imagina, eu estou desde janeiro sem vê-la. A próxima vez que eu a ver, o que ela vai me dizer?

Então, eu estou aqui e eu nunca vou desistir da minha filha, porque ela vai sempre saber que eu nunca vou desistir dela. (*Choro.*) Independente da fala de qualquer pessoa, do Judiciário, eu não vou desistir dela. Eu estou aqui para falar da exploração sexual, que tudo isso que a gente vê na TV às vezes acontece dentro de casa. O que que ela vai se tornar? Que tipo de adolescente ela vai se tornar? Imaginem vocês que têm filhos! Eu estou há mais de 1 ano sem dormir e acordar com a minha filha. Eu ouvi falar que o pai bate no pé, e eu ouvi da delegada que isso é feito em presídio, porque não demonstra marca, no pé. A psicóloga relata no laudo



que vê a minha filha mancando, porque ela chegava das visitas e às vezes tinha apanhado do pai na sola do pé.

Tem hora que a gente cansa, mas eu não vou desistir dela. (*Choro.*) Procuo ocupar minha cabeça, minha vida, mas não tem sido fácil. Porque antes morava eu, minha mãe e minha filha. Minha mãe faleceu há pouco tempo, porque não aguentou, mas eu não vou desistir da minha filha. Então, eu precisava falar isso. Eu agradeço a oportunidade de vocês terem me dado muito. Porque essa oportunidade que vocês me deram, eu nunca tive; esse respeito que vocês tiveram, de me deixar falar aqui. Eu queria agradecer muito a vocês. Obrigada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olha, nós já pegamos algumas informações com você, o processo, alguns laudos. O Secretário vai fazer uma consulta ao CNJ, vamos colocar essas considerações, e perguntar à doutora como pode ajudá-la.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - Eu gostaria dos dados do processo para poder analisar,...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por favor.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - ... conversar com o meu colega da Regional do Itaquera, para que nós possamos prestar um apoio, e também...

A SRA. CARLA ANGELINI - O processo foi remetido pra Cuiabá agora, não é? Da criminal.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - Foi remetido? Não existe nada aqui, não existe um que voltou para a Primeira Instância?

A SRA. CARLA ANGELINI - Só da Vara da Família.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - Está na Vara da Família?

A SRA. CARLA ANGELINI - Porque na Vara da Família está tramitando a guarda definitiva pra ele.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - Então, eu gostaria dos dados desse da Vara de Família. Aliás, esse último laudo, inclusive, esse último laudo de setembro está nesse processo da Vara da Família?

A SRA. CARLA ANGELINI - Está. Mesmo assim todo mundo fala que o laudo é frágil.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - Hum, hum!



A SRA. CARLA ANGELINI - Todo mundo espera às vezes alguma atitude da mãe... Estou dizendo isso, como conheci outras mães, de a gente sumir com a criança pra que o juiz... Aquela sentença que ele deu, fala: *“Realmente, está certo. Nós retiramos da mãe porque a mãe não tem estrutura.”*

A SRA. FABÍOLA MORAN FALLOPA - Hum, hum!

A SRA. CARLA ANGELINI - Então, às vezes a gente é levada a tomar certas atitudes para preservar a criança, mas a gente tem que andar corretamente. Então, se a senhora pegar a sentença, como eu li, eu também concordo de ter tirado a minha própria filha de mim, porque a sentença foi baseada numa monografia de alienação parental. No dia da audiência, doutora, as testemunhas dele foram o taxista que presta serviço toda vez que ele tem que vir a São Paulo pra serviço, e a empregada doméstica. Do lado da minha filha as testemunhas foram a diretora da escola, a professora que a ouvia, ou seja, no momento em que ela nunca esteve comigo ela continuava falando dos abusos; a investigadora do caso, o perito de uma foto que ele postou, que antigamente era o Orkut, de uma foto dela nua, que foi o primeiro, onde a delegada enquadrou ele em sexo explícito. Então, tudo o que a minha filha falava, tem uma linha de raciocínio a respeito de abuso. E, mesmo assim,...

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Mas eu vou verificar o processo, de qualquer maneira, da Vara da Família, e também verificar o que tem em Cuiabá. Vou entrar em contato com um colega lá de Cuiabá, se tiver também os dados, porque daí eu peço as cópias, vou analisar o caso, para que nós possamos prestar a orientação adequada e também solicitar até uma maior celeridade para o processo. Se a senhora puder me fornecer os dados...

A SRA. CARLA ANGELINI - Claro.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - ... para eu poder fazer essa avaliação...

A SRA. CARLA ANGELINI - Claro.

A SRA. FABÍOLA MORAN FALOPPA - Eu também vou deixar à disposição os meus contatos, para que, depois, posteriormente, nós possamos conversar.

A SRA. CARLA ANGELINI - Está ótimo. Obrigada. Eu agradeço.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a profissão do seu ex-marido?

A SRA. CARLA ANGELINI - Nós namoramos 4 anos, nós não casamos. Ele é empresário lá em Cuiabá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Empresário de que ramo?

A SRA. CARLA ANGELINI - De carro, de customização de carros, carros antigos... Inclusive, o próprio juiz, doutora, tinha colocado ele com um atestado de pobreza. Nós apresentamos que ele consegue até importar carro. Ele trouxe um Lincoln de fora. Então, há muitos erros, e aí...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente vai pegar todo o caso seu e vai, depois, analisar, e provavelmente passar para o Judiciário...

A SRA. CARLA ANGELINI - Obrigada. Eu agradeço. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... de Mato Grosso. Também nós vamos passar para o Ministério Público. Mas contamos com a ajuda da Dra. Fabíola.

Eu vou passar, então, a palavra para a Nazira Levy Brudniewski, que aqui representa o Sr. Rogério Hamam, que é Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Eu gostaria de agradecer o convite e louvar a iniciativa desta CPI aqui, no Estado de São Paulo.

No que tange à Secretaria, e eu como funcionária já mais antiga da Secretaria, desde 2008, o Estado de São Paulo vem enfrentando o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, como a Dalka falou, que foi nossa parceira muito antes da municipalização desse serviço. Inclusive, foi o Estado de São Paulo que ajudou a construir o Sentinela, que foi o programa federal de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Porque aqui a gente... Já existia a sociedade civil, como o CNRVV, os projetos, os trâmites espalhados em vários Municípios do Estado e, baseado nisso, construiu-se O Sentinela.

O Sentinela veio para o Estado de São Paulo desde 2001 e foi coordenado pela Secretaria de Assistência Social e, posteriormente, ele foi municipalizado.

Nessa época, a gente teve o Pacto São Paulo, que foi um movimento social também de proteção à criança e ao adolescente, onde foi feito um Plano Estadual de



Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, em 2001, com 800 atores sociais, no SESC em Pompeia.

Com isso, houve uma comissão estadual também de enfrentamento à violência, que hoje nós estamos inclusive rearticulando essa comissão com a sociedade civil.

O que a gente pode dizer para vocês é que com a Política Nacional da Assistência Social, o abuso e a exploração sexual, que eram atendidos no Sentinela, que nada mais é do que o centro de referência...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - ... eles passaram a ser atendidos no CREAS.

Então, hoje, no Estado de São Paulo, a gente tem 257 equipamentos de CREAS, que seriam os Centros de Referência Especializados da Assistência Sociais, que são equipamentos públicos estatais.

Nós temos hoje 974 equipamentos do CRAS, Centro de Referência da Assistência Social. Porque hoje, no Estado de São Paulo, a gente tem 26 divisões regionais. Então, a assistência social é descentralizada em 26 divisões regionais, porque ela assessora os Municípios e monitora projetos, serviços desses Municípios. Então, o Estado não faz uma execução direta. Quem executa são os Municípios. O que o Estado faz? Ele cofinancia todas essas ações mediante os planos municipais de assistência social deliberados pelos Conselhos Municipais de Assistência.

O que eu posso relatar para vocês é que essa assessoria dada aos Municípios é de um trabalho em rede. Porque a gente não vê o enfrentamento, o abuso e exploração como unicamente da assistência social, porque a assistência realmente não dá conta de tudo isso, porque perpassa por outras políticas públicas.

Então, a gente tem a assistência social se relacionando. Eu tinha até feito uma explanação com um Power Point, mas, devido o andar da hora, não dá para atender. A gente tem a entrada dessas crianças, na verdade, a porta de entrada depende do Município. Eu tenho Município que tem até o Disque do próprio Município para fazer a denúncia. Então, a porta de entrada são várias. A gente pode dizer que é desde o Disque 100, a gente tem o Disque 180, que é estadual, a gente



tem o Disque 100 dos próprios Municípios, a gente tem uma entrada que pode ser pela polícia, a gente tem a entrada pela...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O 180 é o da Mulher, não?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Violência contra a Mulher. É federal o 180.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - A gente tem um Disque 180 estadual — um, oito, zero. Estadual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, 180 é nacional.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - O 181 é estadual.

Enfim, a porta pode vir pela educação na saúde. A orientação é que realmente haja um acolhimento, uma consulta qualificada, um atendimento psicossocial, um encaminhamento à rede socioassistencial, CRAS e CREAS, o acolhimento institucional, quando necessário, e o encaminhamento para as outras políticas públicas.

Isso é o que é feito em termos de assessoramento aos Municípios. Inclusive, este ano, em parceria com o PAIR, que é também da Secretaria dos Direitos Humanos, a gente capacitou 220 Municípios do Estado, que têm esses CREAS. Em termos de... Eu falei para vocês que a gente tem 974 CRAS, 257 CREAS, 640 abrigos, 93 casas-lares, e 26 famílias acolhedoras dentro do Estado de São Paulo. A gente faz um cofinanciamento. Porque, veja bem, o Estado cofinancia esses Municípios, mas são eles que alocam o recurso de acordo com as suas necessidades e prioridades.

Então, o investimento anual do Estado de São Paulo para a alta complexidade, que é o acolhimento institucional, foi de R\$36.526.070,34. Na média complexidade, nós temos aqui... Esperem aí que eu vou ver para vocês: na proteção especial, total: R\$106.189.268,00.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é o executado?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Hã?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é o executado ou o orçado?



A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - É o que o Estado repassa para os Municípios do Estado de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Executado.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Executado. É o seguinte: ele, a gente executa, como o Estado cofinancia, através dos planos municipais de assistência. Os recursos são alocados de acordo com as necessidades e as prioridades dos Municípios, desde que eles sejam deliberados pelos Conselhos Municipais de Assistência. Então, quem aloca o recurso dado, tanto pelo federal como pelo estadual, é o próprio Município, de acordo com as suas necessidades.

A gente trabalha, a gente tem trabalhado dentro da política da assistência, tem orientado sempre o trabalho em rede, porque a gente percebe que não há condições de fazer esse atendimento só pela assistência social. O sistema de garantia de direitos, eu acho que é o grande parceiro nosso. Só para a proteção especial para criança e adolescente, foi dado, para 2013, R\$15.057.631,00; para a proteção especial de média complexidade, que seriam os CREAS, R\$4.821.987,00; e à proteção especial de alta complexidade, que seria o acolhimento institucional, R\$41.488.000,58. Além disso, a gente trabalha junto com o Comitê da Diversidade Sexual aqui no Estado, com o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nós estamos rearticulando o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual e num GT de escuta protetiva às crianças e adolescentes, que é um projeto-piloto em 4 Municípios do Estado de São Paulo.

O que mais que eu poderia colocar para você? Porque hoje...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse plano é de 2001? A senhora falou que é de 2001?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Ele é de 2001.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele nunca foi atualizado?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Olhe, ele não foi atualizado, por isso é que a gente está rearticulando esse comitê, justamente para reavaliar esse plano, porque eu acho que, em termos de sensibilização e atendimento, o Estado de São Paulo teve avanços muito grandes. Eu acho que está faltando a responsabilização, que a gente tem uma lacuna, eu acredito, tecnicamente bastante



grande. Por isso é que a gente está reativando esse comitê, que será vinculado ao CONDECA, porque a gente acha que esse é o fórum de proteção à criança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está vinculado ao quê?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUNDNIEWSKI - Ao CONDECA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O CONDECA é o conselho?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUNDNIEWSKI - É o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu tenho os dados aqui, as fontes são PMAS, que são os Planos Municipais de Assistência Social, deliberados pelos conselhos. Esses recursos e esses dados, por exemplo, eu tenho uma previsão de atendimento na alta complexidade de R\$54.286,00 nos 645 Municípios do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso atende à demanda ou não? A demanda é muito mais que essa, não?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUNDNIEWSKI - A demanda é muito grande. Veja bem, os dados,... Na verdade, eu acho assim: com a Política Nacional de Assistência Social, o atendimento ao abuso e exploração sexual é atendido no PAEFI — a senhora conhece, que é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para essas crianças e adolescentes. Já não é focado diretamente, porque no PAEFI eu atendo a outros tipos de violação de direitos, eu atendo até a tráfico de pessoas, eu atendo à população de rua quando não existe o Centro POP.

Então, realmente, em termos de monitoramento específico para criança e adolescente, são pulverizados esses dados, porque nem toda criança que vai para a Delegacia é atendida nos CREAS ou na rede socioassistencial e, muitas vezes, nem toda aquela criança que é atendida na rede socioassistencial é atendida por policial ou feito todo aquele exame ginecológico para detectar realmente a ocorrência, e poder incriminar o agressor.

Então, se a gente pensar em banco de dados, ele é muito relativo, que nem a gente viu, assim, os dados brilhantes da Secretaria de Segurança, mas são os dados que chegam até a Secretaria de Segurança. E os que não chegam? E os que estão nos nossos serviços e não chegam à Secretaria de Segurança e vice-versa?

Então, na verdade, a gente teve um avanço em relação à nossa política de assistência, mas esses dados realmente fidedignos eu acho que agora, com o monitoramento do federal, onde o próprio Município vai inserir esses dados, e com a



nossa supervisão, eu acho que a gente pode obter dados mais efetivos em relação a isso. Porque, na época do Sentinela, você tinha uma previsão de 340 metas e você atendia já a 15 mil pessoas. Mas era um instrumental que nem automatizado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Hoje você tem dificuldade de... Você está sem instrumental para medir, inclusive, a demanda reprimida, não é?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Reprimida. Agora, não existe demanda reprimida em caso de abuso e exploração, pelo seguinte: se bate no órgão gestor, o Município não tem CREAS, o órgão gestor atende; se bate no CREAS, ele atende. Quando não, a própria rede socioassistencial. Então, de alguma forma, o Município procura fazer o atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O CREAS o atende, o CREAS o atende.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Eu sei que, em muitos casos, tem muitos CREAS que não têm essa capacidade de atendimento. Por isso que a gente está...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou lhe dar um dado só de Manaus. Em Manaus são 1.900 casos que têm ocorrência, e só tem 400 atendimentos no CREAS. E ainda tem o não atendimento por desalento. As pessoas acham que não vai... E o CREAS é o atendimento para fazer o luto, porque grande parte deveria ser incorporado pela saúde. A saúde não...

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Na verdade, você sabe mais do que eu, não é, doutora, que o CREAS foi baseado, o modelo do CREAS, esse equipamento estatal, foi baseado no próprio Sentinela, que era o centro de referência de atendimento às vítimas de violência. Só que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele perde a especificidade.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - ... ele foi baseado num equipamento o qual deixou de atender apenas as vítimas de violência, para atender tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele perdeu a...

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Ele atende toda a violação de direitos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele perdeu a especialização, a meu ver.



A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque ele acaba atendendo qualquer faixa etária, qualquer tipo de violação.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Agora, como a gente tem assim... Eu não posso generalizar, porque a gente tem bastantes Municípios de porte 1 e 2, mas, se você tratar de Municípios de grande porte, onde já existiam os CRAMS, que são centros de referência dos maus-tratos à criança e ao adolescente. Quando você pega um Município de São Paulo, que tem faculdades, tem a sociedade civil já referenciada, acredito que a gente tem um bom atendimento.

É claro que não é o suficiente para essa demanda. E a gente sabe muito bem agora que, com as grandes obras, o que tem acarretado. Já acarreta as festas sazonais, como a Festa do Peão, que a gente tem no Município de Barretos, Festa do Cavalo, em Avaré. Imagine agora com a Copa e os Jogos Olímpicos! A demanda de serviços públicos é insuficiente, de equipamentos públicos para esse tipo realmente de atendimento. A gente não tem. A gente sabe o que acarreta uma simples penitenciária, que não é tão simples assim num Município quando é instalado. Qual a demanda e o aumento de serviço para a área de assistência, para a área de educação, para a área de saúde, não é?

Então, eu tenho uns dados do Estado aqui, do Estado de São Paulo, que eu posso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora pode passar para a gente.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Posso. Posso. Não tem problema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - Eu vou escrever aqui: Secretaria de Desenvolvimento Social.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora quer falar mais alguma coisa?

A SRA. NAZIRA LEVY BRUDNIEWSKI - O que a gente... como a gente não executa, então, tudo o que for, por exemplo, em grandes obras, 18 de maio, a gente costuma elaborar *folders*, elaborar cartazes que a gente também encaminha para os Municípios, numa maneira de sensibilização. E os Municípios têm feito realmente,



nas datas alusivas, no Dia da Criança, esse tipo. E a gente também faz uma capacitação técnica aqui, em termos de proteção especial. A cada mês, a gente pega uma temática da proteção especial para fazer seminários junto aos técnicos da Secretaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, tá. Eu vou, então, passar para o nosso último expositor, que é o Fábio Silvestre da Silva, que é Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo e aqui está representando o Sr. Rogério Sottili, que é Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo.

Então, Fábio é um grande militante na área de crianças e adolescentes. É um prazer reencontrá-lo. E você tem a palavra.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Boa noite.

Obrigado, Erika. Estamos entrando na sexta hora de trabalho aqui desta CPI, e eu quero fazer uma intervenção curta. Mas queria muito... assim, sexta hora, mas estou muito satisfeito em poder te ouvir novamente e, mais uma vez, saber que a gente vai poder contar com o teu apoio para as missões que a gente tem aqui, como aquelas que nós tínhamos em Brasília, quando eu estava por lá e enfrentava aquela situação de violação dos direitos dos adolescentes autores de ato infracional.

Queria cumprimentar também a Deputada Keiko por abrir a Casa para que a gente pudesse se manifestar.

Eu queria ser breve. Eu pontuei quatro pontos aqui. De todo mundo que eu ia cumprimentar, acho que ainda resta a Dra. Fabíola, que tem aqui parceria, também tem ajudado bastante a gente a pensar a cidade de São Paulo na construção da política.

Primeiro, justificar a ausência do Secretário, que foi chamado hoje para uma reunião de secretariado, na volta do Prefeito, que esteve uma semana ausente. Mas houve o compromisso do Prefeito de receber a CPI amanhã, a comissão da CPI, com todos os Secretários que aqui deviam estar: o Secretário de Segurança Urbana, o Secretário de Assistência Social, o Secretário das Mulheres e o meu Secretário, Rogério Sottili.

Então, boa parte das coisas, eu sugiro que a gente trate amanhã com os Secretários.



Eu queria fazer uma intervenção em quatro pontos: o primeiro, eu acho que um momento como este na cidade de São Paulo é fundamental, porque aqui a gente consegue reunir os vários autores e autoridades que, em tese, têm competência para resolver a questão e fazer o enfrentamento da exploração sexual aqui na cidade de São Paulo. A gente está falando de Estado, mas eu estou num recorte municipal, e a gente tem essa oportunidade.

Eu estou há 113 dias na prefeitura e recebi várias missões, entre elas, esse enfrentamento. Eu tenho visto dificuldades de interlocução, de conversar com os atores, para que a gente possa fazer esse enfrentamento.

A segunda observação é que o Prefeito Fernando Haddad, ao criar a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, chama para ele essa temática como prioridade importante na cidade de São Paulo, no sentido de fazer a transversalidade das temáticas, garantindo a visão de direitos humanos como articulação nas diversas áreas de atuação da prefeitura. E com a Secretaria de Direitos Humanos, o Secretário Rogério Sottili cria a primeira Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes na cidade de São Paulo. Ele me convidou para ser o Coordenador. A Secretaria tem 13 Coordenações Temáticas: a Criança e Adolescente é uma; a Juventude e Coordenação de LGBT, que aqui acho que se ligam...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA -... e Migrantes — muito bem lembrado, Paulo Íris —, para fazer uma articulação, pelo menos, intersecretarial, entre Governo. Essa articulação não existia, cada um tinha que fazer por si. Agora, a gente tem essa responsabilidade de fazer desse jeito. Direitos Humanos acaba tendo essa autoridade.

Nós estabelecemos na Coordenação como prioridade — coisas que já foram ditas aqui, mas eu queria dizer — do Governo do Fernando Haddad, sob o comando do Secretário Rogério Sottili, que é, primeiro: o fortalecimento dos conselhos tutelares na cidade de São Paulo. De fato, nós pegamos um quadro complexo, com os 44 conselhos tutelares — e é verdade a falta de estrutura, é verdade a necessidade de formação, ou uma política de formação continuada —, e a nossa primeira ação, eu espero que tenha ido hoje para a Câmara Municipal, foi a



regulamentação dos direitos sociais dos conselheiros tutelares; essa lei, que o Vítor já citou aqui, e que a gente conseguiu, na cidade de São Paulo, fazer isso, e garantir também o retroativo. Ou seja, os conselheiros tutelares devem receber desde o momento da aprovação da lei, porque o nosso entendimento é garantir isso aqui. Há uma lei federal, então, passa a valer a partir daquele momento. E São Paulo demorou todo esse tempo para regulamentar a lei.

A outra é, sim, a questão da estruturação. Nós estamos construindo a transição, porque hoje os Conselhos Tutelares estão sob a responsabilidade administrativa da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, que é responsável por dar as estruturas. Nós estamos fazendo as tratativas já garantidas no orçamento do ano que vem, para que isso tudo venha para a Secretaria de Direitos Humanos e que consigamos ter um comando único do ponto de vista da estrutura, do ponto de vista do plano de formação continuada, como uma política. Se esse projeto for aprovado, eu prorrogo o mandato do Conselho e, então, essa virada acontece a partir da próxima eleição — mas, é óbvio, tratando do cotidiano.

Tudo indica que nós vamos receber agora, no próximo dia 15, o *kit* dos Conselhos Tutelares, com cabo, impressora. Eu concordo que só isso não basta, mas isso também já é um início bastante importante.

A outra missão que foi dada para a gente é fazer o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós detectamos que há o serviço, que a assistência social está mobilizada, que a sociedade civil está mobilizada. A Dra. Dalka estava aqui, dando um relato dos núcleos de violência que existem na cidade de São Paulo, mas têm pouca efetividade as ações de enfrentamento e combate à exploração sexual dos pontos.

Um dos avanços que nós vimos aqui, de que a Gabriela falou, é a investida lá no Autorama, onde tinha um problema de aliciamento de adolescentes, inclusive travestis que vinham do Pará. Foi localizada a aliciadora e o caso foi encaminhado para o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa — DHPP, que lhe deu encaminhamento. A gente não conseguiu ter prisão, mas, inclusive por conta das manifestações LGBT no local, os próprios usuários afastam a participação de crianças, porque isso traz dificuldades para eles. Então, crianças e adolescentes estão afastados dali, para que eles não tenham dificuldades. Mas é uma ação da



organização deles lá, não é uma ação do poder público. O poder público tem agido no sentido de fazer o monitoramento com o que ela chamou aqui de educadores, dos que fazem o acompanhamento lá na rua.

A gente também tem o desafio de enfrentar a questão da situação de crianças nas ruas e de crianças nos cortiços. A cidade de São Paulo tem uma peculiaridade, e tem sido muito difícil o trabalho com as crianças nos cortiços. A gente tem como missão fazer esse enfrentamento.

O outro desafio já é mais importante: é o lançamento do São Paulo Carinhosa, que é uma prioridade do Estado de São Paulo, para trabalhar as questões voltadas para a primeira infância. Esse trabalho é hoje coordenado pela própria Ana Estela Haddad, que é a Primeira-Dama.

Por último, há o fortalecimento do Conselho que eu presido hoje, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estou recém-empossado, pois, aqui em São Paulo, como, acho, em todo mundo, alternam-se sociedade civil e Governo. Como estamos no ano do Governo, eu estou assumindo lá.

Então, acho que esta é a segunda intervenção: a criação da Secretaria de Direitos Humanos e da coordenação com esses desafios. É óbvio que está no nosso radar a questão das creches, do acolhimento institucional, das medidas socioeducativas. Tudo isso está no nosso radar, mas eu estou trazendo aqui as prioridades que constam do plano de metas, que vão ter investimento, vão ter orçamento para o ano que vem, etc.

Outro destaque é que, na cidade de São Paulo, tem três lugares onde esse enfrentamento precisa acontecer, três lugares para os quais precisamos, sim, da união dos esforços. Não é só uma questão de dizer: *“Ah, então, o Governo Municipal, a partir de agora, vai colocar serviços nos pontos estratégicos, para atender aquela comunidade”*. Nós estamos falando de uma rede poderosa, com muito dinheiro. Estou falando do Terminal de Cargas de Vila Maria, estou falando do CEAGESP, estou falando do Estádio do Itaquera. Nesses lugares, tem muito dinheiro envolvido e uma organização muito forte, com características diferentes.

Visitei o Terminal de Cargas de Vila Maria e, para mim, está constatado que lá nós precisamos de um serviço de fiscalização, pela quantidade de caminhões que tem nos estacionamentos clandestinos que a gente precisa fiscalizar. Quero



aproveitar aqui a Polícia Rodoviária Federal, que precisa ir lá e ver qual é a situação desses caminhões, por que estão nesses estacionamentos irregulares. Precisamos que a Vigilância Sanitária faça uma visita lá. Acho que, para esse tipo de enfrentamento, você precisa fazer uma fratura econômica, e isso eu ainda não tinha visto vontade de fazer. A gente vai apresentar uma proposta para o Prefeito Fernando Haddad nos próximos dias, dizendo isto: *“Precisamos fazer uma fratura econômica porque, acho, aí a gente consegue mexer com os outros interesses”*. Alvará de funcionamento... Tem *shopping*, tem venda de absolutamente tudo lá, e a gente não sabe como é a fiscalização. Eu, pelo menos, conversei com pessoas e não vi nada disso.

O Secretário de Segurança Urbana fez um laudo que ainda é muito restrito, mas é muito importante. A gente conseguiu detectar o aliciador, mas não consegue dar flagrante ou pegar qualquer situação com aquelas meninas, porque elas também estão muito bem orquestradas sobre quem pode se aproximar e quem não pode se aproximar. Tem um negócio poderoso ali, então, talvez o caminho tenha que ser outro. Junto a isso, a gente compete com o tráfico de drogas, pois, também nesse local, foram encontrados pontos de venda de drogas. Medidas foram tomadas, pessoas foram presas, mas isso não interrompe o ciclo.

Já no CEAGESP, por exemplo, você tem uma dificuldade: a equipe da assistência social foi ameaçada de morte e está proibida de adentrar lá. A equipe não vai se arriscar nesse sentido e não vai levar as ações dentro do CEAGESP. Agora mudou a administração e ela procura fazer conosco, juntamente com a Fundação ABRINQ, um trabalho de mapeamento da situação lá. Então, Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social — SMADS e Fundação ABRINQ, através do Instituto Kairós, estão fazendo o mapeamento da entrada. E nós vamos nos utilizar também da *expertise* de uma organização chamada Acaia, que tem entrada lá. No CEAGESP, um dos grandes problemas para nós é a disputa do crime não organizado. Naquela região, o crime não é organizado, então, há uma disputa entre facções e tal, pela venda de entorpecentes ali. Quero dizer que, na cidade de São Paulo, o crime é organizado como um todo, mas, naquele local especificamente não é.



No Itaquera, a situação é complexa, e o Conselho Tutelar é muito atuante lá. A gente já pode anunciar uma das ações dessas secretarias que estão atuando conjuntamente, que eu citei aqui e cujos secretários estarão amanhã lá: com os recursos do Governo Federal, com uma planta que ele tem, a gente vai construir, ali em Itaquera, o símbolo modelo do Conselho Tutelar, que terá todos os equipamentos e condições arquitetônicas e físicas adequadas ao atendimento — com a esperança de que a gente consiga ter isso no conjunto da cidade de São Paulo. Eu falo “com a esperança” porque construir na cidade de São Paulo é muito complicado. Só para vocês terem uma ideia, nós temos uma demanda reprimida por construção de creches, mas, simplesmente, não temos terreno para fazer isso. Tem dinheiro do Governo Federal, tem dinheiro do Governo do Estado, tem dinheiro do Município, mas não tem terreno na cidade para se fazer a construção das creches. Então, construir uma sede do Conselho também deve passar pela mesma complexidade.

Além disso, a Vice-Prefeita Nádia Campeão coordena aqui o Comitê da Copa, que a gente chama de SPCOPA, que tem ações voltadas não só para a Copa, mas que possam ser absorvidas pela política pública, tendo em vista que a cidade de São Paulo sempre recebe grandes eventos — e aí posso dizer a Fórmula 1, a Fórmula Indy, as grandes feiras, entre outros.

A última intervenção — é claro, considerando também tudo o que já foi dito aqui — é que passou da hora de a gente fazer ações mais conjuntas, que considerem essa rede, mas também considerem que nós estamos enfrentando uma rede organizada. Nesse sentido, os Governos Federal, Estadual e Municipal trabalham desarticulados, muitas vezes, por conta das bandeiras partidárias, em prejuízo, com certeza, do enfrentamento da situação das crianças e adolescentes.

Outro aspecto que chama muito atenção é esse que a Dra. Fabíola estava colocando, que é fundamental: a sociedade de consumo. Nós que somos da militância, nós que estamos há algum tempo na militância não enfrentamos o melhor debate sobre o entendimento que os adolescentes têm do trabalho e como eles encaram isso. Foi muito bem colocado pela Deputada Erika Kokay que muitas das adolescentes não se sentem exploradas, pelo contrário, sentem que estão trabalhando nessa condição. A gente não enfrenta esse debate, e digo por quê: no



Estado de São Paulo, nos últimos anos, pelos números que acompanho, o número de adolescentes que são internados na Fundação CASA hoje aumentou muito pelo motivo do tráfico de drogas — e o motivo do tráfico de drogas é o mesmo motivo do consumo, de que ele quer trabalhar, de que ele precisa ter as coisas dessa sociedade de consumo, de resultado imediato. As duas — exploração sexual de crianças e adolescentes e uso de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas — têm o mesmo entendimento da OIT, na Convenção 182, sendo consideradas umas das piores formas de trabalho infantil. E a resposta tem sido muito pequena e tem sido repressiva, inclusive, com relação a isso. Então, acho que essa é uma questão que nós precisamos enfrentar.

Por fim, não é só uma questão repressiva. Acho que ela é repressiva, sim, mas de inteligência. Depois, há outras ações que a gente entende que precisam ser perenes, duradouras, que são as ações preventivas, como já foi colocado muitas vezes aqui, em que a gente faz um investimento baixo.

Pelo CMDCA, como foi dito aqui, nós temos um fundo bastante poderoso, mas não temos uma capacidade de execução da melhor forma. Para vocês terem uma ideia, sobre as linhas prioritárias que a gente estabeleceu aqui e colocou num edital — para enfrentar a questão da situação de rua; para enfrentar essa questão de exploração sexual; para fortalecimento dos Conselhos —, nós recebemos 60 projetos para fazer avaliação. Por conta da vinculação dos recursos, da verba casada, do recurso direcionado, quando as organizações conseguem fazer aqueles projetos de que entendem — que são sobretudo da área preventiva, para um público que precisa, mas que, em tese, tem boa cobertura das políticas públicas hoje —, nós recebemos quase 300 projetos. Desses que eles vão buscar o dinheiro. Então, tem uma diferença gigantesca do que é prioridade e com dinheiro bom — dinheiro bom, eu digo, é o dinheiro de um convênio que sai imediatamente.

Para esse convênio das políticas nossas, o edital foi de 7,5 milhões, e a gente não tem certeza se vamos executar, pela quantidade baixa de projetos. E, com certeza, os projetos que nós recebemos não são, numa cobertura territorial, dos territórios de vulnerabilidade que nós já mapeamos. Quer dizer, tem toda essa dificuldade de também fazer operacionalizar um fundo grande como esse. E eu vou dizer fundo grande mesmo porque, hoje pela manhã, era de 176 milhões de reais o



saldo que havia no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo.

Então, era isso inicialmente. Eu permaneço à disposição, Deputada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esse é um valor muito alto. Em quais ações vocês estão usando esse dinheiro? Nós queríamos um relatório. Você poderia passar para a CPI isso? Eu estou pedindo isso em todos os Estados. Só para constar o que é feito com o Fundo da Criança e do Adolescente Municipal, Estadual.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - A gente pode passar os editais, o que aqui... São Paulo chamou os seus editais...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quais são os projetos que vocês estão apontando.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - ... de plano de aplicação, o que eu acho um equívoco.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Hum, hum.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Mas uma das piores coisas que a gente podia ter vivido aqui nessa situação também é a condição que nós pegamos. Amanhã, eu tenho uma audiência com a Dra. Fabíola para explicar um pouco sobre o funcionamento do Fundo. Mas se tem uma coisa nesta cidade que não tem a menor transparência é o Fundo da cidade de São Paulo. Então...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não é só na cidade de São Paulo, não.

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Ah! Mas com um valor desse não pode não ser, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em todo o Brasil. *(Risos.)*

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Então, como começou o nosso trabalho lá? Dar transparência, subir os relatórios, subir os balancetes mensais, colocar num portal da Prefeitura dizendo onde esses recursos estão sendo aplicados, quais são as organizações que são captadoras desses recursos. Porque nós queremos dar uma guinada nesse sentido e colocar os recursos para aquelas linhas das políticas que a gente está localizando hoje como prioridade na cidade de São Paulo. E o Fundo, hoje, está um pouco refém da vontade das organizações. E



as organizações têm o mérito, elas sabem fazer, eu vim de organização, minha história é toda com as organizações, mas o Estado também precisa dizer, mesmo para as organizações, quais são as prioridades da política, a partir dos diagnósticos e tal. Mas, na medida em que tivermos os dados claros, transparentes, do jeito que a gente está levantando, a gente disponibiliza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Queria agradecer e dizer que amanhã nós vamos ter a seguinte agenda aqui: nós vamos estar às 9 horas...

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Às 9 horas com a gente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Hã?

O SR. FÁBIO SILVESTRE DA SILVA - Às 9 horas com a gente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – É. Às 9 horas, audiência no gabinete do Prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad; e, às 11 horas, audiência com a Secretária da Justiça e de Direitos Humanos do Estado de São Paulo, Sra. Eloísa de Sousa Arruda.

Eu queria perguntar à Deputada Keiko se quer fazer uso da palavra.

O SR. ISAUQUE DE LIMA GONÇALVES - Com licença, só um aparte. O colega citou a PRF na questão do terminal de cargas. Ali não é uma área de competência exclusiva da Polícia Rodoviária. Agora, nada impede que se faça uma ação em conjunto e a Polícia Rodoviária possa participar com conhecimento técnico a respeito. O.k.?

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Boa noite a todos e a todas.

Eu quero realmente agradecer a cada um de vocês. Quanta contribuição hoje! Então, aos gestores públicos, às entidades, ONGs, autoridades que ainda estão aqui e a toda a sociedade civil organizada. Eu tenho certeza de que se nós nos unirmos, e com o diagnóstico de que hoje nós vamos finalizar assim um relatório final bom, eu nós vamos ter propostas e ações que possam realmente combater esse tipo de violência.

Então, parabéns e muito obrigada. Eu quero agradecer muito a essas duas Deputadas maravilhosas, que vieram aqui com tanto propósito de cuidar das nossas crianças, salvar as nossas crianças. Obrigada, Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá. Também a assessoria da Câmara, a assessoria da Liliam Sá, e também a minha



assessoria e a do Ota. Muito obrigada por tudo. Tenho certeza de que nós vamos vencer essa batalha e vamos rir de alegria, salvando as nossas crianças.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu agradeço a todos que ficaram até o final, não é? Foi exaustivo o debate aqui, mas muito importante para a cidade de São Paulo e também para o enriquecimento desta CPI. Eu agradeço ao Presidente desta Casa, agradeço à Deputada Keiko Ota pela iniciativa. S.Exa. que já demonstrou o seu comprometimento em questões humanitárias, de direitos humanos, com crianças e adolescentes. Que Deus continue abençoando-a e abençoando todos aqueles que trabalham defendendo os direitos de crianças e adolescentes. Aos policiais também, aqueles que estão à frente desse trabalho, que tenham proteção divina. A gente sabe o quanto são difíceis os trabalhos nas ruas, o enfrentamento. Que Deus os abençoe. Agradeço também a toda a nossa equipe que aqui está.

Nós podemos aqui fazer um diagnóstico de algumas questões que vamos encaminhar ao longo desta CPI, aqui em São Paulo. Já demos um dever de casa para a Deputada Keiko Ota e para a Polícia Rodoviária Federal, pois nós queremos visitar esses pontos de exploração sexual. Nós queremos fazer uma diligência e será V.Exa. quem vai organizar essas diligências, porque hoje, segunda-feira, não é um bom dia para uma diligência, uma vez que não vamos encontrar muitas coisas aqui.

Então, eu quero agradecer. Nós vamos apurar essa questão que foi denunciada dessa rede de exploração sexual que vem do Congo e que vem da Somália. Nós vamos apurar fundo, porque, se existem falhas, nós temos que corrigi-las. Vamos também aguardar toda a documentação que foi pedida até ao Tribunal de Contas pela manhã. Nós pedimos a eles, fizemos algumas considerações. E queremos levar também algumas considerações amanhã para a Secretária de Justiça e também para o Prefeito desta cidade, porque São Paulo vai sediar esses grandes jogos, a Copa do Mundo, e nós queremos que essa cidade esteja bem preparada para receber os turistas, e turistas conscientes de que exploração sexual é crime. É crime. E o Brasil pega pesado em relação a isso.

Muito obrigado. Boa noite a todos. Fiquem com Deus.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria mais uma vez agradecer ao Deputado Samuel Moreira, Presidente desta Assembleia Legislativa, lembrar as atividades que nós vamos ter amanhã, dizer que o trabalho da CPI é essa construção desse diagnóstico, na perspectiva de uma superação, e ter clareza dos desafios que estão dados. Acho que aqui o Estado tem mapeado, pelo menos em um Município, alguns pontos que são bem concretos, onde é possível fazer ações que sejam exemplares, mas penso que, para eliminar a impunidade, é preciso uma estrutura. O conjunto dos Poderes tem que dialogar.

Vejam. Os planos têm que trabalhar com a concepção de sistema de promoção, de proteção, de garantia de direitos, porque nós temos uma série de políticas a serem desenvolvidas. Para além da articulação intersetorial, que é imprescindível, tem que trabalhar com sistema, um sistema que também faça o diálogo entre o Estado e os Municípios. O Município concretiza a política, mas ele tem que dialogar com o Estado em um sistema que envolva esses aspectos. É preciso trabalhar com a prevenção. E cada um desses aspectos exige, eu diria, um próprio plano, porque, para se trabalhar com prevenção, é imprescindível a escola, que é a política que mais dialoga com outras políticas e que é mais basilar para a construção de políticas de qualidade. Trabalhar com a escola, com a cultura, com essa transversalidade. Não tem como não trabalharmos com a transversalidade e não tem como trabalharmos sem a territorialização. Tem que territorializar, porque cada espaço, cada chão constrói suas próprias relações e tem a sua rede. O PAIR é importante porque ele identifica as redes. Tem rede, mas muitas vezes a rede é informal, está invisibilizada. Mas ela existe. Têm-se as lideranças comunitárias, as mães.

Eu penso não só que todas as mães entendam de políticas, inclusive de política para criança e adolescente, porque elas lidam com a política pública ou com a ausência dela de forma muito concreta, mas eu penso que não se deveria pensar em políticas públicas sem escutar as mães, porque tem esse negócio. E, quando se fala de criança e adolescente, isso é algo extremamente concreto.

Então, a identificação das redes, a territorialização, a intersetorialidade, a territorialização para explicitar, fortalecer e identificar as redes, o que é um pouco do projeto PAIR, porque tem muitos programas e muitos projetos, mas eles são muito



apartados. A atuação dos órgãos também é muito apartada uma da outra e a gente não vai conseguir enfrentar a exploração sexual, que envolve e significa uma série de enfrentamentos. Eu digo que é o luto do colonialismo, da desumanização, do adultocentrismo, enfim.

Nós temos essa questão do Norte, por exemplo. Essa questão do Norte me inquieta sobremaneira e eu penso que as redes são muito estruturadas, com muita influência, com muito pouca participação social, com muito pouco controle social, porque o controle social é luto de ditadura, é a sociedade se apropriar das próprias políticas e se sentir construtora das políticas, porque a apropriação das políticas torna as políticas de Estado, e não de Governo, quando a população se apropria delas, senão elas podem ir embora junto com os Governos, porque elas não são apropriadas.

E, por fim, o protagonismo. Um dos grandes desafios que nós estamos sentindo é o protagonismo infantojuvenil. Não há espaço para esse protagonismo. Então, vamos fazer uma política de prevenção à exploração, ou de promoção, e temos que contar com os meninos e as meninas, temos que construir os fóruns. Isso ainda está extremamente enfraquecido, sem musculatura, no Brasil, ou então tem o protagonismo de faz de conta em que eu elejo um ou dois. Mas, assim, a construção desses instrumentos de assembleias escolares, enfim, fóruns de participação, que a política cultural seja decidida pelos próprios meninos. Isso é absolutamente fundamental.

Então, protagonismo, intersetorialidade e territorialização é o tripé de uma política. E isso envolverá muita coisa, que é o diálogo entre as diversas esferas, a promoção, a proteção, a reparação, o diálogo com o conjunto do poder público e das diversas esferas do Estado.

Uma coisa que me incomoda, é essa fala que teve aqui, acho que do representante de Secretaria de Segurança, que disse assim: *“Nossa função é essa. Vem aqui, tal, tal, tal. Faz o inquérito e tal. Depois, é com o juiz. Aí, nós não temos mais nada a ver com isso.”* Ele não falou dessa forma, mas um pouco assim com coisas estanques. Então, eu faço isso aqui, cumpro a minha função. E você realmente não trabalha com rede. Dá a impressão de que trabalha com rede, mas



não é rede, porque, na medida em que eu peguei, fiz um inquérito, passei e tal, tal, tal, não tenho mais o que fazer enquanto (*ininteligível*).

Eu sei que a demanda é grande e que as estruturas são pequenas, que é uma construção se ter uma estrutura de qualidade. As estruturas são pequenas. Tem-se uma Delegacia de Enfrentamento da Pedofilia que tem dois delegados, parece-me. São estruturas muito pequenas. Na própria Polícia Federal, delegacia que lida com 38 Municípios e que tem essa enormidade de atuação de problemas que são realmente muito emblemáticos e muito frágeis ainda, porque muitas vezes tem que enfrentar uma construção cultural. Então, para tudo isso essa estrutura é muito pequena.

Então, a rede é fundamental. Não tem como, não tem por onde sair, mas uma rede que realmente se construa. Construir as redes, trabalhar, portanto, com intersetorialidade, trabalhar com protagonismo e territorialização, porque cada território é um território e para isso tem que se ter um diagnóstico.

Tem que ter um SIPIA. Não sei se o SIPIA está funcionando aqui, mas o SIPIA é um instrumento dos mais importantes, porque você vai ter o levantamento de todas as violações de direitos, e cada lugar tem um nível diferente de violação de direitos. Tem-se em geral muita negligência, maus-tratos. Negligência eu acho que é muito forte do ponto de vista de violação de direitos, mas você tem regiões que tem mais exploração sexual, tem regiões que tem mais isso, tem mais aquilo. Não é a mesma coisa. Quando eu falo da territorialização, o SIPIA é um instrumento importante. E o observatório, que foi falado aqui pela representante do Município. Eu acho que o observatório é alguma coisa importante e que pode dialogar com o SIPIA, ou seja, para fazer a territorialização, precisa ter diagnóstico, para fazer o protagonismo, é preciso ter diagnóstico.

Mas eu penso assim, quando se tem a possibilidade... Brasília aprovou há pouco tempo uma gestão participativa, uma gestão democrática nas escolas, que passa pela eleição dos diretores, mas não é só isso. Passa por construção, tanto o conselho deliberativo, conselho escolar, que delibera, que tem a participação, que é eleito e tal, mas pelos instrumentos de construção, de mobilização, diálogo permanente dos estudantes, porque aí eu construo outra coisa que é o seguinte: sou sujeito da minha própria vida, da minha própria história. E aí ninguém segura.



Porque, se uma violação de direito não fica ensimesmada, ela vai levar a outra, a reparação de um direito leva à reparação de outro e de outro e de outro. Ninguém segura também, porque vai resgatando a autoestima, a condição de sujeito, que fica ilimitada porque o ser humano é um ser querente, cheio de querências.

Portanto, com essas considerações, mais uma vez agradeço ao Deputado Samuel Moreira e lembro que às 9 horas estaremos com audiência no gabinete do Prefeito com alguns Secretários, segundo aqui foi falado, e às 11 horas, com a Secretária de Serviço de Justiça e Direitos Humanos de São Paulo. Agradeço em particular a Deputada Keiko Ota que não só possibilitou que estivéssemos aqui, como tem sido absolutamente generosa e comprometida no desenvolvimento dos trabalhos da CPI. Muito obrigada, Deputada Keiko Ota, que é membro atuante, participante, que tem dado uma contribuição muito importante para a CPI e tem sido absolutamente generosa com a nossa vinda aqui.

Muito obrigada.

Com isso, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública desta CPI. *(Palmas.)*